

Sammara Jericó Alves Feitosa

TERESINA
MEMÓRIA DA
“CIDADE DOS SONHOS”



Universidade
Estadual do Piauí



EdUESPI



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI

Evandro Alberto de Sousa
Reitor

Rosineide Candeia de Araújo
Vice-Reitora

Nayana Pinheiro Machado de Freitas Coelho
Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Gustavo Oliveira de Meira Gusmão
Pró-Reitor Adj. de Ensino de Graduação

Ailma do Nascimento Silva
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Pedro Antônio Soares Júnior
Pró-Reitor de Administração

Geraldo Eduardo da Luz Júnior
Pró-Reitor Adj. de Administração

Raimundo Isídio de Sousa
Pró-Reitor de Planejamento e Finanças

Joseane de Carvalho Leão
Pró-Reitora Adj. de Planejamento e Finanças

Eliene Maria Viana de Figueirêdo Pierote
Pró-Reitora de Extensão, Assuntos Estudantis e
Comunitários

Marcelo de Sousa Neto
Editor da Universidade Estadual do Piauí



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ • UESPI



José Wellington Barroso de Araújo Dias **Governador do Estado**
Maria Regina Sousa **Vice-governadora do Estado**
Evandro Alberto de Sousa **Reitor**
Rosineide Candeia de Araújo **Vice-reitora**

Conselho Editorial EdUESPI

Marcelo de Sousa Neto **Presidente**
Algemira de Macedo Mendes **Universidade Estadual do Piauí**
Antonia Valtéria Melo Alvarenga **Academia de Ciências do Piauí**
Antonio Luiz Martins Maia Filho **Universidade Estadual do Piauí**
Fábio José Vieira **Universidade Estadual do Piauí**
Hermógenes Almeida de Santana Junior **Universidade Estadual do Piauí**
Josélia de Carvalho Leão **Universidade Estadual do Piauí**
Laécio Santos Cavalcante **Universidade Estadual do Piauí**
Orlando Maurício de Carvalho Berti **Universidade Estadual do Piauí**
Paula Guerra Tavares **Universidade do Porto - Portugal**
Pedro Vilarinho Castelo Branco **Universidade Federal do Piauí**
Raimunda Maria da Cunha Ribeiro **Universidade Estadual do Piauí**
Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz **Academia Piauiense de Letras**
Marcelo de Sousa Neto **Editor**
Sammara Jericó Alves **Revisão**
Andre Fellipe Nóbrega Lima **Capa / Diagramação**
Editora e Gráfica - UESPI **e-Book**

Ficha elaborada pelo Serviço de Catalogação da Biblioteca Central da UESPI

F311t Feitosa, Sammara Jericó Alves.
Teresina: memória da "cidade dos sonhos" / Sammara
Jericó Alves Feitosa. - Teresina : EdUESPI, 2021.
E-book

ISBN: 978-65-88108-20-8

1. Teresina (PI) – História. 2. Memória. 3. Antropologia. 4.
Jornalismo. I. Título.

CDD: 306

Ficha Catalográfica elaborada pelo Serviço de Catalogação da Universidade Estadual do Piauí - UESPI
Nayla Kedma de Carvalho Santos (Bibliotecária) CRB 3ª Região/1188

Editora da Universidade Estadual do Piauí - EdUESPI
UESPI (Campus Poeta Torquato Neto)
Rua João Cabral • n. 2231 • Bairro Pirajá • Teresina-PI
Todos os Direitos Reservados

Sumário

PREFÁCIO	6
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	8
ANTROPOLOGIA DA MEMÓRIA	14
Somos o que lembramos e esquecemos: a relação entre memória e identidade.....	14
Memória coletiva e enquadramento da memória:	24
apontamentos para interpretar a memória oficial.....	24
MÍDIA E PRODUÇÃO DO	
ACONTECIMENTO E MEMÓRIA	34
Evolução da Mídia - reforçando os cinco sentidos	41
A imprensa escrita no Brasil: a opinião, censura e informação	45
A HISTÓRIA DE TERESINA, DA IMPRENSA	
PIAUIENSE E DO DIÁRIO DO POVO DO PIAUÍ	49
Teresina: de Vila a Capital	49
A Imprensa no Piauí: jornalismo político e panfletário	58
“Há 30 anos, amplificando a voz do povo do Piauí”	61
MÍDIA COMO LUGAR DE MEMÓRIA E A	
PRODUÇÃO MEMORIAL SOBRE TERESINA	
PELO JORNAL DIÁRIO DO POVO	65
Mídia: extensão da memória humana	65
Percurso metodológico da produção memorial do	
jornal Diário do Povo sobre Teresina.....	73
Teresina e sua história (temáticas: fundação, arquitetura,	
locais históricos, formação política):	79
Teresina - a cidade problemática:.....	81
Teresina - signos da modernização (temáticas: urbana, desenvolvida,	
moderna, futurista, ações de infra-estrutura)	85
Memória/ identidade/ tradição/ lembranças	
(marcas da cidade e da população):	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	99
APÊNDICE	108
ANEXO	111

PREFÁCIO

Na força da memória: encontros, contrastes e reflexões

Encontrava-me relendo Funes, o memorioso - conto que o argentino Jorge Luís Borges publicou em 1944 - quando recebi os quatro capítulos que compõem a Memória da “Cidade dos Sonhos”, da querida colega de lida Sammara Jericó Alves Feitosa, para prefaciar.

Fui tocada pelos contrastes e encontros de reflexões que me vieram a partir das duas obras, ainda que cada uma siga o curso próprio de temporalidade, marcos contextuais e específicas finalidades: a primeira é composição de obra literária, e a segunda, ocupa-se da finalidade de pesquisa acadêmica para obtenção de mestrado.

Funes é um dos mais intrigantes personagens já escritos, pelos seus embates, constrangimentos e sofrimentos sociais provocados por uma incrível característica: a de não esquecer nada, de ter uma memória que retém datas, idiomas, discursos, falas e situações com precisão desconcertante aos demais de seu vilarejo. No entanto, a memória prodigiosa de Funes, por não ser muito bem articulada a outras faculdades humanas termina custando-lhe muito à existência, pesa-lhe o viver. É aqui que cedo às reflexões bem-vindas a partir da obra da minha amiga de universidade: se a memória em si não é garantia de relações humanas bem-sucedidas, sem ela tampouco seríamos, com o perdão da repetição, tão humanos.

A Memória da “Cidade dos Sonhos” traz a complexidade da atividade mnemônica, seus entraves, constituintes e a nossa obsessão por lembrar quando os dispositivos tecnológicos, a todo momento se sofisticam e cantam aos nossos ouvidos que deixemos com a tecnologia essa missão enfadonha de armazenamento. É como se tudo que eles guardassem nos dessem o alívio do esquecer sem culpa. Mas isso é só o começo do aprofundamento que o livro que está em suas mãos poderá trazer e aviso: memória é bem mais que armazenar.

A obra nos aponta o que sabemos e principalmente o quanto ainda não conhecemos da memória, remete à importância do lembrar e do esquecer para aprendizagem, da segurança que a agenda controladora dos calendários e organizada pela imprensa nos traz. Afinal, ativando a mídia como um dispositivo de memória (re)visitamos nossa história e gênese, a cidade que queremos que Teresina seja e a que queríamos que fosse, mesmo quando sabemos lá nas profundezas do ser que as representações são vitais, necessárias e características de nossa humanidade, porém, não necessariamente trazerem de volta, de forma literal, a capital que existiu. Ninguém traz o passado de volta, é certo, mas memória não é desejo de passado e sim ativação no presente de experiências construídas no individual e coletivo.

É aqui que entra um dos aspectos mais interessantes deste livro: mostrar nossos esforços de memória, que passam pelos construtos de uma mídia como o Jornal Diário do Povo, para cumprirmos a necessidade que temos de nos conhecer, identificar e projetar um futuro no qual estejamos vivos, atuantes e viáveis. Se não temos a característica incomum de Funes, construímos no Jornalismo, em simultâneo, um lugar de memórias e de articulações no qual seleciona-

mos o que contar/silenciar e a quem - escolhas editoriais que dizem muito de nós.

A obra cumpre ainda a visitação teórica à fundação de Teresina, aos primeiros passos da imprensa piauiense e problematiza a produção memorial sobre a capital. E a autora, como tudo que faz, entrega muito bem estes aspectos aos leitores. No entanto, digo que não verão apenas o cumprimento da práxis acadêmica nestes capítulos. Há no conjunto vários desafios lançados. Então, “não faça cerimônia”, como dizem no Piauí. Deixe-se aquebrantar pelos caminhos que o texto abre. Eu, por exemplo, me vi perguntando à garota do interior que um dia fui e projetou morar em Teresina coisas variadas como: Por que não escrevemos mais academicamente textos assim, que quando lidos se assemelham a um diálogo aberto, livre e próximo? Quantas vezes eu, jornalista, fiz uma matéria sobre nossa capital sem me dar conta de que estava construindo o passado dessa Teresina que um dia sonhei habitar?

Enfim, sem me demorar mais, só desejo excelentes reflexões a você que agora se dedica a esta obra. À autora, meu incentivo e reverência pela publicação. Em tons bem marcados, faço um agradecimento não apenas pelos anos de amizade e convívio, mas por me entregar esta pesquisa cujo final colocou a mim e esta cidade tal qual dois personagens de um conto: eu e Teresina nos encontramos, entendemos, embatemos, construímos memórias e crescemos numa mistura de sonhos tão fluida que não podemos mais separar. Não sei quando (re)nasce ela ou (re)começo eu, mas entendo que o livro agora faz parte da memória desta cidade e também de mim.

Boa leitura!

Teresina (PI), 07 de Março de 2021.

Profa. Sônia Maria dos Santos Carvalho

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Foi uma caminhada longa e de muitas expectativas, mas deu certo - consegui ser aprovada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), em 2017, e, então, comecei o meu novo desafio acadêmico, ser Mestre em Antropologia.

Apesar de ser formada em Jornalismo, resolvi fazer o mestrado em outro campo, uma área que tive pouco contato na graduação e especialização por esse motivo, fiquei muito feliz de ser aprovada. O motivo que me levou a fazer essa interdisciplinaridade entre as duas áreas é porque precisava sair do automático quanto ao meu olhar e as minhas práticas jornalísticas. Isso se confirmou quando cursei, como aluna especial, a disciplina de Antropologia Visual (2016), no próprio programa, onde pude perceber o quanto estava ofuscada pelo automatismo, o que me impedia de ser uma profissional mais vigilante e auto-crítica no campo jornalístico.

Assim, em 2017, comecei meu desafio, minha caminhada até aqui articulando o meu aprendizado na antropologia e o que faço no jornalismo há vinte anos. Essa mistura resultou nessa pesquisa de mestrado, onde investigo os temas memória e mídia.

Se antes investigava e olhava para Teresina de dentro das redações dos veículos por onde trabalhei como jornalista, depois de dentro das salas de aula como docente, agora, também faço com o apoio de leituras antropológicas, que ampliam ainda meus horizontes, indagações, pesquisas e inquietações.

Sem esquecer a minha formação, essa pesquisa se justifica de forma particular, pois desde que entrei para o mestrado, passei a ensinar e a praticar o jornalismo com mais questionamentos. Socialmente, acredito que meu trabalho pode contribuir para o conhecimento de como a mídia local, no caso, o jornal Diário do Povo trabalha a questão da memória da cidade e, quanto à justificativa acadêmica, essa pesquisa aumenta a lista de temas de investigações antropológicas, em particular, sobre a mídia e antropologia da comunicação de massa.

Esta pesquisa não se encerra ao final destas páginas. Ela pode e deve servir de incentivo para outros trabalhos tanto para os temas memória como para Antropologia da Mídia.

Diante do exposto acima, esta pesquisa tem como problema: que tipo de memória o jornal Diário do Povo do Piauí constrói sobre a cidade de Teresina? Como objetivo geral, esse trabalho procura identificar que tipo de memória vem sendo construída pelo jornal no aniversário da cidade, especialmente, no caderno especial produzido para comemorar os anos de vida de Teresina. Como objetivos específicos: apresentar, teoricamente, o tema Memória; contar a história do jornal Diário do Povo do Piauí; por fim, analisar o jornal Diário do Povo como “lugar de memória”.

A escolha do objeto de investigação, um jornal, levou em consideração o fato de ser formada em Jornalismo e ainda o aprendizado em um dos campos da Antropologia - a Antropologia da Comunicação de Massa, que foi trabalhada em uma das disciplinas do mestrado. Assim, enxerguei uma oportunidade de juntar as duas áreas para fazer minha pesquisa. Já a decisão de analisar o Jornal Diário do Povo do Piauí aconteceu em 2017, quando o veículo comemorou 30

anos de atuação. Nesse sentido, também vi uma chance de associar essa data com uma investigação sobre memória.

Como explica Certeau (1994), a cidade é múltipla porque ela é percebida de várias formas por diferentes personagens, que dialogam entre si, então, considere que a mídia, de forma particular o jornal Diário do Povo do Piauí, também pode ser vista como um personagem da cidade, que dialoga com os indivíduos de Teresina. Nesse diálogo, o veículo cria “contrato com o outro (o interlocutor)” (CERTEAU, 1994, p. 40).

No início, ainda pensei em realizar a pesquisa nos três jornais impressos da capital, mas o fator tempo foi determinante, já que teria somente um ano para realizar a investigação. Por essa razão, optei, com o apoio da minha orientadora, estudar unicamente o Jornal Diário do Povo, no que dizia respeito ao suplemento especial voltado para o aniversário de Teresina nos últimos 30 anos. A minha hipótese inicial era que, nesse período, encontraria uma diversidade de temas, narrativas, lembranças de feitos, fatos e personagens, lendas que representam a cidade e seus habitantes, o patrimônio que singulariza a cidade, enfim, tudo que pudesse apoiar uma produção memorial sobre a capital do Piauí.

Todo o processo de investigação aconteceu em 3 fases: a leitura/escrita, o campo e a análise. São fases que se entrelaçaram continuamente.

A leitura dos autores foi fundamental para que eu tivesse uma aproximação e confirmação do que queria fazer como proposta de pesquisa, além de servir de apoio para a escrita do trabalho. Como bem descreve Oliveira (2000, p. 18), essa é uma etapa importante para se realizar, porque é “[...] apreensão dos fenômenos sociais, tematizando-as - o que significa dizer: questionando-as - como algo merecedor de nossa reflexão no exercício da pesquisa e da produção de conhecimento”. Com leitura e a compreensão das ideias dos autores, exercitei minhas análises, dialoguei com os próprios autores, concordei e apontei divergências, tudo no intuito de alcançar as respostas para minha investigação. A cada leitura, fazia fichamentos de citações, registrava meu entendimento sobre aquele discurso, deixava perguntas e outras sugestões de leituras e, assim, foram escritas 429 páginas de tudo que li. Ao mesmo tempo, escrevia meu referencial teórico.

Defini que o campo seria um segundo momento, após a leitura bibliográfica, porque a partir da minha interação com meus referenciais teóricos, eu teria embasamento para poder interagir com o campo com mais segurança, o que significa ouvi-lo e percebê-lo.

Segundo Oliveira (2002, p. 19), precisamos estar atentos ao olhar, o ouvir e o perceber na pesquisa científica. “Talvez a primeira experiência do pesquisador de campo - ou no campo - esteja na domesticação teórica de seu olhar”. Ele explica que as leituras anteriores ao campo contribuem para a ação de olhar nosso objeto, teoricamente, com mais clareza para que possamos perceber melhor o que interessa para a pesquisa. Esse “olhar”, como diz Oliveira (2002), é o meio para percebermos as marcas do ambiente, o ritmo da atividade jornalística, as interações que acontecem entre os profissionais e até mesmo quando se trata de texto, como é o caso desse trabalho.

O olhar funciona como uma espécie de lupa para encontrar e identificar o que os discursos querem dizer. No trabalho de análise de conteúdo das matérias, o olhar foi a lupa para identificar o que realmente interessava na pesquisa. Ao ouvir os entrevistados, eu podia confrontar todos os dados colhidos (pela oralidade das fontes e pelas leituras).

Evidentemente tanto o ouvir como olhar não podem ser tomados como faculdades totalmente independentes no exercício da investigação. Ambas complementam-se e servem para o pesquisador como duas muletas [...] que lhe permitem caminhar, ainda que tropeçadamente, na estrada do conhecimento (OLIVEIRA, 2002, p. 21).

A segunda fase na investigação diz respeito ao campo. Peirano (1995, p. 43) se utiliza da obra de Evans-Pritchard para afirmar que “[...] na antropologia, a pesquisa depende [...], da biografia do pesquisador, das opções teóricas da disciplina em determinado momento, [...] e, não menos, das imprevisíveis situações que se configuram no dia-a-dia local da pesquisa”, ou seja, o campo não é um local em que tudo ocorre sem dificuldades ou imprevistos, ao contrário, o campo é o momento de observar e perceber os conflitos, as regras, as disputas. É nesse campo interativo que o investigador procura conhecer e compreender o outro (FONSECA, 1999).

No meu caso, o campo foi dentro do arquivo do Jornal Diário do Povo do Piauí, onde, sozinha, tive que encontrar os últimos 30 anos do jornal e investigar o suplemento especial de aniversário da cidade.

Hoje, fui a primeira vez ao jornal para, de fato, buscar os jornais que farei minha investigação. Para facilitar (não sei se essa é a palavra), procurei logo minha amiga, que trabalhava no Marketing, e ela me apresentou ao atual Diretor Comercial, que todos chamam de “Paixão”. Ele é um dos funcionários mais antigos da casa. Expliquei meu trabalho, o que estava investigando e ele, prontamente, me permitiu realizar a pesquisa. Fomos ao arquivo, onde o local passava por obras. Fiquei assustada com aquele ambiente. Fui avisada que não tinha arquivista ou outro profissional para me auxiliar, mas que eu ficasse à vontade para pegar os jornais encadernados e levá-los para outra sala, com uma acomodação melhor para eu olhar o material. Essa primeira visita foi de reconhecimento e de descobertas. Vamos em frente (DIÁRIO DE CAMPO, 04 de fevereiro de 2018).

E por fim, a terceira fase foi a análise das matérias comemorativas sobre o aniversário de Teresina. Para Lakatos (2003, p. 27-28), essa fase é resultado do entrelaçamento das anteriores e que exige cuidado para não colocar tudo em risco:

Analisar significa estudar, decompor, dissecar, dividir, interpretar. A análise de um texto refere-se ao processo de conhecimento de determinada realidade

e implica o exame sistemático dos elementos; portanto, é decompor um todo em suas partes, a fim de poder efetuar um estudo mais completo, encontrando o elemento-chave do autor, determinar as relações que prevalecem nas partes constitutivas, compreendendo a maneira pela qual estão organizadas, e estruturar as idéias de maneira hierárquica.

A escolha da metodologia não foi fácil (como é de se esperar em um campo científico). Existem várias direções, porém, a escolha do caminho certo é essencial para que possíveis respostas às inquietações possam surgir, assim como permitir novas dúvidas, novas preocupações e novas pesquisas.

Nessa perspectiva, partilho com Costa (2011, p. 18) quando afirma que “[...] sabemos que a realidade a ser estudada é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e discurso que possamos elaborar sobre ela”.

Minha pesquisa tem uma abordagem quali-quantitativo, pois interessa saber tanto como falam e qual o número de falas sobre Teresina nas matérias divulgadas no jornal. É importante destacar que as duas abordagens não se apagam, não se excluem, ao contrário, uma complementa a outra.

Levo em consideração que a mídia é um agente dentre vários que existem na sociedade e na cidade e que, portanto, a forma como produz e apresenta a memória da urbe é somente um dos vários discursos, que vem com múltiplas tendências, como político, mercadológico e profissional. Há inúmeras possibilidades de construir a memória sobre a cidade e a mídia é uma dessas possibilidades.

A abordagem teórica foi com base nos temas memória, mídia e história de Teresina sem a tensão com a data de publicação, ou seja, não dei prioridade se a data de publicação era atual ou antiga. A pesquisa aconteceu em livros, teses, dissertações, matérias de jornal, entrevistas, vídeos, tudo serviu como fonte para escrita e depois para a análise.

Após a escolha dos autores, comecei a produzir o referencial teórico, que serviu de suporte para analisar meu objeto e apresentar minhas considerações. O referencial escolhido me deu bases para poder analisar o material escolhido no jornal (DUARTE, BARROS, 2006). A escolha desde o tema e de todo o referencial teórico aconteceu como bem coloca Costa (2011, p. 15):

creio que nenhum trabalho surge do acaso, mas sim da própria vida, de alguma das suas circunstâncias, vivências ou mesmo simpatias. A escolha do tema é sempre um processo que surge de nossas experiências, preocupações e paixões que nos levam à busca, nos põem em movimento. Ou seja, a pesquisa não é um ato apartado da vida pessoal, afetiva e emocional do pesquisador.

Ainda dentro do percurso metodológico está o diário de campo como forma registrar o cotidiano em certas situações, as minhas impressões e permitir que outros pesquisadores possam ter acesso a fatos, situações pessoais e particulares da pesquisa que eu vivenciei. Como foi

dito por Costa (2011), a realidade é mais rica que a teoria, então, o diário de campo vem para aproximar, interagir o que foi lido com o que foi vivido em campo pela investigadora.

Para finalizar o processo metodológico, a análise das matérias sobre o aniversário de Teresina tanto no caderno especial e como em todas as editorias do Jornal Diário do Povo do Piauí foi pela Análise de Conteúdo (AC), que segundo Bardin (2011, p. 15) significa um conjunto de instrumentos metodológicos [...] que se aplicam a “discursos”. E como bem coloca a autora, a AC permite tanto uma interpretação de dados objetivos (como as informações quantitativas), como subjetivos (como os jornalistas falam sobre Teresina). Para Duarte e Barros (2006, p. 280) a AC “[...] em concepção ampla, se refere a um método das ciências humanas e sociais destinado à investigação de fenômenos simbólicos por meio de várias técnicas de pesquisa”.

O itinerário desse trabalho tem cinco capítulos e as considerações finais. No Capítulo 1, “Introdução”, eu apresento meu trabalho, autores, minhas justificativas quanto a escolha do tema, do objeto, além de tratar sobre a metodologia e como essa dissertação foi dividida. No capítulo 2 - “Antropologia da Memória”, eu identifico meus autores que discutem sobre conceitos de memória, as relações desse tema com a identidade e com a mídia. Ainda no primeiro capítulo, eu discorro sobre os tipos e enquadramentos da memória.

No capítulo 3 - “Mídia e produção do acontecimento e memória”, eu relato sobre as práticas jornalísticas, as evoluções da mídia e como isso reforça os cinco sentidos humanos. Para finalizar, trago a história da imprensa escrita no Brasil. No capítulo 4 - “A história de Teresina, da imprensa piauiense e do jornal Diário do Povo do Piauí, eu começo a descrição história tanto da cidade como do meu objeto de pesquisa, o jornal.

O último capítulo 5 - “Mídia como lugar de memória e a produção memória sobre Teresina pelo jornal Diário do Povo”, eu ofereço minhas respostas ao meu problema de pesquisa e objetivos. E para encerrar a leitura da minha dissertação, as Considerações Finais (que podem ser vistas como cenas dos próximos capítulos ou das próximas pesquisas), onde coloquei minhas reflexões, “Assim, esta dissertação se propõe a descobrir algumas senhas para adentrar nos labirintos metamórficos e movediços” (GALVÃO, 2008, p. 21), da memória e da mídia.

A pesquisa que está nesse livro, que foi reestruturado para esta versão, é resultado de muitas atividades de pesquisa, de várias idas ao arquivo do Jornal Diário do Povo, à biblioteca da Universidade Federal do Piauí. Na página virtual do Programa de Antropologia, todos podem encontrar minha dissertação intitulada “A memória da cidade dos sonhos: a produção memorial do jornal Diário do Povo do Piauí sobre Teresina”, que foi defendida na nona turma do programa (2017-2019) e recebeu indicação para publicação.

Pela aprovação, eu agradeço a Editora da Universidade Estadual do Piauí. Também agradeço aos professores do Mestrado em Antropologia, em especial, a minha orientadora, Professora Doutora Andrea Lourdes Monteiro Scabello. Aos meus colegas da nona turma por todas as dicas e acolhidas.

Agradeço as orientações dos professores Marcondes Brito, Conceição Lage, Wellington Lage e Prof. Airton. Também sou grata a todos os meus amigos e discentes que me apoiaram e

até participaram da defesa da dissertação.

Eu sou imensamente grata e dedico esta conquista a minha Família Jericó, que participou comigo dessa jornada me dando conforto, confiança e amor. Obrigada minha mãe, Ivete Jericó, e meus irmão Ronaldo, Soraya e Júnior e, também, a minha sobrinha Rayssa. Também dedico e agradeço a minha Família Araújo: seu Nerivaldo, Dona Socorro, Ingrid, Ilanne, Alcamyr. E para encerrar, dedico a Karinne Araújo, uma companheira de uma vida, e ao Todynho, nosso filhote, somos uma família feliz.

Boa leitura e isso inclui novos questionamentos, direções, diálogos e, quem sabe, novas investigações sobre mídia e memória.

ANTROPOLOGIA DA MEMÓRIA

Neste capítulo, pretendo demonstrar os conceitos, a história, as diferentes classificações de memória, os debates e as inter-conexões do tema memória com a identidade e mídia.

Vale dizer que o tema memória caminha, interdisciplinarmente, por vários campos, como Psicologia, Filosofia, Sociologia, História e a própria Antropologia. De acordo com Cordeiro (2015), somente na década de 1980 é que o tema memória ganhou uma explosão de pesquisas e começou, de fato, a se relacionar com as mais diversas áreas do conhecimento. Para Candau (2005, p. 10), o indivíduo “perde as suas capacidades conceituais e cognitivas [...] a sua identidade desvanece-se.[...] sem a recordação da sua gênese que é a condição necessária à consciência e ao conhecimento de si”. Portanto, a memória se relaciona com identidade, é o que faz o sujeito se reconhecer, é a conexão do indivíduo com a própria consciência e com o conhecimento, sem a memória a pessoa fica aprisionada no presente.

Somos o que lembramos e esquecemos: a relação entre memória e identidade

Atualmente, a memória ganhou status de ser “um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes em anos recentes” (HUYSEM, 2014, p.1), e isso chama a atenção, pois nos primeiros anos da Modernidade, o futuro era o tempo social privilegiado.

De acordo com o autor, esse interesse pela memória nos EUA e na Europa aconteceu por volta dos anos 80 em função dos debates acerca do Holocausto e do Terceiro Reich: “subida de Hitler ao poder em 1933 e as infames queimas de livros dos Nazis, lembrados em 1983; a Noite de Cristal, o massacre organizado em 1938 contra judeus alemães, publicamente comemorado em 1988” (HUYSEM, 2014, p. 3), o que mostra o diálogo entre memória e política, memória e poder “porque insere na esfera pública os acontecimentos que são dignos de serem lembrados (CASADEI, 2009, p. 81).

E, recentemente, no dia 11 de novembro de 2018, tivemos um exemplo de eventos “dignos” de serem lembrados, onde 70 líderes mundiais se reuniram em Paris para “comemorar” os cem anos do fim da Primeira Guerra Mundial, fato esse que teve uma grande cobertura na mídia internacional, o que confirma a mídia como um porta-voz de discursos memoriais.

De acordo com o Presidente da França, “o passado não deve ser esquecido”¹, mas, para quem interessa lembrar?, e por que lembrar?. Essas comemorações históricas criam um dever, uma obrigação de memória que as autoridades políticas colocam para o público e a mídia contribui para esse dever de memória em um jornalismo comemorativo, como por exemplo o aniversário de Teresina (HUYSEM, 2014).

O uso do calendário é um exemplo de dever de memória coletivo e isso vale também

1 Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/11/lideres-mundiais-celebram-o-centenario-do-fim-da-primeira-guerra-em-paris.shtml>>. Acessado em 15 de novembro de 2018.

para a própria imprensa. Como já foi dito antes, o jornal Diário do Povo tem um calendário de eventos que altera, obrigatoriamente, a rotina da empresa.

Para Casadei (2009, p. 80-81):

O calendário sempre foi um emblema e um objeto de poder. Não só porque controla os ciclos e as divisões temporais (o que por si só foi objeto de disputa), mas também porque controla o ritmo de trabalho e de tempo livre, com os respectivos espaços para a comemoração

E esse dever de memória, segundo Huyssem (2014), no tempo atual, é porque as sociedades estão quase à margem de uma obsessão global pela memória, que existe quase um pânico das sociedades com a ideia do esquecimento, o próprio autor coloca que tal perigo é possível porque memória e esquecimento são unidades inseparáveis.

E ainda, por ser humana e coletiva, a memória não é totalmente confiável, tem falhas e, muitas vezes, é conflituosa. Diante dessa obsessão, vale destacar que vivemos uma “cultura da memória” marcada pelo “boom das modas retro e da mobília de reprodução, o marketing em massa da nostalgia (HUYSEM, 2014, p. 6).

Mas o que é memória? Para Izquierdo (2011, p. 11), “memória significa aquisição, formação, conservação e evocação de informações. A aquisição é também chamada de aprendizado ou aprendizagem: só se “grava” aquilo que foi aprendido”.

Para Candau (2005, p. 20), “aprender é colocar na memória” e a partir desse aprendizado seguir o curso da vida com seus desafios, rotinas e experiências. E por falar em experiências (e cada indivíduo vai colecionando várias ao longo da vida), é pertinente destacar que as memórias se modificam, remodelam, transmudam a cada nova vivência. No entanto, isso não significa dizer que as memórias são frágeis devido a esta habilidade de se transformarem. Por sua natureza, elas não se traduzem em um espelho do fato que as gerou e não são estáticas, pois a cada nova prática, experiências, a memória ganha uma atualização (CANDAU, 2005). Ou seja, cada indivíduo tem seus motivos para lembrar ou para esquecer, pois são os relacionamentos e as interações que o indivíduo realiza que vai determinar suas lembranças ou os seus esquecimentos.

Segundo Davidoff (2001, p. 205), “os psicólogos usam a palavra memória para se referir aos variados processos e estruturas envolvidos no armazenamento e recuperação de experiências”. A autora (2001, p. 204) vai ao encontro de Izquierdo (2011) quando também afirma que “não faz sentido dizer que algo foi aprendido se não for lembrado”, ou seja, das interações humanas (com as outras pessoas, com a natureza e com o mundo), a memória realiza uma seleção de momentos para serem lembrados, para, em um determinado momento, ser evocada, pronunciada e partilhada, ou não, pois, do outro lado da memória, o esquecimento, pode fazer com que, por algum motivo, o indivíduo não queira ou não possa lembrar. Como explica Candau (2016), o ato de esquecer não é um problema de comunicação do sujeito com ele mesmo e

sim uma forma desse indivíduo se afastar de lembranças que para ele são insuportáveis.

Para Candau (2005), as memórias surgem e são consequências das interações sociais e culturais, seja com outros indivíduos, seja com outros grupos, assim, à medida que nos relacionamos vamos estabelecendo novos conhecimentos, sentindo outras emoções, determinando novas crenças. E é justamente em função das relações sociais e culturais e das suas consequências que a Antropologia da Memória se interessa.

E essa aprendizagem dos indivíduos acontece constantemente mesmo quando se realizam atividades que são diárias, como comer, falar e andar e, mesmo assim, todos estão a usar a memória para perceber, comparar e agir. “Até mesmo atividades que normalmente são consideradas automáticas, como conversar sobre assuntos triviais e lavar pratos, dependem da capacidade de lembrar. Na verdade, quase tudo que as pessoas fazem depende da memória” (DAVIDOFF, 2001, p. 204), porque ela tem uma relação com o que foi vivido, com o passado que experimentei, assim, ela realiza todo um processo de seleção e organização o que se deve lembrar ou se deve apagar.

Por ser a memória uma faculdade biológica e uma necessidade social, ela já se tornou fonte de diversas pesquisas ao longo do tempo e por áreas diferentes. Candau (2016) cita investigadores de áreas distintas, como filósofos, teólogos, cineastas, geógrafos, que trazem o assunto em suas investigações.

De acordo com Santo Agostinho, “o espírito é a memória mesma”. Buñuel dizia que era preciso perder a memória ainda que parcialmente, para se dar conta de que é ela que “constitui a nossa vida”. O conhecimento de si, observa Jean-Yves Lacoste, “leva consigo, necessariamente, os caminhos de uma memória de si mesmo” (CANDAU, 2016, p. 15-16).

E o próprio Candau (2016) também traz uma avaliação do que seja memória e relaciona esta a uma outra questão relevante para a Antropologia - a identidade. “Não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente” (CANDAU, 2016, p. 19).

Velho (2003) complementa da ideia de Candau (2016) ao sustentar que a identidade de um indivíduo depende da capacidade dele de organizar os fragmentos memoriais que ele adquire ao longo da vida. Quer dizer que para este autor a memória não é uma ação contínua, pois o homem não tem a habilidade para armazenar tudo que acontece com ele em uma vida, e, portanto, a memória é cortada e formada por momentos únicos selecionados sob critérios individuais e coletivos.

Bosi (1994) diz que a memória é um capital incalculável do homo sapiens mesmo sendo um conjunto de seleções de momentos/situações/experiências. Essa seleção de fatos registrados na memória não minimiza, tampouco despreza a condição da própria memória de estar presente em toda a vida do indivíduo, acompanhando-o, envolvendo-o, fazendo os registros e inven-

tários necessários e isso acontece em todos os momentos, seja em uma ação simples, como dormir, andar; seja em uma relação com outro. O que a memória registra se torna útil no nosso sistema de conhecimento, comunicação e identidade. O que nós já sabemos, afirma Candau (2005), pertence ao passado e por isso, “a vida cotidiana, com os seus imperativos de gestão do tempo pessoal, doméstico e profissional, constitui o primeiro quadro social da memória” (CANDAU, 2005, p. 59).

É fato que a memória se traduz em um elemento essencial para a compreensão do presente com base no passado e, conseqüentemente, para a construção de um olhar e projeto de futuro. Quanto mais organizada for a memória, mais ela será forte assim como a identidade seja do indivíduo, seja do grupo. Como vivemos em um mundo globalizado, interconectado e com fortes aparatos técnicos para uma interação sem precedentes, Velho (2003) vai chamar a atenção para o fato de estarmos, a todo momento, provocando e sofrendo influências e isso cria uma rede de possibilidades. “A heterogeneidade, a globalização e a fragmentação da sociedade moderna introduzem novas dimensões que põem em xeque todas as concepções de identidade social e consistência existencial” (VELHO, 2003, p. 48)

Existe harmonia entre Candau (2005) e Velho (2003). Para o primeiro, a memória não está presa ao passado, limitando o indivíduo a somente voltar para suas lembranças, para aquilo que já aconteceu. Candau (2005) destaca a memória como um meio para que possamos olhar e agir no sentido do futuro, “permitindo-nos perspectivar os cenários para o que há de vir” (CANDAU, 2005, p. 37).

Os “cenários” de Candau (2005) são chamado por Velho (2003) de “projeto” e este explica que o projeto é como se fosse um guia prático que conduz o indivíduo para uma finalidade, um objetivo a ser alcançado e que, para a conquista de tal finalidade, a memória vai ser imprescindível, pois é ela que “fornece os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente, sem a consciência das quais seria impossível ter ou elaborar projetos” (VELHO, 2003, p. 101), e ele complementa dizendo que os projetos estão sempre sofrendo e provocando influências, visto que os indivíduos não deixam de interagir com o mundo e com os outros. Tanto os sujeitos mudam em função dos próprios projetos, como também pode acontecer de os projetos transmutarem o indivíduo.

Sem a organização das memórias, a construção de um projeto futuro será uma ação difícil ou quase impossível. Nesse sentido, a memória tem uma dimensão tridirecional na medida que ela consegue relacionar o passado, presente e o futuro.

E Izquierdo (2011) confirma essa tridirecionalidade e também a associação com a identidade quando expressa que:

O passado, nossas memórias, nossos esquecimentos voluntários, não só nos dizem quem somos, como também nos permitem projetar o futuro; isto é, nos dizem quem poderemos ser. O passado contém o acervo de dados, o único que possuímos, o tesouro que nos permite traçar linhas a partir dele, atravessando, rumo ao futuro, o efêmero presente em que vivemos (IZQUIERDO, 2011, p. 12).

Sobre essa tridirecionalidade, Candau (2005, p. 37) afirma que “a memória é, pois, ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, regresso ao passado e projeção ao futuro, balanço e projeto, origem e horizonte de expectativa”.

Gomes (1996) afirma que a memória exige uma ação, um trabalho que reúne os tempos sociais do passado, presente e futuro e quem quer ter esse trabalho faz por motivos importantes, que vão agregar valor e conhecimento à própria pessoa. Bosi (1994) também aponta para essa comunicação da memória com os outros tempos.

A memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora (BOSI, 1994, p. 46-47).

Os autores seguem pela mesma vertente ao defenderem a capacidade da memória de conectar os tempos sociais, de estar no presente, mas lembrar algo do passado e, a partir do resultado desta experiência, pensar em cenários, estratégias e ações para o porvir próximo ou mais distante. É claro que esses projetos, assim como as memórias, são definidos pelo indivíduo a partir das relações e inter-relações que ele desenvolve com quem e com tudo que está à sua volta. Como bem acentua Velho (2003), as conexões que cada indivíduo trilha ao longo do caminho vão determinar a textura, densidade, o corpo e a realidade de cada projeto ou projetos, das memórias e da identidade.

E essa relação entre memória e identidade é reforçada por Izquierdo (2011, p. 11) ao afirmar que “somos aquilo que recordamos. [...] O acervo de nossas memórias faz com que cada um de nós seja o que é: um indivíduo, um ser para o qual não existe outro idêntico”. Não somente somos o que lembramos, como também somos aquilo que esquecemos ou que deixamos em um lugar de difícil acesso para a nossa memória.

Candau (2016, p. 16) chama a atenção que, na mitologia grega, “Mnemosyne era a deusa da memória, ela é a chave da consciência, é, portanto, uma fonte primordial para o que chamamos de identidade”.

Tanto Candau (2016) como Izquierdo (2011) destacam essa correlação e até mesmo dependência entre memória (esquecimento) e identidade, pois são esses conjuntos de informações que conduzem nosso agir, nosso ser diante do outro e que “determinam aquilo que se denomina personalidade” (IZQUIERDO, 2011, p. 12). Ele ainda complementa dizendo que é preciso acrescentar na relação entre memória/identidade a sociedade, visto que sem memória não se tem identidade; e sociedade sem memória está condenada ao esquecimento.

Bosi (1994) diz que a memória não é somente uma questão de recordar e cruzar o pas-

sado com o presente e futuro, ela é a base para a construção identitária. Para Santos e Chagas (2007), existe uma relação inseparável entre memória e identidade, porque é por meio das memórias que o indivíduo vai elaborando as próprias identidades pessoais e coletivas. Para os autores, tanto as memórias como as identidades são dinâmicas e, ao mesmo tempo, sempre incompletas “porque correspondem a uma multiplicidade de experiências vividas por indivíduos e grupos sociais que não se encontram parados no tempo, mas em contínua transformação” (SANTOS; CHAGAS, 2007, p. 16).

Para Hall (2006), o conceito de identidade ainda provoca sérias e divergentes opiniões. Na sua obra “A identidade cultural na pós-modernidade”, ele debate que o mundo moderno, a partir do século XX, vem atravessando momentos de fragmentação e isso levanta uma discussão quanto a uma “crise de identidade”. Para entender o tema, Hall (2006) traz três pontos de vista sobre o conceito de identidade relacionados a sujeitos de tempos sociais diferentes, a saber: o sujeito do Iluminismo, o sociológico e o pós-moderno.

O sujeito do Iluminismo tinha um pensamento enraizado na razão. Ele era dono de si e de suas ações. Ele também era o centro de tudo - individualista - justamente porque possui razão e conhecimento.

Já o sujeito sociológico olhava para o social e isso significava que ele não era mais o centro do universo e o indivíduo existia em uma situação relacional com o outro, que, por meio da cultura, dos símbolos, dos valores, ele se desenvolvia. No sujeito sociológico ele já não é autossuficiente. “O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem” (HALL, 2006, p. 11).

Do sujeito individualista, de identidade estável, passando para o sujeito interacional, chega-se ao sujeito pós-moderno, que vive em tempo e um espaço que se modificam ininterruptamente, assim como a própria cultura. Tudo isso faz com que o sujeito pós-moderno tenha uma identidade solta e irregular. A identidade desse sujeito é:

[...] formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpretados nos sistemas culturais que nos rodeiam. [...] O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidade que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 2006, p. 13).

Por isso, deve-se falar em identidades (no plural), que são construídas a cada momento, a cada prática social, a cada tempo. Pensar em uma identidade estanque e concluída é se iludir, porque o sujeito a cada interação, a cada dia, a cada aprendizado, modifica-se, atualiza-se e se renova, e tudo isso influencia nas memórias e nas identidades.

Como afirma Hall (2006), a identidade é construída em um processo contínuo. Ele cha-

ma a atenção para o fato de que as relações humanas, atualmente, são mediadas pela mídia, mercados financeiros e econômicos, consumismo, paisagens múltiplas etc., e, devido a tantas mediações, as “identidades se tornam desvinculadas” (HALL, 2006, p. 75), fragmentadas.

São nossas memórias que dão o suporte ou é a base para nos definirmos como indivíduo e como membro de um grupo, assim, as memórias estão associadas a identidade, pois a guarda da memória de um grupo acaba sendo um meio de construção, manutenção, transformação e continuidade ao longo dos tempos desse mesmo grupo e de sua história, tradições, sentimento e emoções (ENNE; TAVARES, 2004).

Como bem coloca a autora Gomes (1996), toda alteração nas memórias do indivíduo ou do grupo traz uma mudança na identidade, por isso é preciso ter cuidado com aquilo que se deve lembrar como esquecer para que a identidade individual e grupal não sofra com consequências pesadas demais. “Entre o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido são feitas escolhas, tornando a memória e o esquecimento “os dois lados da mesma moeda” (WEBER; PEREIRA, 2010, p. 113).

Peralta (2007), ao analisar a obra de Halbwachs, diz que o sociólogo francês acreditava que a memória seria tanto o porto seguro da identidade como o caminho para a continuidade de qualquer grupo social. E por falar em Halbwachs (2003), ele defende que é a memória que aproxima os indivíduos, porque traz o que é semelhante para o plano principal. Assim, a teoria de uma memória coletiva também traz um caminho de entendimento de que a identidade também é. “No momento em que examina seu passado, o grupo nota que continua o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo” (HALBWACHS, 2003, p. 108).

Izquierdo (2011) também afirma que a identidade social vai sendo construída a partir dessas lembranças que são comuns entre os indivíduos do grupo, por isso nos sentimos tere-sinenses e não paulistas. As recordações coletivas e equivalentes nos entrelaçam ao longo dos tempos e dentro de um espaço.

Candau (2005) também faz referência ao tempo e espaço como importantes para a memória. Existe entre a memória, o tempo e o espaço uma inter-relação que se modifica em cada tipo de sociedade. Pollak (1992) tem uma interpretação diferente quanto à delimitação do tempo e do espaço na construção das memórias e, conseqüentemente, da identidade. Ele vai defender que a memória individual e a coletiva são concebidas por dois elementos: as experiências vividas pessoalmente; e àquelas que acontecem por tabela, ou seja, quando o indivíduo não vive de fato aquela experiência, mas que pela força da identificação, ele as absorve e coloca na caixa de suas próprias memórias. Neste caso de experiências vividas por tabela, presume-se que essas memórias podem superar as questões do tempo e do espaço do indivíduo (POLLAK, 1992).

“É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada” (POLLAK, 1992, p. 201). Ou seja, independentemente do tempo e espaço, qualquer indivíduo pode se reconhecer, achar-se em experiências vividas por outras pessoas, grupos e nações.

Outra questão trazida por Pollak (1992) quanto à formação das memórias individual e coletiva é que elas são feitas de personagens. E, como acontece com as experiências (vividas pessoalmente e por tabela), aqui também há a possibilidade de identificação por tabela e, neste caso, uma personagem que viveu tempos passados pode ganhar uma aproximação mais contemporânea pelo indivíduo, grupo, sociedade ou nação.

Essa identificação pode criar uma imagem de “conhecida” e, assim, ser colocada nas memórias do indivíduo, mesmo que estas pessoas não façam parte nem do tempo nem do espaço atual do respectivo indivíduo. Por exemplo, Torquato Neto, poeta, jornalista e letrista, que morreu em 1972, pode, atualmente, estar na memória atual de jovens de qualquer lugar do planeta devido à força de identificação com a vida e obra do artista piauiense. Outro personagem é o Conselheiro Saraiva explorado em diversas matérias do jornal Diário do Povo, ele é apontado como visionário, um idealista e isso está muito associado ao povo de Teresina pelo jornal.

E, por fim, soma-se aos acontecimentos e as personagens um outro elemento - os lugares, que, em muitos casos, são inseridos na construção da memória sem a precisão de datas exatas, simplesmente porque aquele lugar foi marcante para o indivíduo.

Rios (2013) explica que a memória coletiva proposta por Halbwachs acontece porque o indivíduo compartilha tanto experiências como um conjunto de referências, como crenças, sentimentos, culturas e também o tempo e o espaço. É desse compartilhamento que a memória coletiva se forma e junto com ela a identidade. Para esta autora, o tempo e o espaço são construções sociais, grifadas sob a prática coletiva. “A padronização do tempo é fundamental para a sincronização das ações individuais, permitindo o desenvolvimento da vida social. [...] O mesmo ocorre com o espaço” (RIOS, 2013, p. 6-7).

Cada pessoa cria sua relação com o espaço e deposita ali recordações que, se forem preservadas, serão evocadas, porém elas são criadas a partir da cultura da sociedade que está impregnada em cada indivíduo da mesma sociedade. Esse espaço funcionaria como um “depositário para os valores e modos de vida dos grupos, materializando-os sob formas mais ou menos estáveis” (RIOS, 2013, p. 7). Esse espaço pode produzir no indivíduo uma relação emocional, subjetiva, porém não individualmente pura, porque como explica Rios (2013), nossos sentimentos derivam das influências do grupo, da sociedade.

Como sinaliza Rios (2013), a padronização do tempo e espaço, a partilha de várias referências, tudo isso tem uma função social relevante no quesito construir uma memória coletiva e um sentimento de identidade. Nesse sentido, o tempo e o espaço são meios para a produção de uma memória e identidade coletivas, pois eles contribuem para uma aproximação entre os membros. Estes possuem o sentimento de pertencimento a um grupo em um tempo e espaço. Em uma cidade como Teresina, os seus cidadãos têm diferentes espaços que são seus depósitos de recordações, de lembranças que, por motivos diversos, subjetivos, ficaram na memória.

A cidade em si já é um grande espaço de memória.

Olhada com atenção, a cidade revela que, na dinâmica da organização do seu espaço, se inscrevem signos diferenciais de pertencimento, que é necessário levar em conta, se se quiser compreendê-la, ou mesmo representá-la, tarefa a que se obrigam em comum tanto o antropólogo quanto o artista plástico. [...] Formas de percepção do espaço são, pois, relativas, correspondendo a modos diferenciais de sua apropriação. É a prática social de seus habitantes que confere ao espaço urbano sentido e significação (MAGNANI, 2000, p. 304-305).

Por ser diverso, plural, os espaços da cidade serão percebidos de diferentes formas pelos seus sujeitos, que se aproveitam dela para construir as próprias histórias, lembranças, seja na percepção de Halbwachs (2003), memórias coletivas provenientes das influências do grupo; ou seja, no olhar de Candau (2005), de uma memória partilhada, porque o indivíduo é um ser social e comunicante.

E foi dentro dessa perspectiva de Candau que eu interpretei as matérias do jornal Diário do Povo, que buscaram reforçar uma ideia coletiva de Teresina próspera, que cresce com seu povo, que é trabalhador, empreendedor, acolhedor, porém, como cada indivíduo tem seus critérios para lembrar/esquecer e produzir suas bases de pertencimento e de identidade, o fato de compartilhar, divulgar não significa, conseqüentemente, que todos, ao mesmo tempo e da mesma forma, vamos assimilar como memórias coletivas.

Quanto a essa relação memória e identidade, Candau (2005) também se desloca por ela e é categórico ao afirmar que somente podemos nos conhecer se seguirmos pela estrada das memórias. Nesse sentido, substitui o “penso, logo existo”, por “eu lembro-me, logo existo” (CANDAU, 2005, p. 46).

Para ele, essa memória partilhada é a fonte, a faculdade, a força e o caminho da identidade. Sem memória não se tem identidade e sem identidade não há memória, porque elas são faces da mesma moeda, porque uma se apoia na outra e, assim, garantem as histórias e as singularidades de vida para o indivíduo. Por isso, ele afirma que não há como diferenciar memória de identidade e, mais, “memória não é mais do que o nome dado a esta faculdade constituinte da identidade pessoal” (CANDAU, 2005, p. 143), ou seja, é quase impossível pensar em uma e não somar a outra.

O indivíduo que perde a memória também perde a própria noção de quem era, perde a personalidade. Como falar de memória é também falar de esquecimento, então, Candau (2005) faz uma relação entre memórias fortes geram identidades fortes; memórias fracas correspondem a identidades impotentes. E nesse sentido vale sublinhar que diante de tantas experiências, do envolvimento do indivíduo em tantos grupos, da formação de tantas memórias, é importante para a identidade que este mesmo indivíduo se preocupe em ter um projeto organizado, definido, com a seleção bem clara do que se deve lembrar e, conseqüentemente, esquecer. Para o Velho (1999), a memória e identidade também se relacionam, logo, um distúrbio em uma significa também um problema na outra.

Quanto a essa relação entre memória e identidade, Pollak (1992) é enfático ao dizer que a memória compõe a identidade e, ainda, que a memória é elemento para o seguimento e a coesão do indivíduo e até mesmo da nação assim como a própria identidade. Mas, o que é identidade para Pollak? De acordo com esse sociólogo austríaco, identidade é “imagem de si, para si e para os outros” (POLLAK, 1992, p. 204). É esse conceito de identidade que estou levando em consideração nessa pesquisa assim, compreendo que tanto a memória como a identidade são construídas a partir do “outro”. Eu me imagino a partir do olhar que tenho do “outro”, das referências que eu tenho daquele indivíduo ou do grupo e como variáveis construídas Pollak (1992) explica que elas surgem a partir das negociações que acontecem entre mim e o outro, os grupos e a sociedade.

Como a memória é a peça chave para a construção da identidade, faz-se necessária e urgente a organização de cada fragmento de memória para que a identidade seja forte. Dessa forma, elas podem se manter durante mais tempo sem muitas crises.

Quando a memória e a identidade estão suficientemente constituídas, suficientemente instituídas, suficientemente amarradas, os questionamentos vindos de grupos externos à organização, os problemas colocados pelos outros, não chegam a provocar a necessidade de se proceder a rearrumações, nem no nível da identidade coletiva, nem no nível da identidade individual (POLLAK, 1992, p. 207).

Mas a identidade não é feita somente de memórias. O indivíduo também decide o que não lembrar ao longo de sua jornada e assim o esquecimento faz parte da identidade.

Os grupos e as sociedades constroem a sua identidade jogando permanentemente dos dois registros: por um lado, o dever e ou a necessidade de memória [...] que pode ser uma condição de relação e da reciprocidade [...]; por outro lado, o dever ou necessidade de esquecimento” (CANDAU, 2005, p. 11).

Se, no passado, a memória dependia da capacidade de alguns indivíduos chamados de portadores ou guardiões da memória para guardar e compartilhar, por meio da oralidade, a história do grupo, Candau (2005) ressalta o papel importante da chegada da escrita para registrar como para alimentar e manter viva, ao longos dos tempos, a história e a identidade do grupo.

A escrita conseguiu frutificar a memória e a identidade, pois ela se tornou uma extensão da própria memória humana, que pode ser consultada a qualquer tempo e mais, pode ser relida, rememorada e editada para atender às necessidades (sociais, culturais e políticas) de um indivíduo, de um grupo ou de uma sociedade.

As narrativas da mídia podem servir de exemplo dessas possibilidades de leitura e releitura, assim como a própria mídia pode servir de exemplo de uma extensão ou de um lugar de memória. Para Enne e Tavares (2004), as memórias e as identidades são construídas pelos

discursos sociais e, nos últimos tempos, a mídia, de uma forma geral, tem sua participação na criação desses discursos memoriais e identitários. Em consequência, faz-se necessário levantar mais outra relação da memória, desta vez, com a mídia.

É importante reforçar que desde que apareceram, ainda no século XV, todos os meios de comunicação se tornaram locais ou organizações complexas, centrais para o conhecimento de informações por parte do indivíduo e, nesse sentido, são fontes de debates e investigações por parte de diversas áreas, como a própria Antropologia

Memória coletiva e enquadramento da memória: apontamentos para interpretar a memória oficial

A arte da memória tem longa data e os créditos vão para os antigos gregos, que transmitiram para os romanos e depois por toda a Europa (YATES, 2007). A historiadora inglesa Yates (2007) traz no livro *A Arte da Memória* (2007), no capítulo I - “As Três Fontes Latinas da Arte Clássica da Memória”, uma classificação em duas variáveis que foi proposta em um manual de retórica, em Roma, 86-82 a.C.

De acordo com esse manual existem as memórias natural e artificial. “A natural é aquela inserida em nossas mentes, que nasce ao mesmo tempo que o pensamento. A memória artificial é aquela reforçada e consolidada pelo treinamento” (YATES, 2007, p. 21).

A arte da memória artificial entre os gregos e romanos consistia em associar imagens e lugares ao que se queria memorizar. Para Santo Agostinho, na Antiguidade, essa conexão entre imagens e lugares para se memorizar palavras ou coisas não funcionava quando o assunto era Deus. Para ele, Deus estava na memória. Segundo Yates (2007), Santo Agostinho considerava a memória uma das três partes da alma: Memória, Intelecto e Vontade.

Quanto a esta técnica de memorizar por associação à imagens e lugares, o próprio Halbwachs (2003, p. 55) cita na sua obra *A Memória Coletiva*. “Reconhecer por imagens, ao contrário, é ligar a imagem (vista ou evocada) de um objeto a outras imagens que formam com elas um conjunto e uma espécie de quadro, é reencontrar as ligações desse objeto com outros que podem ser também pensamentos ou sentimentos”.

Na proposta apresentada por Bosi (1994), com base em Henri Bergson, ela diz que existe uma memória automática, que é chamada de Memória-hábito; e a outra a lembrança-pura ou imagem-lembrança. A primeira depende do esforço contínuo, da concentração até ser realizada de forma automática, como um adestramento.

Graças à memória-hábito, sabemos “de cor” os movimentos que exigem, por exemplo, o comer segundo as regras da etiqueta, o escrever, o falar uma língua estrangeira, o dirigir um automóvel, o costurar, o escrever à máquina, etc. A memória-hábito faz parte do nosso adestramento cultural (BOSI, 1994, p. 49).

A memória-hábito está relacionada a um aprendizado e uma ação, ou seja, aprendemos a andar, comer, falar, respirar etc. e agimos habitualmente sem mais esforço no dia a dia. Essa memória é social, porque aprendemos de acordo com o grupo que participamos.

Já a memória imagem-lembrança é consciente, onde buscamos lembrar de algo ou de alguém, existe o desejo de voltar ao passado para lembrar de um fato. Ela não é mecânica, automática como a memória-hábito, já que ela acontece de forma inesperada. “[...] A imagem-lembrança tem data certa: refere-se a uma situação definida, individualizada, ao passo que a memória-hábito já se incorporou às práticas do dia-a-dia (BOSI, 1994, p. 49).

Uma outra proposta de classificação da memória é apresentada por Davidoff (2001): sensorial, de curto prazo e de longo prazo. A memória sensorial está relacionada aos sentidos humanos. É por um dos sentidos que a memória se aproveita para relembrar algo do passado. Pode ser pelo olfato ao relembrar a comida preparada pela mãe ainda quando criança, ou pela audição ao escutar uma música do passado; pela visão ao reencontrar um amigo e devido às suas feições a lembrança aparece. Essa memória é curta, rápida, porém pode ficar registrada por mais tempo quando a pessoa encaminha essa ação para o segundo estágio - a memória de curto prazo, que codifica e decide se vai ser registrada por pouco ou longo tempo.

Se a informação e/ou imagem que chega ao indivíduo for importante, então é registrada e fará uma ligação com a próxima memória - a de longo prazo (DAVIDOFF, 2001).

Para Candau (2016), existe uma taxionomia ainda mais extensa da memória e que ele coloca como sendo dentro de um olhar antropológico. A primeira é a protomemória (ou também chamada pelo autor de protopensamento, de baixo nível, memória repetitiva ou memória-hábito), que diz respeito às memórias já inclusas, incorporadas, introduzidas no indivíduo e que fazem a pessoa saber de algo de forma inconsciente. É a memória procedural que corresponde aos aprendizados, às narrativas, às práticas do indivíduo, dos grupos, da sociedade (CANDAU, 2016). O hábito é “essa forma de conhecimento ou “senso prático” que nos permite agir quando necessário sem que se pergunte “como se deve fazer” (CANDAU, 2016, p. 22-23).

A segunda classificação é a memória pura, é a memória de alto nível, pois se trata da convocação consciente ou não do que se quer lembrar (CANDAU, 2016). A terceira e última é a metamemória que diz respeito ao discurso que o indivíduo faz da própria memória. É uma representação, é um discurso que cada indivíduo reivindica para si. Para o autor, as duas primeiras memórias não se encaixam na expressão “memória coletiva”. Talvez, a metamemória seja o tipo que mais se aproxima do termo “memória coletiva” de Halbwachs (1990, 2003), pois o que existe é uma representação, um discurso que pode ser reiterado, multiplicado pelos membros do grupo.

Existem dois tipos de representações: as factuais e a semânticas. As primeiras dizem respeito aos fatos, ao que aconteceu. Por exemplo, é fato que a primeira capital do Piauí foi Oeiras e que houve a mudança para Teresina. Esse exemplo é uma representação factual, aconteceu, foi real, todos têm conhecimento disso porque está registrado, tem pertinência e pode fazer parte de uma memória coletiva. Todavia, a representação semântica vai pelos significados

que cada piauiense dá a esse fato histórico. Pode ser que, semanticamente, ele não tenha uma forte pertinência, pode ser que algumas pessoas não atribuam um sentido muito forte e significativo para tal acontecimento. Se a mudança foi positiva ou negativa, isso ficar sob a responsabilidade de cada um. Nessa perspectiva, existe uma memória coletiva quando se trata de fatos históricos, mas é difícil acreditar em uma memória coletiva no sentido de ser única, passiva, definida e compartilhada da mesma forma para todos os membros do grupo.

Halbwachs (1990) considera que o debate mais grave é entre memória coletiva e memória individual. O autor não apresenta uma classificação dos tipos de memória, porque destacou em toda a sua obra a existência da memória coletiva.

“Nossas lembranças permanece coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós” (HALBWACHS, 2003, p. 30).

Santos (2009) explica que a proposta de uma teoria de uma memória coletiva está baseada na certeza de que as ações e as lembranças individuais são estabelecidas pelas organizações sociais e coletivas.

Mesmo as memórias mais íntimas, para o autor, elas são reflexos da convivência e interação com o grupo, dos quadros sociais. Ele não rejeita a existência da memória individual, somente afirma que ela faz parte das memórias do grupo, do coletivo, porque o indivíduo nunca está só, ele está sempre inserido em um grupo e sociedade (HALBWACHS, 2003).

Não conseguimos lembrar coletivamente quando essas lembranças são da primeira infância, porque na primeira infância, não temos consciência do espaço, do tempo e da sociedade. A partir do momento em que somos agentes sociais, que participamos ativamente do cotidiano, seja familiar ou profissional, nossa memória será coletiva (HALBWACHS, 1990).

Dessa forma, as memórias coletivas do indivíduo estão amarradas às memórias do grupo afetivo (família, grupo profissional, amigos etc.) como defendia Halbwachs (1990) e como também alega Peralta (2007), ao afirmar que a função principal da memória é unir e fortalecer os laços sociais do grupo. Não somente o grupo social produz a memória no sujeito como também é com cada grupo social que o indivíduo reconhece e localiza.

A Pós-modernidade veio evidenciar que os indivíduos podem pertencer a uma multiplicidade de grupos e de identidades e que, portanto, as suas memórias são construídas de forma dinâmica, conflitual, selectiva e dialógica, não se limitando à modelação imposta por um grupo exclusivo (PERALTA, 2007, p. 15).

A memória é variável, mutante, plástica e que depende de ações vividas para ela se desenvolver. Tanto as memórias vão sendo reconstruídas e evoluindo, como as percepções do outro/algo também.

Maurice Halbwachs deixou três obras relacionadas com o tema memória, mas sendo a última uma compilação de escritos dele antes da sua morte, em 1945. O primeiro se chamava “Les Cadres Sociaux de la Mémoire”² (1925), onde ele já afirma que nossas lembranças por mais exclusivas do indivíduo, elas são fruto e somente existem porque são resultados das relações sociais; o segundo foi “La Topographie Légendaire des Évangiles em Terre Sainte”³ (1941), e o último “La Mémoire Collective”⁴, este último foi traduzido para o português.

A expressão “memória coletiva” surgiu ainda no primeiro livro, em 1925, e ele traz o tema para uma questão social, já que antes era tratado exclusivamente como um fator biológico.

No prólogo do livro traduzido - Os marcos sociais da Memória⁵, Namer (2004) procura validar, reforçar o pensamento de Halbwachs quanto a uma memória coletiva. Namer (2004) deseja afirmar que a teoria de uma memória coletiva era verdadeira, que somente se pode lembrar quando se têm experiências dentro de um grupo comum e afetivo. E isso já traz uma insinuação de que tanto existe uma memória coletiva como uma identidade coletiva. Eu preciso do grupo para ter memórias, para evocá-las, confirmá-las e para saber quem eu sou. “Porém, é na sociedade onde, normalmente, o homem adquire suas recordações, é ali onde ele as evoca, as reconhece e as localiza” (NAMER, 2004, p. 8, tradução nossa).⁶

Ou seja, nessa obra, Halbwachs (2004) é categórico ao afirmar que é por meio do grupo do qual o indivíduo participa que é possível construir uma memória e, portanto, ela é coletiva. Além disso, as memórias são construídas e reconhecidas dentro de um tempo e espaço também coletivos. Como bem interpreta o livro de Halbwachs, Santos (2009, p. 149) afirma: sua ênfase é a de que memórias se formam e são renovadas devido a laços de solidariedade entre os indivíduos, os quais são construídos através de elementos comuns simbólicos”.

Por isso, o fato de o indivíduo realizar uma seleção daquilo que deve ou não ser aprendido não quer dizer que se trata de uma memória individual pura. Halbwachs, que desenvolveu o conceito de memória e trouxe para o campo das Ciências Sociais, assegura que as memórias são sempre coletivas, são os “outros” que ajudam na ação de lembrar, de recordar as memórias e até mesmo de corrigi-las (HALBWACHS, 2003).

E para ele existe uma diferença entre “lembrar” e “recordar”. Lembrar vai ao encontro da memória semântica, que acontece quando aprendemos com nossos movimentos e nossos esforços e, desta forma, isso fica guardado na memória; enquanto a memória episódica diz respeito ao recordar, que acontece de forma esporádica, que surge ao acaso na nossa memória.

Halbwachs foi um discípulo de Èmile Durkheim e, por isso, defendia a força do coletivo sobre o indivíduo e, desta maneira, esforçou-se em explicar a sua tese de memória coletiva a partir da convivência com o outro ou com grupos e, assim, as lembranças serão sempre concatenadas por essas experiências coletivas (HALBWACHS, 2003). O estudo desse sociólogo,

2 Os Quadros Sociais da Memória (tradução nossa)

3 A Topografia Legendária dos Evangelhos em Terra Santa (idem)

4 A Memória Coletiva (tradução Beatriz Sidou)

5 “Los marcos sociales de la memoria”

6 “Sin embargo, es en la sociedad donde normalmente el hombre adquire sus recuerdos, es allí donde los evoca, los reconoce e los localiza” (NAMER, 2002, p. 8)

então, é “[...] entender como um fenômeno clássico e estritamente tratado como subjetivo pode ser coletivamente moldado e compartilhado por outros indivíduos [...]” (CORDEIRO, 2015, p. 15).

Ele cita o próprio Durkheim para tratar da força do coletivo e das convenções sociais sobre o indivíduo. Para Halbwachs (2003), a memória era um componente de promoção, da concordância e da adesão social.

Durkheim não deixou de observar que, a rigor, um indivíduo isolado poderia ignorar que o tempo passa e seria incapaz de medir sua duração, mas a vida em sociedade implica que todos os homens entram em acordo sobre tempos e durações, e conhecem muito bem as convenções de que são objeto (HALBWACHS, 2003, p. 113).

O indivíduo precisava se adaptar às regras, normas dos grupos e da sociedade da qual participava. O tempo e as condições da sociedade se sobressaem sobre as preferências individuais. Por isso, “a memória sempre tinha um fundo social, coletivo. Ninguém poderia lembrar-se realmente de algo fora do âmbito da sociedade, pois a evocação de recordações é sempre feita recorrendo aos outros, seja a família, ou demais grupos” (WEBER; PEREIRA, 2010, p. 106).

Bosi (1994) explica que para Halbwachs a memória está diretamente conectada com os agrupamentos das relações que cada indivíduo tem e isso vai desde os grupos familiares até grupos sociais e profissionais. Então, para apoiar sua ideia de uma memória coletiva, Halbwachs (2003) vai falar em “quadros sociais da memória”, que significam os grupos sociais de que o indivíduo faz parte, o tempo e o espaço coletivos, as crenças, os valores e sentimentos. Segundo Bosi (1994), Halbwachs pesquisa os quadros-sociais da memória que dizem respeito às interações do indivíduo no tempo e espaço com seus grupos, então, a memória é coletiva porque elas surgem dessas relações.

Para Sant esses quadros servem como referência:

para a construção subjetiva de lembranças. Eles determinam o que deve ser lembrado, esquecido, silenciado ou comemorado pelos indivíduos. A contextualização realizada pelos quadros sociais inclui, ainda, a padronização social do tempo e do espaço, dimensões fundamentais da experiência humana (RIOS, 2013, p. 6).

Candau (1995) acredita na força desses quadros sociais, porém discorda do termo memória coletiva proposto por Halbwachs. Toda sociedade simples e complexa tem os quadros sociais da memória, ou seja, suas referências. A linguagem, as convenções da fala, as regras de convivência, tudo isso orienta as lembranças e fazem parte dos quadros sociais da memória, como também os patrimônios, as paisagens culturais, o grupo familiar, de amigos e do trabalho. Os quadros sociais são relevantes e podem promover uma memória partilhada e não uma me-

mória coletiva (CANDAU, 1995).

Dentro da classificação proposta por Candau (2016), a metamemória corresponde as representações que criamos, nesse sentido, esta sim pode ser compartilhada, e pode ser uma memória coletiva, mas as outras duas, a protomemória, que é a memória inconsciente do indivíduo, e a memória de alta nível, que se trata das recordações escolhidas, estas são tipos de memórias individuais.

Halbwachs (1925, p. 79 apud CANDAU, 2005, p. 94) afirma que “não existe memória possível fora dos quadros de que os homens que vivem em sociedade se servem para fixar e reencontrar as suas recordações”, mas, ao usar essa citação de Halbwachs, que está no livro *Les cadres sociaux de la mémoire*, Candau (2005) quer dizer que esses quadros sociais não somente orientam as recordações como servem de base para novas lembranças que virão. E esses quadros sociais não são estanques assim como as memórias também não são. Uma mudança, uma alteração nesses quadros modifica as memórias individuais e grupais. E caso aconteça o fim desses quadros sociais, a memória não chegará a ser compartilhada e, portanto, não será coletiva.

Os quadros sociais da memória fazem sentido, e “[...] esta noção é muito mais convincente do que a da memória coletiva” (CANDAU, 2005, p. 93).

Huysem (2014) concorda com Candau (2005) e afirma que uma teoria da memória coletiva é improvável, porque dá uma ideia de que ela é uma questão consensual, simples, de fácil organização mesmo sendo construída com base em indivíduos que são pessoas diferentes, que trocam interações a todo instante.

Halbwachs (2003) afirma e tenta comprovar sua teoria de que a memória é um evento social, coletivo, em consequência, ele traz as próprias lembranças e as coloca dentro do tempo e espaço dele com os seus grupos.

As pessoas com quem conviveu naquelas experiências compartilharam das mesmas lembranças e se tornaram “testemunhos”, necessários para confirmar ou recordar uma lembrança. Para a permanência da lembrança é preciso que ainda façamos parte do grupo. Lembramo-nos dos eventos, enquanto as pessoas envolvidas estejam fazendo parte de nosso contexto (WEBER; PEREIRA, 2010, p. 107-108).

Halbwachs (2003) não descarta a existência de uma memória individual, porém, ele aponta para uma predominância de uma memória coletiva sobre a individual, porque o indivíduo está sempre em interação com o outro, portanto não há como uma memória ser totalmente individual, pois o outro faz parte daquela ação/fato/momento. O indivíduo é que tem o trabalho e a ação de memorizar e evocar a lembrança, é o indivíduo que escolhe o quê e de quem lembrar pelo grau de importância. E como bem finaliza Bosi (1994, p. 419), “a memória grupal é feita de memórias individuais”.

Velho (1999), ao tratar de projeto, vai ao encontro de Halbwachs (2003), pois os projetos individuais, na verdade, são projetos coletivos, já que eles surgem a partir do convívio com

o outro, a partir das ações, das experiências e diálogo com o com o grupo e com a sociedade. Ele destaca ainda que nos tempos atuais, de uma sociedade massificada em que os indivíduos passam e vivem todo tipo de aventura e experiência, “a memória e o projeto, de alguma maneira, não só ordenam como dão significado a essa trajetória” (VELHO, 2003, p. 102).

Existe uma influência recíproca quando se vive em uma sociedade. Portanto, o projeto é criado com a aproximação das memórias e das conversas que travamos com o(s) outro(s). Assim como os projetos são alicerçados pelas experiências sociais, as memórias acontecem por esse diálogo permanente com a rede de contatos.

No prefácio da obra - “A Memória Coletiva”, Duvignaud (2003) reforça o quanto Halbwachs era um “durkheimiano” e como ele tomava “como ponto de referência os contextos sociais reais” (DUVIGNAUD, 2003 apud HALBWACHS, 2003, p. 7-8), para defender uma memória coletiva. A memória é a linha divisória entre a vida individual das ações e intervenções da sociedade. Ou seja, a memória e a recordação são variáveis fundamentais que tanto demarcam como aproximam o indivíduo dos outros grupos coletivos, porque é esse intercâmbio que vai contribuir para a formação da identidade social. Para Halbwachs (2003), a memória é coletiva e as memórias que se apoiam também na dos outros indivíduos tornam-nas mais fortes, pois elas podem ser confirmadas nas recordações de vários membros do grupo.

O autor defende ainda que, quando uma terceira pessoa pode confirmar as nossas memórias, com certeza, isso irá contribuir para revivê-las com maior intensidade, “como se uma mesma experiência fosse recomendada não apenas pela mesma pessoas, mas por muitas” (HALBWACHS, 2003, p. 29). E ele ainda complementa: “não estamos mais sós a representá-los para nós (HALBWACHS, 2003, p. 30). E essa força da coletividade é inscrita nas palavras de Izquierdo (2011, p. 12-13; grifo nosso).

O acervo das memórias de cada um nos converte em indivíduos. Porém, tanto nós como os demais animais, embora indivíduos, não sabemos viver muito bem em isolamento: formamos grupos. “Deus os cria e eles se juntam, afirma o ditado popular. [...] A necessidade de interação entre membros da mesma espécie, ou entre diferentes espécies inclui, como elemento-chave, a comunicação entre os **indivíduos**. Essa comunicação é necessária para bem-estar e para a sobrevivência. Procuramos laços, geralmente culturais ou de afinidades e, com base em nossas memórias comuns, formamos grupos. [...] Consideramo-nos membros de civilizações inteiras e isso nos dá segurança, porque nos proporciona conforto e **identidade coletiva**.”

Chauí (apud BOSI, 1994, p. 31) também defende que a memória é coletiva mesmo quando o indivíduo personaliza suas memórias do grupo. “O tempo da memória é social, não só porque é o calendário do trabalho e da festa, do evento político e do fato insólito, mas também porque repercute no modo de lembrar”.

Subindo a rua onde morei, lembro-me de que ela se unia à avenida Rebouças por uma transversal de calçadas altas, com degraus. O encontro de um amigo que se tenha sentado nos mesmos degraus nos traz uma espécie de euforia e tranquilidade. Deixamos de ser, por um momento, os visionários da cidade antiga que só existia em nós, e que, de repente, ganha a sanção de uma testemunha: passa a ser uma lembrança coletiva, portanto uma realidade social (BOSI, 1994, p. 413).

Em se tratando de memórias coletivas, elas fazem com que essas lembranças organizadas formem uma realidade social, coletiva, comunitária, plural. Não é somente uma memória que diz respeito a uma pessoa, mas memórias que constroem narrativas de diferentes indivíduos. Segundo Huysssem (2014), as comemorações dos fatos marcantes da história mundial, a transformação desses fatos em narrativas midiáticas, a criação e reorganização dos museus, a restauração de centros urbanos antigos, a moda retrô, as autobiografias cada vez mais nas bancas de revistas para serem consumidas, o destaque para os documentários, enfim, tudo isso mostra que “[...] o mundo encontra-se, sem dúvida, em processo de musealização e todos nós desempenhamos nele o nosso papel. A memória total parece ser o objetivo” (HUYSSSEM, 2014, p. 13).

Quanto à formação de grupos com base em afinidades, Halbwachs (1990) explica que a memória precisa de uma comunidade afetiva. Não há memória quando a distância entre os indivíduos já os isolou. É urgente que haja elos, vinculações entre o indivíduo e o grupo do qual ele faz parte para que a memória seja confirmada e reconstruída com certo alicerce comum. Quer dizer, é preciso que o tempo e a distância não apaguem as marcas da interação, os interesses e os caminhos coletivos. Se o tempo e a distância riscarem, ferirem, picharem essas marcas comuns, as memórias, as lembranças não virão à consciência do indivíduo, por isso a importância dos grupos de afinidade e da continuidade dos laços afetivos entre seus membros.

É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aquele e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo (HALBWACHS, 2003, p. 39).

Se as memórias se formam no interior dos grupos afetivos, o esquecimento também provém disso - da falta de interação, convivência, do estar e do sentir. E não é preciso, obrigatoriamente, se fazerem presencialmente todos os dias/horas, basta que a lembrança do grupo seja alimentada, estimulada, abastecida para que as memórias continuem “vivas” para serem lembradas, como bem explica Halbwachs (2003, p. 30): “[...] não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem”. Para este autor, as imagens e os pensamentos do

passado, resultado das experiências vividas no grupo afetivo, bastam para que o indivíduo não fique nem se sinta mais sozinho.

No pensamento de Huysssem (2014), existe uma comunhão com a importância dos grupos de afinidade de Halbwachs. “A memória vivida é activa, viva, encarnada no social - ou seja, nos indivíduos, nas famílias, nos grupos, nações e regiões. Estas são as memórias necessárias para construir diferentes futuros locais num mundo global” (HUYSSSEM, 2014, p. 58). Mas ele não deixa de lado que, no mundo atual, conectado, globalizado, as interações podem acontecer de diferentes formas e moldadas pelas tecnologias de uma forma geral. Izquierdo (2011) acentua que as memórias em grupo provocam no indivíduo a ação de recordar costumes que são reconhecidos por todos e isso reforça ainda mais os laços sociais. Mas, não garante a produção de uma memória coletiva como acreditava Halbwachs.

Candau (2005) afirma que grupos de afinidade são importantes e fortes para a recuperação e manutenção das memórias, porque os indivíduos se sentem mais fortes, porque se criam repertórios comuns e, desta forma, os sujeitos se sentem mais vinculados a um grupo e a um lugar. Porém, para ele, a afirmativa de uma memória coletiva não é uma explicação viável e simples.

Para o autor foi a linguagem que permitiu a exteriorização da memória, por outro lado, ela é um meio fraco, pois ela depende das vivências de cada um e, assim, essa memória que é exteriorizada pode sofrer alterações ao ser pronunciada, ao receber novo tratamento, nova reinterpretação, pois cada indivíduo analisa de acordo com o seu contexto e repertório. Por exemplo, as matérias comemorativas da cidade de Teresina foram divulgadas, no entanto, isso não significa que elas formaram um conjunto de memórias coletivas, no máximo, podem induzir, reforçar no sujeito uma recordação, mas não significa que o jornal vai construir uma memória coletiva. “Esta transmissão é o fruto de três aptidões naturais específicas do Homo sapiens: o seu instinto social, a sua capacidade para exteriorizar o seu pensamento e um instinto epistêmico extraordinariamente desenvolvido. Entretanto, o resultado obtido - a partilha - não é garantido” (CANDAU, 2005, p. 84).

Pollak se encontra entre Halbwachs e Candau. Pollak (1992) acreditava que existia uma memória individual e coletiva sem a última se sobrepor à primeira e de que as memórias (individual ou coletiva) são fabricadas a partir do “outro”. Nas suas pesquisas e entrevistas orais que realizou, Pollak (1992) conferiu que existem fatos ou marcos que estão presentes em todas as falas dos seus personagens, que ele chamou de “pontos invariantes”. Nesse sentido, existem fatos que podem estar presentes na memória coletiva de um grupo, e por isso, existem as duas memórias - individual e coletiva.

[...] no decorrer de uma entrevista muito longa, em que a ordem cronológica não está sendo necessariamente obedecida, em que os entrevistados voltam várias vezes aos mesmos acontecimentos, há nessas voltas a determinados período da vida, ou a certos fatos, algo de invariante. É como se, numa história de vida individual - mas isso acontece igualmente em memórias construídas

coletivamente - houvesse elementos irredutíveis, em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças” (POLLAK, 1992, p. 201).

Então, para Pollak a memória é construída coletivamente e individualmente.

Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização (POLLAK, 1992, p. 204).

Ou seja, o indivíduo também tem suas próprias lembranças, tem a faculdade de selecionar, organizar e construir a caixa de memórias individuais. E nesse entendimento, essa dissertação acompanha Pollak ao defender que cada pessoa pode construir suas próprias memórias sem, impreterivelmente, estar subjugado, subordinado aos quadros sociais da memória, ao conjunto memorial do grupo, do coletivo, da sociedade.

O indivíduo pode ser agente de suas memórias e como todos os outros autores, a memória acontece por um processo de aprendizagem e seleção e, por este fato, por ser uma seleção, Pollak (1992) fala em “enquadramento da memória”, que, para ele é uma expressão que pode substituir o conceito de memória coletiva. O enquadramento da memória significa selecionar aquilo que é mais significativo para o indivíduo e, no caso de nação, de memórias oficiais, esse enquadramento se veste de uma luta política. “A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo” (POLLAK, 1992, p. 204).

Enquadrar, então, é encaixar, disciplinar, selecionar seja individualmente ou coletivamente o que deve ser guardado na memória ou jogado no limbo. Nessa ação de enquadrar a memória, Pollak (1992) traz uma outra questão - o poder e por isso a memória sempre está em disputa por diversos grupos, que buscam estruturar aquilo que deve ser memorizado ou esquecido. Por isso, tão relevante “reconhecer que existem relações entre o poder e a memória implica em politizar as lembranças e os esquecimentos” (CHAGAS, 2009, p. 44).

E esse enquadramento da memória exige investimentos, não pode ser forma arbitrária, porque aquilo que deve ser memorizado/esquecido precisa ser justificado para evitar conflitos. Le Goff (2003) vem colaborar com Pollak (1992) ao afirmar que uma memória coletiva pode sofrer com a manipulação de dados para se manter o poder. “Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas” (LE GOFF, 2003, p. 422).

Por isso, “dirigir-se ao passado, sem nenhuma perspectiva de mudança, implica a comemoração da ordem estabelecida, a afirmação da ordem jurídica, dos valores culturais dados, da verdade científica imposta, a repetição do conhecimento” (CHAGAS, 2009, p. 46).

MÍDIA E PRODUÇÃO DO ACONTECIMENTO E MEMÓRIA

Jornais impressos, revistas, o rádio, a televisão, o cinema e, por último, a internet. Todos esses meios estão associados à palavra mídia, que remete à compreensão de suportes técnicos capazes de produzir e divulgar grandes quantidades de informações para um número de receptores quase que incontáveis.

Para Rabaça e Barbosa (2002, p. 37), mídia significa o “conjunto dos meios de comunicação existentes em uma área ou disponíveis para uma determinada estratégia de comunicação”.

Duarte (2005, p. 87) diz que esses suportes técnicos são os “aparelhos sociais institucionalizados geradores de mediações simbólicas pelas quais se hierarquiza, tematiza e classifica a realidade social”, mas uma realidade que está em constante transformação, mudança, evolução, pois a sociedade não é estática, ao contrário, ela está, permanentemente, em ebulição, em movimento. Formada por diversas organizações, como por exemplo, suas organizações sociais, políticas, econômicas, a sociedade procura sempre se reinventar e inventar novas formas de se comunicar, interagir, portanto, para Beltrão e Quirino (1986), a história das sociedades é também o relato das invenções comunicativas, do desejo do indivíduo ou de um grupo de uma comunicação (produção-transmissão e resposta) mais eficiente e rápida.

Das imagens gravadas em pedras, cavernas, passando pelos sinais de fumaça, aos sons, a escrita, até chegar a uma revolução informacional com a presença de meios eletrônicos, tudo isso serve de evidências das invenções criadas pelas sociedades no sentido de terem suportes que proporcionam trocas de mensagens, relações sociais sem o problema da distância espacial e temporal. “A escrita, o som, a imagem e os dados estão hoje onipresentes e dão a volta ao mundo em menos de um segundo. Todo mundo, ou quase, vê tudo, sabe tudo sobre o mundo” (WOLTON, 2006, p. 9) pelos meios de comunicação de massa.⁷

Apesar de termos uma velocidade na transmissão de dados, vale destacar o pensamento de Wolton (2004) em dois aspectos: primeiro, que essa agilidade de interação, sem ter tanto a dificuldade quanto ao tempo e espaço, não corresponde, naturalmente, a uma qualidade quanto ao conteúdo desse contato. Para o autor, as relações sociais diretas ou mediadas exigem esforço e que os recursos técnicos, como as mídias, não garantem o sucesso do processo interativo, de outro lado, facilitam o contato com o mundo e os pontos de vista dos indivíduos. O segundo ponto de Wolton (2006) é que existem dois sentidos para a palavra comunicação ao longo da história da humanidade. O primeiro sentido vem da origem da palavra no latim, que significa comunhão e partilha e o segundo sentido surge com os avanços técnicos, o avanço dos suportes, como a imprensa, no século XVI, que popularizou a comunicação para dar um sentido de difusão, transmissão, propagação em massa.

Concordo com esse sentido ambíguo da palavra comunicação, de o meio ser um faci-

⁷ [...] (também designados pelas expressões mass media e mídia e pelas iniciais MCM) são instrumentos ou aparelhos técnicos mediante os quais se difundem mensagens - pública, indireta e unilateralmente - a um público disperso” denominado audiência (BELTRÃO; QUIRINO, 1986, p. 117)

litador para a propagação de informações. Porém, vale destacar a diferença entre informar e comunicar. Para Wolton (2006), informar não tem a mesma ideia de comunicar. Os veículos de massa, como o jornal impresso, procuram informar, transmitir sobre fatos que consideram relevantes para a sociedade, porém o ato de comunicar é um movimento mais complexo, porque “não é apenas produzir informações e distribuí-la, é também estar atento às condições em que o receptor a recebe, aceita, recusa, remodela, em função de seu horizonte cultural, político e filosófico, e como responde a ela” (WOLTON, 2006, p. 16). É compreensível que tal diferença apareça por conta da vulgarização, a popularização, a produção em massa e a comunicação cada vez mais mediada por um meio técnico.

Beltrão e Quirino (1986) defendem que a comunicação é um processo humano essencial, em que os membros de tal ação buscam partilhar e influenciar um ao outro em um jogo de interação. Esses dois autores apontam uma diferença entre comunicação e comunicações, pois esta já é relativa a meios que auxiliam o ato comunicativo. Para eles, as comunicações são recursos secundários, que dão suporte aos gestos e palavras do indivíduo e funcionam como “extensões do homem”⁸, como “os tambores tribais, os sinais de fumaça e os tabletes de pedra até a telegrafia, a imprensa, a radioemissões e o cinema” (BELTRÃO; QUIRINO, 1986, p. 117).

Para Latour (2004), a informação não é uma construção fiel da realidade e essa pesquisa também vai ao encontro dessa opinião. Informação é uma questão social e é construída a partir de “operações de seleção, extração, redução, a contradição entre a presença e a ausência num lugar” (LATOURE, 2004, p. 42). Essa construção social da realidade, atualmente, é repassada pela mídia nos seus diferentes veículos e formatos.

Outra questão é que o aperfeiçoamento dos veículos de comunicação e de informação foram um anseio das próprias sociedades, que buscavam e buscam uma forma de produção e transmissão de informações de forma precisa, sem dificuldades geográficas e com velocidade. De uma comunicação artesanal, simples e de forma presencial para uma produção industrial, uma comunicação de massa, que fala para uma audiência anônima, que produz uma mensagem padronizada, em série, programada e onde o cidadão-consumidor tem que se deparar com uma quantidade de dados sem precedentes (WOLTON, 2006). Para fazer parte desses meios de comunicação de massa (MCM), os veículos devem ser industriais, tanto na estrutura, operação, organização e comercialização; extensíveis no tempo e/ou no espaço, o que significa que a mensagem midiática atinge vários receptores ao mesmo tempo; e unilaterais, já que as mensagens partem somente dos próprios veículos e o retorno é mínimo quando se fala de mídias, como jornal, revista, tv e rádio (BELTRÃO; QUIRINO, 1986).

Para Thompson (1998), existem quatro poderes: o econômico, que diz respeito à extração de matéria-prima, comercialização ou troca e consumo por meio de capital financeiro;

8 “Toda extensão é uma amplificação de um órgão, de um sentido ou de uma função que inspira ao sistema nervoso central um gesto autoprotetor de entorpecimento da área prolongada — pelo menos no que se refere a uma inspeção e a um conhecimento diretos” (MCLUHAN, 1964, p. 196). Para este autor, a roupa, a roda e os meios de comunicação de massa, por exemplo, podem ser entendidos como recursos que prolongam uma capacidade humana: a roupa é a extensão da pele; a roda serve de extensão dos nossos pés; assim como a tv é uma extensão dos nossos olhos.

político, que busca regular as interações sociais e é comandado pelo Estado; coercitivo, que mantém ligação com o poder político, e que acontece sob o uso da força ou ameaça e, por fim, o simbólico, em que se enquadra a igreja, universidades e também os meios de comunicação. “Usei o termo “poder simbólico” para me referir a esta capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e da transmissão de formas simbólicas” (THOMPSON, 1998, p. 24), como as notícias e outras e formas de narrativas usadas pela imprensa. É por conta desse poder de mediação, de protagonista quanto a organizar as informações para serem transmitidas ao público, de espaço para leitura da realidade e até mesmo de promoção de aprendizados, que a mídia cada vez mais se coloca como objeto de investigação e interpretação.

E para reforçar esse poder simbólico, Thompson (1998) destaca que a mídia tem poder de causar impactos tanto sociais como políticos, o que ele chama de “formas cooperativas de ação responsiva”, ou seja, os conteúdos midiáticos provocam mobilizações, reações da sociedade e isso somente é possível porque já não é mais possível falar de sociedade sem citar a presença da mídia.

Para Giddens (2002), o momento atual é chamado de modernidade e ele tem tudo a ver com os meios de comunicação.

A modernidade é inseparável de sua “própria” mídia: os textos impressos e, em seguida, o sinal eletrônico. O desenvolvimento e expansão das instituições modernas estão diretamente envolvido com o imenso aumento na mediação da experiência que essas formas de comunicação propiciaram. [...] A imprensa foi uma das principais influências no surgimento do Estado moderno e de outras instituições da modernidade, mas quando olhamos para as origens da alta modernidade o que é importante é o desenvolvimento cada vez mais entrelaçado da mídia impressa e da comunicação eletrônica. [...] A familiaridade gerada pela experiência transmitida pela mídia pode talvez, com frequência, produzir sensações de ‘inversão de realidade’: o objeto ou evento real, quando encontrado, parecer ter uma existência menos concreta que sua apresentação nas mídias (GIDDENS, 2002, p. 31)

E quando se fala em mídia, é preciso trazer à luz o fazer jornalismo, a atividade que apura acontecimentos, faz seleção e depois divulga. O jornalismo é uma área em cujo caráter está imerso o propósito de encontrar e narrar os fatos que, por critérios profissionais, éticos e mercadológicos, são publicados. Thompson (1998) ressalta que o jornalismo é uma forma moderna de saber o que acontece no cotidiano das sociedades, mas a vontade de estar informado é mais antigo.

Existe uma preocupação com o real e isso faz com que o jornalismo narre acontecimentos prováveis, aceitáveis e que pareçam verdadeiros. Traquina (2005) explica que alguns jornalistas, ao definirem a profissão, afirmam que se trata da realidade, já que “o principal produto do

jornalismo contemporâneo, a notícia, não é ficção, isto é, os acontecimentos ou personagens das notícias não são invenção dos jornalistas” (TRAQUINA, 2005, p. 20). Claro que, pela mídia, pelos seus veículos, essa realidade pode ser contada por partes, de forma contextualizada ou não, com diversas fontes ou não, com determinados objetivos, pois a mídia faz parte das várias organizações presentes na sociedade, então, ela é somente um olhar, uma perspectiva de um fato.

Não obstante, ao longo do tempo, a mídia e o jornalismo foram aceitos como suportes que informam o que acontece no mundo e fazem a mediação entre os fatos e os sujeitos. “Pode-se-ia dizer que os jornalistas são os modernos contadores de ‘estórias’ da sociedade contemporânea, parte de uma tradição mais longa de contar ‘estórias’” (TRAQUINA, 2005, p. 21). A tribo jornalística, a partir do século XX, procurou criar rotinas, técnicas, procedimentos para dar um tratamento jornalístico e não mais de retórica, de oratória, de discurso.

A busca era por credibilidade profissional e o jornalista passou a se preocupar com os métodos e com o conteúdo. Palavras-chaves apareceram para dar uma imagem confiável a atividade, como: objetividade e imparcialidade, que se tornaram conceitos a serem alcançados. O jornalista procurou agir com base na referencialidade, nos fatos observados, nas fontes entrevistadas. Assim como a objetividade e a imparcialidade como conceitos a serem perseguidos, o jornalista buscou também a verdade dos fatos para serem narrados ao público. E as evidências dessa busca continua sendo o confronto das versões, a utilização de gráficos e dados estatísticos, interpretações por parte de especialistas, enfim:

A raiz desse pensamento é eminentemente positivista. A realidade, para o Positivismo, seria simplesmente mecânica. Através da renúncia à opinião e de um método objetivo, a ciência poderia chegar à verdade única, universal e inquestionável. Esse era o conjunto de idéias hegemônicas à época que o Jornalismo clássico foi implementado (ALMEIDA, 2007, p. 4).

Assim, buscando audiência e aproximação com o público, cada veículo criou suas escalas produtivas, seus formatos discursivos no intuito de levar conhecimento ao público, e, por outro lado, continuar ser reconhecido como espaço de informação. “Trata sobre os discursos produzidos pelos veículos de comunicação, que [...] não se caracterizam apenas como estruturas tecnológicas, mas geradores de mediações simbólicas onde se hierarquiza e se tematiza a realidade social” (LIMA; QUEIROZ, 2017, p. 129).

Esta pesquisa também entende à mídia como a atividade jornalista, todavia também consegue enxergar que é uma atividade criativa, intelectual, social, marcada pelo tempo e pela forte relação econômica, política e mercadológica, que interfere na produção noticiosa e, conseqüentemente, na reflexão que o público tem sobre seus espaço.

À medida que as sociedades crescem, espalham-se territorialmente, os MCM vão também se alastrando para propagarem seus discursos e imagens do mundo real. E por se colocar cada vez mais próxima dos indivíduos e das sociedades, a mídia e o jornalismo acabam sendo

investigados sob diferentes propostas, desde a função, passando pelas técnicas até chegar ao público e às práticas de como esse público consome e se influencia com as mensagens midiáticas.

Antropologicamente, para Travancas e Nogueira (2008), a mídia pode ser estudada sob diversos pontos, “como instituições, como lugares, como práticas comunicativas, como produtos culturais, como atividades sociais, [...] e como desenvolvimentos históricos”. Neste estudo, os meios de massa são percebidos como lugares de memória, no sentido de que são espaços de produção e arquivamento de memórias; também são vistos como atividade social, pois o jornalismo é uma prática que visa ao “outro” e às inter-relações que acontecem no seio da sociedade com vista a informar. “O jornalismo reconstrói os eventos relativos ao homem e é reconhecido socialmente como uma prática autorizada a narrar a realidade” (BENETTI; FREITAS, 2015, p. 181).

E, por fim, eles podem ser vistos como produtos culturais como assim alega Ruano (2015), ao pensar os meios como sintomas sociais, ou seja, como organizações que, inseridas no seio da sociedade, tanto recebem como produzem influências de toda ordem. Ruano (2015) complementa que os meios de comunicação assumiram esse papel relevante no contexto de todas as sociedades porque estas mesmas sociedades, ou seja, a audiência deu a faculdade a eles de serem massivos com funções como: entreter, educar e informar. E assim, “o jornalismo é a atividade humana que torna viável à sociedade conhecer aquilo que cotidianamente no interior dela própria acontece” (CARVALHO, 2010, p. 1).

Esses três elementos juntos - jornalismo - acontecimento - cidadão, à medida que se entrelaçam, o campo da comunicação e a atividade jornalística vão ganhando novas propostas de investigação. O próprio campo da Comunicação Social também olha para o espelho na tentativa de autoavaliar-se e compreender sua atuação quanto aos efeitos das mensagens, a função do jornalismo, a capacidade de influência da mídia na construção do meio social, enfim. O fato é que “como potenciais construtores de conhecimento, responsáveis pelo agendamento de temas públicos e formadores de compreensão sobre mundo e a política” (GUAZINA, 2007, p. 53), a mídia e o jornalismo passaram a ser explorados sob diversos ângulos, o que fez surgir numerosas construções teóricas no sentido de entender quem é esse sujeito que fala, o processo de construção das narrativas e, diante de um universo de acontecimentos, como o profissional escolhe aquilo que vai ser divulgado.

Como afirma Wolton (2004, p. 55), “não há discurso “natural” na comunicação, cada um dos envolvidos deve esclarecer o que lhe interessa e especificar o lugar de onde fala” e isso serve também para mídia, por isso, aqui vale trazer à tona uma teoria que olha para o profissional da redação - a Teoria do Espelho, que, de acordo com Traquina (2005), vai ao encontro do conceito de que o jornalismo é a realidade.

Para o autor, essa é uma teoria que tenta explicar o motivo de as notícias serem como são. “Central à teoria é a noção-chave de que o jornalismo é um comunicador desinteressado, isto é, um agente que não tem interesses específicos a defender” (TRAQUINA, 2005, p. 147), que busca informar a verdade sem opiniões, sem julgamentos pessoais. Essa teoria surgiu no

século XIX com a profissionalização dos jornalistas, da valorização a informação e menos à opinião, do desenvolvimento da mídia como indústria, como empresa e a chegada das agências de notícia, que intensificou o comércio de notícias de forma global.

Os textos objetivos e informativos passaram a ser valorizados e reforçaram o pensamento quanto à missão de informar e quanto a relatar a realidade, porém essa teoria foi superada, pois ela é fraca para explicar, de fato, por que as notícias são como são.

A partir do momento em que as notícias e todos os produtos midiáticos passam a ser objeto de mercantilização, a noção de “comunicador desinteressado” acaba se tonando uma expressão sem força para ser defendida. Thompson (1998) coloca como uma das características dos meios de massa a sua capacidade de reprodução e isso é o que permite a sua exploração comercial e o interesse econômico. E se existe interesse político e econômico, não existe, então, comunicador imparcial e isento.

Outra teoria que nos ajuda a compreender melhor o trabalho jornalístico é a Teoria Gatekeeper.⁹ Ela é de 1950 e identifica os diversos critérios para que um fato vire notícia ou não.

Como explica o autor da teoria, David Manning, “o processo de seleção é subjetivo e arbitrário; as decisões do jornalista eram altamente subjetivas e dependentes de juízos de valor baseados no “conjunto de experiências, atitudes e expectativas do gatekeeper” (TRAQUINA, 2005, p. 150).

Essa é uma teoria que está baseada no profissional e, portanto, tem uma visão micro de todo o processo, de qualquer forma, ela afirma que a escolha daquilo que vai se tornar notícia é uma questão de seleção, que passa por critérios pessoais e subjetivos do profissional. Porém, cada investigação da mídia traz um dado novo, uma perspectiva mais avançada e macro, por isso surge a Teoria Organizacional, que vai apontar que essa seleção dos fatos acontece menos por motivos pessoais e subjetivos do jornalista e mais pelas normas e a burocracia da empresa.

Ou seja, o trabalho jornalístico está diretamente relacionado às normas empresariais e o profissional não tem tanta liberdade para definir o que vai ou não para as folhas do jornal impresso, ou mesmo determinar qual o objetivo da matéria, por exemplo. “[...] O jornalista se conforma mais com as normas editoriais da política editorial da organização do que com quaisquer crenças pessoais que ele ou ela tivesse trazido consigo” (TRAQUINA, 2005, p. 152). As regras, as condutas, a política editorial, as relações políticas, as recompensas e punições, tudo isso acaba por interferir naquilo que vai ou não se tornar uma notícia.

Seja jornal ou qualquer outro meio, a investigação dos veículos de comunicação, em qualquer de suas possibilidades, torna-se muito significativa, pois a mídia é, na atualidade, uma indústria com regras, normas de conduta, interesses comerciais, econômicos e políticos e com certo poder para penetrar e modificar o espaço público (GUAZINA, 2007) e as visões dos indivíduos quanto ao que acontece com ele e ao redor dele.

Para Thompson (1998, p. 19):

⁹ [...] o processo de produção da informação é concebido como uma série de escolhas onde o fluxo de notícias tem de passar por diversos gates, isto é, “portões” que não são mais do que áreas de decisão [...] o jornalista, isto é, o gatekeeper, tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não (TRAQUINA, 2005, p. 150)

[...] o desenvolvimento dos meios de comunicação é, sem sentido fundamental, uma reelaboração do caráter simbólico da vida social, uma reorganização dos meios pelos quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e intercambiados no mundo social e uma reestruturação dos meios pelos quais os indivíduos se relacionam entre si.

Ao contrário das interações face a face de um tempo passado, em que as lembranças, as tradições, as heranças eram narradas entre os indivíduos do mesmo grupo e até para grupos diferentes, o fato é que os meios de comunicação transformaram-nas numa interação mediada. Para Velho (2003), os meios de comunicação fazem parte de um grande composto de agenciadores e agências, como a família, a escola, a igreja, os grupos sociais. Ruano (2015) e Velho (2003) apontam os meios de massa como produtos culturais, pois surgem e trabalham dentro de “uma cultura e sociedade, não se constituindo em um fenômeno alienígena” (VELHO, 2003, p. 68), muito ao contrário, os meios de comunicação e toda a produção de sentido, de memórias, de narrativas que eles produzem podem ser vistos e analisados como um fenômeno humano, social, coletivo.

Para Cavenacci (1993), de uma forma ampla, a comunicação é um espaço de conflito de toda ordem como também de relacionamento e, em uma cidade, a mídia acaba sendo um instrumento para entrar em contato com a vida urbana. Nesse sentido, a afirmativa de Neto e Pinto (1996) faz sentido: a mídia é também um espaço e um meio para produção e divulgação de uma grande quantidade de visões sobre os fatos que acontecem na cidade e com os seus habitantes. Mas, é relevante destacar que a força da mídia não pode ser vista como total e como certa. A audiência já é percebida como um grupo ativo e cada indivíduo dessa audiência pode receber e interpretar as mensagens midiáticas por diversas maneiras, porque cada pessoa tem um contexto social, político, econômico e cultural diferente.

Thompson (1998) também acrescenta outras visões nessa relação - mídia x audiência, como ser uma atividade de rotina receber uma mensagem de TV, do rádio ou do jornal, por exemplo. Rotina porque isso acontece há muito tempo e porque a mídia é apenas mais uma organização com a qual cada indivíduo se relaciona. “Finalmente, a recepção dos produtos da mídia é fundamentalmente um processo hermenêutico. Os indivíduos que recebem os produtos da mídia são [...] envolvidos num processo de interpretação [...] do qual esses produtos adquirem sentido” (THOMPSON, 1998, p.44). E cada pessoa faz sua interpretação com base nos seus conhecimentos, na sua atenção, na sua história, na compreensão que cada um tem de si e de onde vive. “Dizer que a apropriação das mensagens da mídia se tornou um meio de autoformação no mundo moderno não é dizer que ele é o único meio: claramente não é” (THOMPSON, 1998, p. 46).

Evolução da Mídia - reforçando os cinco sentidos

Este trabalho parte da ideia de que mídia diz respeito aos canais utilizados para a produção e transmissão de informações. Uma segunda afirmativa é a de que a mídia faz parte de um poder significativo, simbólico, que é capaz de influenciar nas ações da sua audiência. Uma terceira ideia é a de que a mídia está presente de forma significativa no cotidiano das pessoas, como afirma Enne (2007), porque ela faz uma mediação entre o sujeito e o seu dia a dia e, como efeito, a mídia consegue produzir um conjunto de sentidos sociais, históricos, culturais e memoriais. E por último, a de que a realidade é construída e não uma realidade fiel contada nas matérias jornalísticas.

Ao longo de sua história e evolução, a mídia ganhou e ganha novas teias de significação e abordagens quanto ao seu papel, à função, ao poder e ao consumo das mensagens pelos receptores. “Os meios de comunicação deixaram de ser entendidos como canais e passaram a ser vistos como potenciais construtores de conhecimento, responsáveis pelo agendamento de temas públicos e formadores de compreensão sobre mundo e a política” (GUAZINA, 2004, p. 53).

Com o surgimento da imprensa, século XV, o ato de transmitir informações ganhou em quantidade de receptores e de mensagens. O público se multiplicou. As mensagens transbordaram para todos os lados e com a chegada dos outros meios de massa (rádio, revista, TV), e agora com a internet, o que podemos verificar é um mundo conectado, com distribuição mais livre de mensagens, isso quer dizer que os jornalistas não são mais os únicos produtores de informações. Agora, o receptor é usuário do mundo virtual e pode ele mesmo ser um produtor de notícias.

Os meios de comunicação ajudam a imaginar uma sociabilidade que relaciona as comunidades virtuais de consumidores midiáticos: os jovens com outros jovens; as mulheres com suas iguais; os que se interessam por algum esporte com outros praticantes em diferentes lugares da mesma cidade e do mundo; os gordos com os gordos; os que gostam de salsa ou bolero ou rock com outros que têm as mesmas preferências (CANCLINI, 2002, p. 3).

É claro que, com a internet esse encontro de usuários com interesses iguais ficou mais fácil, porque o mundo digital nos possibilita navegar ou viajar por diversas páginas de todo o mundo e assim, entrar em contato com aqueles que têm preferências parecidas.

Atualmente, estamos na era de uma sociedade da comunicação e da informação, sem barreiras quanto ao tempo e ao espaço. Um tempo marcado por uma vulgarização de notícias, por isso, a mídia ainda pode, com seus discursos e interpretações dos fatos, provocar novas análises e reconsiderações na relação indivíduo e realidade (NETO; PINTO, 1996).

Se, antes, a percepção do mundo pelos sujeitos era obtida pelos sentidos humanos - tato - olfato - visão - audição e paladar, com a chegada dos veículos de comunicação esses sentidos foram reforçados.

“O tato e paladar são sentidos mais íntimos [...] É preciso estar perto do objeto de observação para que funcionem” (PARRY, 2012, p. 9), porém a visão e audição ganharam um reforço com a mídia, que pode, pelas imagens e pelos sons, contar o que acontece próximo ou distante

do indivíduo. Parry (2012) afirma que é a audiência que leva o indivíduo a um elemento muito importante - a fala, então, esse item também ganhou o apoio da mídia, em especial, a internet, porque cada um pode criar seu espaço de fala, de comunhão, de diálogo.

Quando estamos ouvindo ou vendo uma informação, estamos desenvolvendo tais sentidos e, ao mesmo tempo, realizando o processo hermenêutico do qual Thompson (1998) destaca - interpretação. E o primeiro meio que provocou tal atitude de interpretação das palavras, dos discursos, das narrativas midiáticas foi a imprensa.

A mídia se forma pela relação entre três elementos: política, economia e tecnologia. Eles sofrem com pressões políticas, buscam receitas financeiras para continuarem existindo e a cada tecnologia, buscam contato e adaptação. No meio de tudo isso está a audiência, a concorrência, que vai alimentando os três elementos (PARRY, 2012).

Os políticos, com a chegada dos meios de comunicação, começaram a ter uma relação de interesse e conflitos. Para se fazerem chegar aos eleitores, aos opositores e à sociedade de uma forma geral, os políticos enxergam na mídia uma poderosa plataforma, porque ela aumenta o poder de alcance das mensagens políticas. Aqui a relação é de amor, porém, à medida que essa mesma mídia, em suas páginas de jornais, por exemplo, lança suas notícias de denúncia, de descaso, de crimes cometidos pela classe política, a relação de amor se torna de ódio. Por perceber a força dos veículos de comunicação junto ao público, a política sempre soube criar mecanismos para controlar, amedrontar, censurar¹⁰ a atividade jornalística.

De todos os veículos de comunicação, a imprensa foi a mais partidária, porque na sua biografia existem exemplos de como ela enfrentou as ações políticas e o desafio de se tornar um meio economicamente estável e assim mesmo independente politicamente (PARRY, 2012).

A economia, o outro ponto de apoio da mídia, transforma pequenos empreendimentos individuais em empresas de comunicação e, nesse sentido, é preciso investir em estrutura e profissionais para, do outro lado, ganhar com anúncios e com a venda dos jornais diretamente ao público. O jornalismo se aproxima da publicidade e propaganda e isso traz retorno financeiro para as organizações jornalísticas. O ciclo é vicioso: a mídia ganha com os subsídios dos governos, com a venda de espaços publicitários e com a venda do jornal junto ao público. Nessa relação comercial, a mídia aumenta seu poder, pois se torna o elo entre governo, empresas e público.

O último pilar que modela a mídia é a tecnologia. A invenção da prensa de Gutemberg foi o primeiro passo para o desenvolvimento dessa engenharia. “O modo como uma nova mídia efetivamente se desenvolve depende primordialmente do que se passa na sociedade na época” (PARRY, 2012, p. 32). Ou seja, cada sociedade define a urgência e as novas tecnologias que deseja para uma comunicação mais eficiente, veloz e poderosa. E absorção e massificação de tais mídias e tecnologias dependem também do seu público e de outros fatores, como o preço

10 “Os governos podem exercer o controle seja de maneira direta, detendo a propriedade dos meios de comunicação, ou indireta, por meio de tributação e regulamentação. Para tanto, lançam mão das mais variadas técnicas, que vão da censura oficial e das leis de traição, calúnia e difamação à concessão de licenças e impostos específicos para a área” (PARRY, 2012, p. 24)

e necessidade.

O fato é que, de forma lenta ou mais rápida, todos os veículos de comunicação são consumidos por suas audiências e essa relação entre público e mídia, ao longo da história deles, torna-se mais próxima, assim, em determinados momentos, “a realidade tende cada vez mais a se confundir com o conjunto das imagens e dos comentários, das análises e das interpretações [...] e das construções que as mídias transmitem” (NETO; PINTO, 1996, p. 134).

Como explica Dines (1986), a história da comunicação acontece em movimentos pendulares: o surgimento, aparecimento, a invenção, em um segundo momento a maturidade, a massificação e, por fim, a moderação e o controle. E a biografia dos meios segue nesse ritmo a cada novo veículo que aparece. Para não se findar, cada meio procura se adaptar ao novo momento e assim continuar existindo.

Os exemplos desse pendularismo são inúmeros. Tomemos, por exemplo, o caso do livro. Antes de Gutemberg, era veículo restrito e seletivo, baseado na reprodução manual de originais. O inventor alemão, graças ao seu tipo móvel, permitiu o desenvolvimento do livro a tal ponto que chegou à massificação. Hoje, com a crise do papel, a sua própria saturação e a concorrência de outros veículos híbridos, o livro tende a conter-se e a reencontrar sua destinação original (DINES, 1986, p. 41)

A imprensa, como o primeiro veículo de massa, também tem o pioneirismo de trazer técnicas modernas de produção e, conseqüentemente, de levar a informação para um número maior de pessoas, de vencer a barreira da distância, de promover o processo hermenêutico do discurso midiático e de modificar a forma de receber as mensagens, que antes eram em um estado de co-presença, de forma direta entre quem fala e quem ouve, e passou a ser de forma mediada.

No início, antes do formato do jornal como conhecemos atualmente e antes mesmo das impressões mais modernas, era o almanaque ou panfletos, como eram chamados, que levava dados de interesse do público, como por exemplo, o calendário, mapas astronômicos, que serviam ao público em atividades domésticas e agrícolas. Não somente aumentou o tamanho da audiência mais também o número de mensagens e de interesses. E tudo começou com a prensa móvel do alemão Johannes Gutemberg, em 1440, quando inventa a prensa tipográfica e o que era escrito e copiado a mão, agora, passou a ser produzido por um suporte tecnológico, que leva às audiências inúmeras cópias de um mesmo produto.

A ideia de abastecer o público com informações mais regulares surgiu na Europa por volta de 1600, mas eram publicações sem linha editorial e sem assuntos ligados à política. Somente em 1642, o ativismo político se aproximou da imprensa, porém a censura logo impediu o florescimento de uma imprensa combativa e vigilante em várias partes do continente europeu. Nos Estados Unidos da América (EUA), os primeiros jornais chegaram em 1690, mas também sofreram muito com a censura naquele país. Somente em 1792, a imprensa americana ganharia

o apoio do próprio Congresso, quando este promulgou a Lei do Sistema Postal. “Na prática era um subsídio à mídia, sob a justificativa de que esta ajudaria a forjar a identidade nacional e a liberdade de discurso” (PARRY, 2012, p. 140).

Na Europa, os jornais demoraram até 1885 para terem uma comercialização de massa, enquanto nos EUA essa circulação massiva foi mais rápida. E, para atender a uma demanda de leitores e aos interesses econômicos, os jornais se transformaram em grandes empresas de comunicação. Nos EUA surgiu a expressão “barões da imprensa” para marcar os empresários do setor da comunicação americana que tinham influência política e uma riqueza pessoal muito grande.

Conforme o tempo foi avançando e a mídia ganhando em força e penetração junto a audiência, as empresas de comunicação procuraram se profissionalizar e para isso, passaram a oferecer às suas audiências textos mais objetivos, menos opinativos, com a participação de profissionais especializados tanto na área de organização da empresa quanto nas redações, com a contratação de jornalistas para atender as novas demandas do público, que queria mais informação.

A partir do século XIX, com a chegada das agências de notícias, o fazer jornalismo ganhou relação direta com objetividade dos fatos, isenção e realidade. O jornal impresso passou a oferecer para os leitores textos mais curtos, sem convicções particulares e com distanciamento. A ideia de que jornalismo é realidade se firmou como um discurso profissional de uma categoria a partir de então (BELTRÃO; QUIRINO, 1986; TRAQUINA, 1998). A notícia é vista como informação e não mais como valor pessoal do jornalista ou da empresa. “A nova ideologia pregava que os jornais deveriam servir os leitores e não aos políticos, pregava que traziam informação útil e interessante aos cidadãos, em vez de argumentos tendenciosos em nome de interesse partidários, pregava fatos e não opiniões” (TRAQUINA, 1998, p. 50).

Durante 200 anos, o jornal reinaria e se colocaria “como principal canal de informação [...] até que o rádio surgisse na década de 1920 e, mais uma vez, levasse a palavra falada a uma audiência de massa” (PARRY, 2012, p. 23).

Como diz Wolton (2006), a informação é a chave para existência do jornalismo em qualquer veículo, porém o grande problema está em manter a legitimidade dela diante da grande exploração industrial da informação e da aproximação do setor com a classe política e mais rica economicamente, por isso a afirmativa de Wolton (2006, p. 44-45):

É, portanto, a legitimidade dessa informação-imprensa, frágil no meio de todas as outras informações, que está em causa. Tanto mais que, simultaneamente, a informação vira espetáculo, furo de reportagem, dramatização. A globalização da informação, a concorrência as guerras e o terrorismo dão o sentimento de uma “informação-circo”, na qual os jornalistas “representam”.

É com essa crítica que o autor chama a atenção do jornalismo para que saiam do círculo fechado da objetividade e da falsa isenção em relação à notícia para adentrar, mais profunda-

mente, nos fatos e assim encontrar a densidade dos acontecimentos e apresentar para a audiência caminhos de interpretação e compreensão da própria realidade.

Como a história de todas as mídias não faz parte dessa investigação, apresento um infográfico (APÊNDICE 2 “Evolução da Mídia, p. 109), que mostra essa evolução das mídias. O que se percebe pela imagem é que uma nova forma de comunicação não exclui a anterior. Elas co-existem, provocam influências uma nas outras e aproveitam as características das formas anteriores para oferecer à audiência novas experiências.

A partir da prensa de Gutemberg, começou a se formar a indústria da comunicação, a produção massiva de conteúdo e com a chegada dos outros veículos, tudo foi feito em um leque de opções textuais e em diferentes formatos (texto, vídeo, áudio e agora virtual).

A imprensa escrita no Brasil: a opinião, censura e informação

Os meios de comunicação vão além de tecnologias para serem também produtos culturais de uma sociedade. Eles, a cada dia, fazem-se presentes no cotidiano das pessoas trazendo, ao longo de suas páginas impressas, sites, imagens e sons narrativas atuais como também relativas ao passado e como perspectivas em direção ao futuro. Pelos meios de comunicação, as pessoas se informam e conhecem a cidade, os feitos de seus cidadãos, os costumes, as tradições, a história, os conflitos, enfim.

Para Canclini (2002), os meios de comunicação trazem novas experiências com a cidade e com a memória dela.

Mesmo onde não foram destruídos os centros históricos, as praças, os lugares que mantinham viva a memória e permitiam o encontro das pessoas, sua força diminui frente à remodelação dos imaginários operada pelos meios de comunicação. Os relatos mais influentes sobre o que significa a cidade emergem agora da imprensa, do rádio e da televisão (CANCLINI, 2002, p. 42).

Com um século de atraso, a imprensa escrita chegou ao Brasil. Os primeiros jornais brasileiros surgiram somente no século 19, enquanto desde o século XV, na Europa, já existia a atividade de impressão e, no século XVI, a circulação de jornais. E desde a chegada, os jornais surgiram sob a vigilância das autoridades (HOHLFELDT, 2008; MARTINS; LUCA, 2013).

Os dois primeiros impressos brasileiros foram o Correio Braziliense e a Gazeta do Rio de Janeiro, que datam de 1808, respectivamente, de junho e setembro. Para Martins e Luca (2013), a imprensa brasileira acompanhou e participou das mudanças políticas no Brasil, desde a chegada da família real e “a transformação da Colônia em Império. [...] A imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira. Tem certidão de nascimento lavrada em 1808, mas também é veículo para a reconstrução do passado” (MARTINS; LUCA, 2013, p. 8).

Para Rego (2002) e Sodré (1999), o Gazeta do Rio de Janeiro, como fonte oficial, redigido pelo Frei Tibúrcio da Rocha, que ficou no cargo durante quatro anos, não tinha a intenção de

ser atrativo e informativo para o público, o importante era apenas agradar à Coroa portuguesa, por isso as matérias priorizavam a vida dos reis de Portugal e da Europa, atos oficiais e anúncios. “Manter as colônias fechadas à cultura era características própria da dominação. Assim, a ideologia dominante deve erigir a ignorância em virtude” (SODRÉ, 1999, p. 18). Por isso, a imprensa, nessa chegada ao Brasil pela fonte e proteção oficial, não apresentava informações que pudessem trazer conhecimento ao público brasileiro, afinal, isso podia gerar insatisfação e rebeldia.

Já o jornal *Correio Braziliense*, 1808, tinha uma peculiaridade - era feito em Londres, por um opositor à Coroa portuguesa, Hipólito José da Costa, que enviava o jornal para o Brasil de navio de forma clandestina, o que demorava meses para chegar as terras brasileiras. Segundo Sodré (1999), Hipólito da Costa justificou que a censura no Brasil impedia o desenvolvimento da imprensa e colocava em risco a vida de quem escrevia, por isso, ele fazia isso de terras estrangeiras.

Para Ribeiro (2004), Hipólito da Costa lançou não somente o primeiro jornal brasileiro, como também lançou atributos para a atuação da imprensa no Brasil: “como instrumento estratégico de mobilização política e prática de atualização, crítica e julgamento dos fatos” (RIBEIRO, 2004, p. 21) e atuando dessa forma, Sodré (1999) completa ao dizer que o tipo de jornalismo praticado no jornal *Correio Braziliense* tinha como objetivo muito específico conquistar a opinião pública dos seus leitores. A oposição ao *Gazeta do Rio de Janeiro* e à Coroa portuguesa era tanta que o jornal de Hipólito da Costa foi proibido de circular em terras nacionais. Em 11 de setembro de 1811, um decreto da família real proibiu a circulação em Portugal e nas colônias portuguesas do jornal *Correio Braziliense*. A proibição acabou em 1820.

Em suas pesquisas sobre o mundo da comunicação e do jornalismo brasileiro, Marques de Melo (1973) aponta causas que ele chama de “socioculturais” para o atraso da imprensa no país: natureza feitorial da colonização por parte de Portugal, que se preocupou mais em explorar a nova colônia que começar qualquer processo de urbanização; o fato de as populações indígenas terem uma cultura diferente da de Portugal; analfabetismo, que durou muitos anos no Brasil colônia; falta de urbanização, ou seja, a vida na colônia era essencialmente rural; precariedade da burocracia estatal; atividades comerciais e industriais pouco desenvolvidas e, por fim, a censura. Sodré (1999, p. 28), acrescenta mais uma razão para o atraso da imprensa no Brasil: “ausência de capitalismo, ausência de burguesia. Só nos países em que o capitalismo se desenvolveu, a imprensa se desenvolveu”.

Sobre a questão da censura, Martins e Luca (2013) confirmam que tal recurso foi usado tanto pelo poder civil como pela comunidade religiosa. As publicações eram obrigadas a passar pelo visto dos censores, que olhavam o conteúdo, os títulos e definiam os critérios políticos e religiosos para que uma matéria fosse ou não liberada.

De 1808 até 1820, período joanino, a imprensa brasileira sofreu com a censura. Somente em 2 de março de 1821, o rei D. João VI, por um decreto assinado, suspendeu provisoriamente a censura prévia para a imprensa tanto em Portugal como em suas colônias. Com as condições

políticas e materiais favoráveis, várias tipografias surgiram em todo o Brasil com certa liberdade de imprensa. Não foi uma liberdade total, pois, como aponta Martins e Luca (2013), havia ainda certas ações no sentido de limitar o que os redatores da época escreviam, em especial, sobre o mundo político. Sodré (1999), destaca uma questão quanto a essa liberdade: ela foi cedida e não conquistada, por isso, de alguma maneira, a imprensa no Brasil, no seu início, sempre teve que lutar contra decisões governamentais que limitavam a atuação dos redatores.

Após a independência do Brasil de Portugal, em 1822, a imprensa voltou a sofrer com as perseguições.

Alcançada a Independência, com a proclamação de setembro de 1822, o problema sofre nova alteração: a unidade que se forjava para conseguir a separação cessa. É outro o problema, agora: é o da estruturação do Estado, problema de poder. Direita e esquerda quem quanto ao problema da Independência, trabalhavam no mesmo sentido, separam-se nitidamente. A direita age logo, e a concedida liberdade de imprensa é praticamente anulada. Não só por atos do poder, que se sucedem, como por atentados a jornalistas, que se repetem (SODRÉ, 1999, p. 46).

Como já afirmou Sodré (1999), a liberdade de imprensa nunca foi conquistada no Brasil, era dada, o que se viu depois do decreto não foi uma liberdade de fato.”Houve um crescimento da imprensa, sim, mas a questão do controle desta atividade seguiria uma linha sinuosa, com recuos e expansões” (MARTINS; LUCA, 2013, p. 34).

Com o decreto, a imprensa teve uma expansão para várias províncias brasileiras: o Ceará ganhou o seu primeiro jornal - Diário do Governo do Ceará, em 1824; em 1831, em Alagoas, surgiu o Iris Alagoense; no ano seguinte, no Rio Grande do Norte, o Natalense; e assim foi por várias províncias de todo o País. “A imprensa se desenvolve em estreita ligação com a atividade política; aparece antes e cresce mais depressa nos centros em que aquela atividade é mais intensa” (SODRÉ, 1999, p. 105).

A imprensa brasileira, no começo do século XIX, tornou-se panfletária e combativa contra o governo e a censura de D. Pedro I. Uma marca dessa época foi a participação de escritores no jornalismo, que vão formar o primeiro grupo de redatores brasileiros. “Esse jornalismo panfletário vai atuar, principalmente, em torno de causas sociais, como por exemplo o fim da escravidão no Brasil, e em movimentos políticos, como a república e os abusos cometidos pelas autoridades públicas” (RIBEIRO, 2004, p. 82).

Martins e Luca (2013) complementam essa história da imprensa no Brasil e observam que, em 1850, os jornais ganharam mais folhas e foi criada a profissão de jornalistas e de tipógrafos.

A maioria dos homens letrados dessa geração, independente do posicionamento político, escrevia no chamado estilo panfletário, que expressou uma das fases mais criativas e vigorosas dos debates políticos mundiais e da imprensa brasileira em particular, só vindo a desaparecer na segunda metade do século

XX (MARTINS; LUCA, 2013, p. 36-37).

Rego (2001) explica que durante o governo de D. Pedro II, no Segundo Reinado, a imprensa teve mais liberdade e viveu um momento de estabilidade. Em 1850, a imprensa atua de forma menos panfletária e mais informativa, procurava mediar os acontecimentos e ser mais atual.

Com uma imprensa cada vez mais em expansão, centenas de jornais surgiram no Brasil. A maioria era voltada para assuntos políticos, mas, com um público também em crescimento e com anseio de saber mais sobre outros temas, os jornais segmentados apareceram para atender a demanda, como o *Jornal do Commercio*, criado no Rio de Janeiro, em 1827, o *Diário de Pernambuco*, em Recife no ano de 1825; e o pioneiro, *Jornal de Anúncios*, de 1821. Todos esses exemplares apostavam na função comercial do jornal, na divulgação de produtos, na colocação de anúncios. A mudança de tema na imprensa brasileira foi gradual para acompanhar as alterações econômicas do país (MARTINS; LUCA, 2013).

Surgiu no Brasil uma imprensa sortida, variada em temas, técnicas de impressão, novidades, como a caricatura, a charge e depois a fotografia. A política nunca perdeu seu espaço e, até hoje, continua sendo a editoria mais valorizada. O Brasil começou a ter uma imprensa de massa, porque, além das condições políticas e materiais, havia, agora, as condições quanto ao consumo, havia público para comprar os jornais. Apesar de tamanho desenvolvimento, a censura continuou no século XIX. Uma crítica à República trazia graves consequências para o jornal e para o jornalista, que era preso e, em muitos relatos, era morto misteriosamente. Na comemoração do Centenário de Independência foi aprovada a Lei da Imprensa, que ampliou o rol de crimes cometidos pelos jornalistas no exercício da profissão e amordaçou os profissionais.

A relação entre políticos e a imprensa era de controle, por meio da censura, e também de aproximação, pois os jornais, com seu poder de penetração junto ao público, poderiam servir aos interesses dos governos. Mas que a imprensa não foi somente vítima, ela também tinha interesses no cortejamento com os políticos e governos.

No século XX, na década de 30, no regime de Getúlio Vargas, tanto houve a perseguição contra os jornalistas como também o envolvimento dos empresários da comunicação com a ditadura. A fronteira entre a política e o jornalismo sempre foi pequena: ora denunciavam, ora usavam o jornalismo para ascender na política

Ainda que haja a clara utilização dos meios de comunicação - inclusive os mais modernos, como o rádio - para atingir um público agora identificado como massa, há também o alinhamento dos dirigentes das principais publicações com o regime. Ainda que haja encampação de alguns periódicos, perseguição de outros tantos, há mais proximidades, acordos e relações conjuntas entre os homens de governo e os homens de imprensa do que divergências (BARBOSA, 2007, p. 103).

Apesar desse envolvimento, o jornalismo conseguiu manter sua função informativa e os jornalistas também foram reconhecidos como agentes sociais e políticos. Para Barbosa (2007, p. 127), “o jornal é [...], para o leitor, a inserção na realidade, na vida quotidiana diária”.

A HISTÓRIA DE TERESINA, DA IMPRENSA PIAUIENSE E DO DIÁRIO DO POVO DO PIAUÍ

Esse capítulo apresenta um pouco da história da cidade, como ela surgiu e a representação, o imaginário que se criou a partir da transformação da Vila do Poti em capital do Estado do Piauí. Em sequência, discorro sobre a história da imprensa piauiense, seus primeiros jornais e jornalistas, para, em seguida, finalizar o capítulo sobre a história do Jornal Diário do Povo do Piauí, de como ele surgiu no cenário da cidade.

Teresina: de Vila a Capital

Teresina, capital do Piauí, não foi a primeira e não se tinha um consenso sobre essa transformação. Foi a primeira capital brasileira planejada do império e seguiu o traçado de tabuleiro de xadrez (AFONDO; MARQUES, 2014). Sobre esse traçado, segundo Nascimento (1999), era padrão desde a Renascença.

Oeiras foi a primeira capital do Estado foi Oeiras, nome dado para agradecer o Marquês de Pombal, porém, sob as justificativas de progresso, desenvolvimento e expansão, ela perdeu esse título para Teresina. Entre as autoridades governamentais da respectiva província, era preciso estabelecer a capital do Piauí “em local salubre, aprazível, abundante de água, fértil, que ofereça vantagens nas comunicações como o todo de uma província, principalmente com os pontos de maior comércio dela” (FREITAS, 1988, p. 11), o que a cidade de Oeiras não oferecia.

A mudança de local foi pensada com base no crescimento, desenvolvimento comercial e prosperidade. Em 03 de agosto de 1844, um decreto autorizou a mudança para a Vila de São Gonçalo, hoje, cidade de Regeneração, que atendia a todos os requisitos de ser um local atraente e promissor. Contudo, isso não aconteceu, pois as despesas para se construir uma nova capital seriam grandes demais. Nessa disputa, Parnaíba entrou em cena alegando ter as condições ideais para ser a capital do Piauí, já que se encontrava no calor do oceano, por onde a corte portuguesa poderia chegar; por estar à margem direita do rio Parnaíba, a mudança da capital poderia promover a navegabilidade desse rio; a existência de prédios para abrigar a administração pública sem ter a necessidade de construir novos espaços e, por fim, o fato de estar próximo ao mar como outras capitais do país. Apesar de todas as alegações, o título de capital não vai para Parnaíba (CHAVES, 1994).

Mais uma vez, as autoridades governamentais do Estado não chegaram a um acordo. Para Silva (1994), quando D. João VI veio para o Brasil, em 1810, uma mudança aconteceu no

Piauí, pois deixou de ser ligada ao Estado do Maranhão e se tornou uma capitania independente. Após vários pareceres, cartas e solicitações de mudança e de permanência da capital envolvendo as cidades de Oeiras, Parnaíba e Teresina, em 1852, a Vila Nova do Poti, como era conhecida antes de se chamar Teresina¹¹, foi escolhida para ser a capital do Piauí “em função do imaginário progressista estabelecido por um grupo de político liderados por José Antônio Saraiva, que acreditava ser esse espaço favorável à comunicação e ao transporte [...] capazes de solucionar os problemas do homem moderno” (ARAÚJO, 1997, p. 41). A escolha não foi fácil, pois Saraiva teve que buscar a maioria na Assembleia Provincial e ir contra todas as argumentações dos representantes de Oeiras e Parnaíba. Ele conseguiu e começou o processo de casa nova, ou melhor, de capital nova para o Piauí (CHAVES, 1994).

A mudança aconteceu, apesar da falta de estrutura física para abrigar as repartições públicas da antiga capital e seus funcionários. Conforme Silva (1994), Saraiva autorizou a transferência das Secretarias, pessoal dos Correios, Tesouraria e até mesmo os desprotegidos do Colégio de Educandos Artífices e todos os profissionais dessas repartições foram abrigados em casas particulares. Para abrigar o Governador Saraiva, um casarão foi construído especialmente para ele. “A Comarca de Teresina, criada pela lei provincial número 393 de 1852, ficou inicialmente constituída do termo do seu nome desmembrado do de São Gonçalo, e do de União desanexado da comarca de Campo Maior” (SILVA, 1994, p. 23).

Desde a sua transformação em capital, a cidade de Teresina sempre foi pensada para ser moderna, sustentável economicamente e favorável à comunicação com outras cidades. Como coloca Araújo (1997), no século XIX, os avanços tecnológicos e o desenvolvimento das ciências na Europa trouxeram influências para o Brasil e o Piauí não ficou fora desse desejo de viver um espetáculo vanguardista.

Assim, “especificamente, o Piauí participou desse espetáculo em 1858, quando foi lançada às águas do rio Parnaíba o primeiro barco a vapor, denominado “Uruçuí” (ARAÚJO, 1997, p. 44). A novidade encantou a população e produziu, desde então, na mente dos cidadãos da nova capital uma narrativa de entusiasmo e de valorização para aquilo que era atual, contemporâneo e novo. É o que Araújo (1997) chama de imaginário, ou seja, complexo de sonhos voltados para grandes expectativas e esperança de um tempo melhor.

Sobre esse imaginário e a emoção dos moradores da nova capital com a chegada do barco a vapor, Chaves (1968, p. 69) é muito claro ao narrar o que isso provocou nos teresinenses naquela época:

Não há como descrever o frenesi que se apoderou de toda a cidade. Os sinos do amparo batiam a rebate, foguetes estouravam por todos os lados e uma imensa mole humana corria pressurosa para o rio, descendo por todas as ruas. Até os aleijados e doentes, carregados em redes por escravos, demandavam o rio, apressados, para verem de perto aquilo que mais lhes parecia um sonho. De fato, para muitos dos espectadores aquele gigante de ferro, daquele tama-

11 “Assim chamada em honra da imperatriz do Brasil D. Teresa Cristina, esposa de D. Pedro II. (SILVA, 1994, p. 11)

nho, boiando água, constituía um enigma insolúvel. Era preciso ver para crer (CHAVES, 1998, p. 69).

Para Galvão (2008) é por meio dessa imaginação, por essa subjetividade que a “uber” é vivenciada, apropriada e até inventada.

Para os moradores de Oeiras a mudança da capital não agradou e eles reclamaram oficialmente junto ao governo Imperial, mas sem sucesso. Segundo Freitas (1988), Saraiva estava absoluto de que a mudança iria trazer um futuro promissor para o Estado e acabaria com as imagens de uma vila que era tímida, pouco habitada e ainda povoada dentro de um espaço geográfico pequeno, constituída por uma população de pescadores, vaqueiros, artesãos e alguns funcionários públicos da antiga capital, Oeiras. “No entender da elite, o progresso daria à capital outra imagem bem diferente da antiga capital. Aliás, modernização, progresso, ordem e civilização teriam um longo caminho a percorrer” (ARAÚJO, 1997, p. 46).

A transferência e o barco a vapor permitiram a construção de um imaginário de navegabilidade e exploração do rio Parnaíba, conseqüentemente, de melhorias na economia e no ritmo de vida da própria população, que podia entrar em contato com habitantes de outras províncias. A Vila foi se transformando, ganhou novas ruas, empreendimentos, novos desenhos para receber o título e o direito de ser a capital do Piauí.

De acordo com Souza (2004), José Antônio Saraiva foi um Bacharel em Direito, possuidor de terras, que preferiu seguir a vida política a ser fazendeiro. Como presidente da Província, Saraiva transferiu a capital para Vila do Poti em agosto de 1852. Até à transferência completa, o Presidente Saraiva cuidou de todo o processo. A mudança era vista, na época, como a solução para o atraso da Província do Piauí, que não possuía uma produção e comercialização interna e externa muito forte.

Especialmente, Teresina surgiu com a dupla função de ser o centro comercial mais importante da província e o ponto de integração que tornaria mais próxima a ligação entre as províncias do norte oriental e as do norte amazônico, sendo, até hoje, essa a vocação da cidade: comércio e serviços (SOUZA, 2004, p. 28).

Nesse sentido, Teresina seria uma passagem, quase que obrigatória, entre os Estados do Norte e Nordeste, e ela mesma seria beneficiada por estar estrategicamente localizada.

A construção da nova capital está em volta de muita religiosidade, sobretudo sob a égide da Igreja Católica. A matriz de Teresina, Igreja de Nossa Senhora do Amparo, primeira edificação, começou a ser construída ainda em 1850 com a promessa do presidente da província, Saraiva, de que a Vila do Poti seria a futura capital. No Natal de 1852, quando isso de fato acontece, a matriz foi inaugurada. Segundo Afonso e Marques (2014), a Igreja do Amparo é o marco zero da construção de Teresina e foi a partir dela que todo o traçado da nova capital foi construído.

Teresina tinha, na década de 60, graves problemas habitacionais e não somente se tra-

tava da falta de casas como também, boa parte das que existiam, eram de palha, o que gerou preocupação para as autoridades, que, por meio de códigos de postura tentou impedir que essas casas de palhas fossem construídas nos limites dos locais mais urbanos, ricos e belos da cidade. “Fica explicitada umas das características principais da urbanização brasileira: a segregação das classes e camadas sociais menos privilegiada no espaço (NASCIMENTO, 1999, p. 178).

A Lei n. 69 do Código de Postura de Teresina determina em um dos seus artigos a proibição de casas de palha ou outro material de fácil combustão na zona urbana da cidade. A ideia era evitar o perigo de grandes incêndios na região próspera da capital, porém, como explica Nascimento (1999), esse cuidado e inquietação era somente nessa região, mas na periferia, a população podia. O problema era a pobreza aparecer para todos e mostrar que a cidade não era assim tão bela e tão rica economicamente.

Em 1865, iniciou-se a construção da Igreja de Nossa Senhora das Dores, que foi concluída em 1867. A igreja São Benedito, em 1874, foi construída pelo povo a pedido do Frei Serafim de Catânia. A construção da cidade ficou a cargo do mestre de obras português, João Isidório da Silva França, e a ordem, que foi dada pelo Presidente Saraiva, tinha algumas preocupações principais: a modernização, a beleza, a estética e a salubridade. O centro da cidade ganhou uma inquietação a mais por parte do Presidente Saraiva, que desejava ruas mais amplas, mais abertas para maior circulação de pessoas e também para observação por parte de policiais.

A limpeza e a higiene eram preocupações constantes, assim como a beleza, por isso, normas de conduta, de disciplina, de convivência, de uso dos espaços da cidade foram sendo criadas: limpeza das ruas aos sábados pelos próprios moradores sob pena de pegar uma multa, pessoas pobres não podiam morar no centro da cidade, arborização das praças públicas, carroças eram proibidas de circularem no centro de Teresina e até mesmo pessoas bêbadas eram proibidas de andar no centro. O imaginário de uma cidade grande, moderna e em florescimento foi sendo absorvido pelos teresinenses e pelos seus governantes (ARAÚJO, 1997).

De acordo com Nascimento (1999, p. 103), “até a década de 1900, a cidade expandiu-se tendo como referência a Praça da Constituição, atual Deodoro. O eixo central era a avenida Frei Serafim, que dividia em norte-sul”. Mas até a primeira década do século XX, Teresina ainda vivia de contraste explícitos e ainda poucos sinais de que a antiga Vila fosse, de verdade, ser a capital do futuro: casas e prédios nobres e sólidos em oposição a casas desprovidas de qualquer beleza e construção firme; sem calçamento, sem luz, esgoto, ruas sujas, animais em vias públicas, entre outros problemas. Nesse período, de concreto somente a construção das casas das elites da cidade e o discurso político e até mesmo de intelectuais de modernidade (NASCIMENTO, 1999).

Se por um lado o processo de urbanização e modernização era colocado em prática no âmbito físico e estrutural, por outro, a cidade e seus habitantes continuavam a enfrentar problemas básicos, como a falta de iluminação pública e saneamento (ARAÚJO, 1997).

Para o historiador e pesquisador, Nascimento (2002), a cidade de Teresina foi pensada, projetada e desenvolvida sob a fachada de uma “Cidade dos Sonhos”, onde seus governantes

e também a população buscaram perder os aspectos colonial, rural, pequena, acanhada para buscar uma aparência de moderna, urbana e bela. A elite e a classe política trabalharam, efetivamente, o sonho de modernização junto à população. E para conquistar o título de moderna e, automaticamente, acabar com a imagem de vila, os sinais do progresso vieram nas primeiras décadas do século XX: água encanada, em 1906; energia elétrica, em 1914; o bonde com motor de explosão, em 1927, porém, tudo muito precário e ainda não atendia toda a população da época de forma satisfatória.

No caminho percorrido pelas autoridades políticas e públicas de Teresina, vários códigos de postura foram sendo criados para se conquistar a imagem de uma cidade moderna e voltada para a urbanização, porém Nascimento (2002) afirma que esse processo de modernização e urbanização aconteceu de forma violenta, autoritária, excludente e elitista.

“O código de postura deixa transparecer um certo elitismo. Separa ricos e pobres quando indica onde se podem ou não construir-se casas populares. A legislação tem a pretensão de afastar os pobres para longe da zona central da cidade (NASCIMENTO, 2002, p. 225). O autor se refere ao novo código de postura de 1939, que tentava excluir qualquer imagem de “atraso e pobreza, ou seja, o que não estivesse de acordo com o projeto modernizador (MORAIS, 2010, p. 30). Um exemplo de ação autoritária dos governantes da cidade na busca do embelezamento, urbanização, progresso e modernização foi descrito por Galvão (2008) ao citar a construção da Av. Miguel Rosa, que desapropriou centenas de pessoas que moravam à beira da nova avenida.

O processo de modernização da cidade de Teresina, como a de muitas outras, assumiu um caráter autoritário e violento, em pontos de tensão que delinearam a cidade a partir do embate entre forças. De um lado os projetos de modelagem e embelezamento da cidade, e de outro, a resistência da população através das moradias de casas de pau-a-pique cobertas de palha de coco babaçu, o que se estabeleciam como um entrave no projeto dos administradores municipais (GALVÃO, 2008, p. 29).

Morais (2010) também segue o pensamento de Galvão (2008) e Nascimento (2002) e analisa que todo projeto de urbanização, modernização, de progresso em uma cidade irá se realizar sob um comando autoritário e que muitas pessoas, principalmente aquelas menos favorecidas economicamente, terão que aceitar a decisão de quem deseja e impõe mudanças.

Segundo Nascimento (1999), a imprensa retornou as notícias sobre os incêndios em casa de palha na periferia da capital na década de 30. Esses incêndios tomaram proporções ainda maiores ao longo dos anos, porque além de prejuízos materiais, algumas pessoas perderam a vida. Para piorar a situação, Teresina ainda não tinha um grupamento de bombeiros, então, que tentava ajudar os moradores era a Polícia.

A partir da década de 40, esses incêndios passaram a ser investigados por serem criminosos, porque antes, as autoridades culpavam as condições de como as casas foram construídas, com materiais de fácil combustão, e os próprio moradores, que pela de cuidado.

Surgiram vários suspeitos, desde autoridades políticas e policiais, até moradores das próprias casas de palha. Em períodos eleitorais, como os de 1945, os incêndios aumentavam e cada jornal da época apresentava um leitura do ocorrido. O caso foi parar na imprensa nacional, que também repercutia ligando os incêndios a questões político-partidárias. Em 1946, é assinado um contrato entre a Prefeitura Municipal de Teresina e o Interventor Vitorino Corrêa para a construção de casas populares em vários municípios do Estado, além de Teresina, desta vez, com telhas e não mais com palha no teto.

Morais (2010) diz que as necessidades básicas de energia elétrica e água não atendiam a demanda da maioria da população e, nesse caso, a imprensa se abasteceu desses fatos para chamar a atenção dos políticos para esses e outros problemas, que apareciam à medida que a cidade crescia. Como Teresina nasceu para ser urbana, a partir de 1940, a taxa de crescimento populacional da cidade começou a aumentar justamente por conta da sua localização geográfica privilegiada, onde pessoas de vários Estados tinham que cruzar a cidade e, muitos acabavam ficando em Teresina. Se a cidade já tinha problemas com abastecimento de água e energia, além de outros serviços básicos, com o aumento populacional a situação somente ficou pior (NASCIMENTO, 1999).

Uma importante observação feita por Chaves (1998) sobre a modernização e urbanização de Teresina diz respeito aos nomes das ruas, que, ao longo dos tempos, foram ganhando novas denominações, foram rebatizadas para lembrar, de alguma forma, agentes políticos, autoridades e até para marcar certos fatos históricos significativos para o Estado e para o País. “Desse modo, as ruas passaram a ocupar o papel de escrituras com uma semântica associada ao poder dominante, ao mesmo tempo em que localizava a cidade no conjunto dos acontecimentos da história do Brasil” (GALVÃO, 2008, p. 24-25).

No centenário de Teresina, em 1952, as autoridades políticas continuavam, ainda, com os projetos de mostrar uma cidade ideal, bela, moderna e urbana. Na dissertação desenvolvida por Moraes (2010), ela confirma que todo um trabalho foi feito pelas autoridades estadual e municipal para se comemorar o centenário de Teresina expondo os avanços e o progresso que a cidade conquistou. Porém, a cidade centenária continuava com problemas ainda de uma Vila, como lama, poeira, ruas sem asfalto, animais soltos pelos logradouros e praças, além de muitas casas de palha.

Para Afonso e Marques (2014), a década de 50 foi interessante para Teresina, porque seu ideal de modernidade combinou com as propostas políticas do Presidente do Brasil, na época, Getúlio Vargas, que desejava passar uma imagem de país moderno e próspero economicamente. “A modernização da cidade de Teresina, no início do século XX, aconteceu a partir da exclusão da população pobre, não destoando, pois, das demais cidades brasileiras que passaram por processo análogo” (AFONSO; MARQUES, 2014, p. 17).

Morais (2010), por meio de pesquisas feitas em documentos oficiais divulgados no Diário Oficial e jornais locais, confirma a presença da mídia local, em especial, os jornais impressos, no trabalho de divulgação e conquista da simpatia da população pelo processo de urbani-

zação/modernização. Segundo a autora, a imprensa, por meio de suas matérias, deu voz aos governantes para o discurso e a construção de um imaginário progressista e de comemoração centenária positiva de Teresina. “A comemoração do centenário de Teresina parecia anunciar mais que uma simples comemoração; tratava-se de adentrar um novo tempo, que tentaria deixar para trás o passado atrasado e provinciano” (MORAIS, 2010, p. 27). Afinal, Teresina foi pensada, projetada e construída para ser referência de modernidade, urbanismo, beleza, além de economicamente ativa e próspera, que serviria de exemplo para todo o Estado e até para outras capitais do País.

Assim como Nascimento (2002) e Galvão (2008), Morais (2010) também confirma que os agentes políticos da capital não estavam preocupados somente com as transformações e o crescimento estrutural e econômico da cidade, como também uma metamorfose cultural e social dos moradores. “O desejo dos gestores era que a cidade de Teresina se tornasse bonita, moderna e limpa, e o povo civilizado” (MORAIS, 2010, p. 31), e que tudo isso fosse comemorado no centenário da cidade, pois a data era perfeita para que os teresinenses pudessem viver um momento de sentimento patriótico.

Em 1860, Teresina já convivía como as diferenças de classes sociais, o contraste de uma elite que imitava a moda de Paris com trabalhadores escravos e livres, porém sem referências; habitações populares precárias em contraste com a construção de espaços religiosos e edifícios públicos bem elaborados e esteticamente bonitos. “A pobreza torna-se um pesadelo para a cidade” (ARAÚJO, 1997, p. 48) mesmo depois de se tornar a capital do Estado.

Para além de estrutura física (construção de ruas e avenidas, saneamento básico, energia elétrica, etc.), a mudança da capital para Teresina e, mais tarde as políticas modernistas, tudo provocou significativas mudanças na arquitetura da antiga Vila do Poti. E tudo começou ainda na década de 1920 com a chegada do arquiteto J. B. Coelho. “Teresina teria entrado numa fase de edificações belíssimas pelos seus traços e linhas arquitetônicas” (NASCIMENTO, 1999, p. 139).

Sobre essa modernização na arquitetura, Melo (2002) afirma que, no início, a arquitetura dos prédios públicos seguia um estilo neoclássico, como os prédios da Escola Normal Antonino Freyre, onde, atualmente, funciona a Prefeitura Municipal de Teresina, no centro da cidade; o Palácio da Justiça Federal, o Teatro 4 de Setembro e o Palácio de Karnak (a sede do Governo Estadual).

Na cronologia de Melo (2002, p.18), depois do neoclássico, a próxima fase foi o estilo eclético, “ou ecletismo, que se caracteriza pela mistura, pela influência de outros estilos arquitetônicos. É a fase dos “neos” como, por exemplo, neo-gótico”, e como exemplo tem-se o Colégio das Irmãs e Palácio Episcopal, que ficam localizados na Av. Frei Serafim, o Clube dos Diários (espaço cultural localizado no centro da cidade), o Colégio Diocesano, igrejas do Amparo e São Benedito, o prédio da Academia Piauiense de Letras.

Ao contrário do estilo neoclássico, que não chegou a ser usado para as casas, somente nos prédios públicos, o estilo eclético também foi incorporado nos chalés da época. De acordo

com Melo (2002), todo o acervo desse estilo arquitetônico foi identificado e inventariado pela Fundação Monsenhor Chaves e algumas edificações foram tombadas por meio da lei municipal de 1998, que tem por finalidade “preservar a memória do município de Teresina, através da proteção, mediante tombamento, dos bens a que se referem os incisos do seu artigo 2º” (TERESINA, 1988)¹². Os bens referentes ao respectivo artigo são: edificações de qualidade singular tanto quanto estética quanto a caracterizar um período ou um estilo arquitetônico; monumentos e prédios ligados a um fato memorável ou a uma pessoa importante e, por fim, espaço e construções naturais.

Em 1940, surgiu o estilo modernista que não ganhou simpatia por parte da população. “Será o poder público o primeiro a adotar tal estilo, como símbolo de modernidade política, de desejo de progresso” (MELO, 2002, p. 19). Aqui, tem-se como exemplos o prédio da CEPISA (hoje, Eletrobrás), o Palácio do Comércio, o edifício do Departamento de Estradas e Rodagem (DER), que fica na av. Frei Serafim, o Iate Clube (que foi projetado pelo arquiteto Anísio Medeiros, que estudou na Escola de Belas Artes e participou da cenografia de filmes nacionais como *Macunaíma* e *Dona Flor*) e o Instituto Antonine Freyre. A preocupação desse estilo era com a adaptação do projeto arquitetônico com as condições climáticas e o meio ambiente do local.

Depois, chegou a arquitetura contemporânea, que, segundo Melo (2002), tem mais liberdade de forma e de materiais para as construções. Exemplos desse estilo em Teresina são: a Assembleia Legislativa, o Palácio da Justiça, projetos do arquiteto Acácio Gil Borsóí.

Porém, em função de tantas mudanças de estilo, de construções e destruição de prédios e casas antigas, Melo (2002) pergunta se Teresina tem memória depois de quase 150 anos de existência: “No tocante à sua preservação histórica, entretanto, não há muito o que se comemorar. A maior parte de seu acervo cultural e arquitetônico vem sendo destruído ou descaracterizado, isso tudo devido à falta de uma política mais atuante na área” (MELO, 2002, p. 23). Neste ano de 2018, Teresina completou 166 anos e o processo de descaracterização continua, portanto a afirmação de Melo (2002) e esse trabalho voltado para a memória faz tanto sentido.

A preservação do patrimônio arquitetônico e cultural de Teresina passa, obrigatoriamente, pelas atuações dos poderes públicos e pela presença da própria sociedade, já que, “a história de um povo fica registrada na memória individual e coletiva, através da conservação de hábitos, costumes e tradições, como também da arquitetura da cidade e do meio-ambiente” (MELO, 2002, p. 23). Esse entendimento compartilha com Melo (2002) quanto à preocupação em cuidar tanto bens materiais como imateriais para a memória individual e coletiva e, por conseguinte, da própria identidade dos seus cidadãos. Sem a presença desses bens visíveis e da prática dos costumes/tradições, a memória pode ser fraca e o esquecimento mais forte.

Para Melo (2002, p. 25), “conhecendo seu passado, ele solidifica o presente, e planeja a

12 Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/a/pi/t/teresina/lei-ordinaria/1988/195/1942/lei-ordinaria-n-1942-1988-dispoe-sobre-o-tombamento-e-preservacao-do-patrimonio-cultural-historico-artistico-e-paisagistico-localizado-no-territorio-do-municipio-de-teresina?q=lei+de+tombamento>>. Acessado em: 27 maio 2018, às 09:50

construção de seu futuro com sustentabilidade”. Diante dessa afirmativa tem-se aqui o caráter tridirecional da memória, que é capaz de nos ensinar sobre agir no presente e ainda fazer projetos para garantir novas memórias, experiências e novas narrativas.

A modernização de Teresina também passou pelo sistema de transporte. Em 1933, segundo Nascimento (1999), os teresinenses viram, pela primeira, aviões cruzarem o céu da capital piauiense. Isso aconteceu por conta da visita do então Presidente da República, Getúlio Vargas, que estava em campanha na época. Os aviões eram da esquadrilha da fumaça brasileira. “menos de três meses depois da passagem da esquadrilha [...], O Correio Aéreo Militar passou a fazer vôos periódicos por Teresina” (NASCIMENTO, 1999, p. 156). E ele complementa dizendo que Teresina entrou na “era da velocidade” a partir dos aviões do Correio Aéreo Militar.

No final da década de 60, é inaugurado o trecho ferroviário ligando Piri-piri a Teresina e, assim, finalizada a ligação entre o litoral com a capital do Estado. O transporte rodoviário também se desenvolveu e permitiu tanto o transporte de produtos de outros Estados como a locomoção de pessoas para as cidades piauienses e e Estados vizinhos. O transporte coletivo começou a funcionar a partir da década de 1940, entretanto, a população que morava longe do centro da cidade não aproveitou tal desenvolvimento (NASCIMENTO, 1999).

Ao longo de cada ano, Teresina foi recebendo e se aproveitando das ações voltadas para o progresso e a “cidade dos sonhos” para sua população. E assim, ao longo desses 166 anos, cada geração segue produzindo suas memórias sobre Teresina e apagando outras. Cada geração olha e percebe uma Teresina diferente, produz diversos discursos sobre a sua história, memória, presente e sonha com um futuro. Teresina, assim como qualquer espaço, transforma-se, no entanto a preocupação é mudar ou se transformar sem perder a memória e o sentimento de pertencimento a esse lugar. Por isso, é tão relevante a fala de Bosi (1994) quando ela afirma que ter um passado é mais do que uma condição e sim um direito de quem tem o sentimento de pertencimento, de enraizamento com um espaço/lugar. Para se ter um passado e o sentimento de pertencimento é importante que cada cidadão perceba a cidade e seus locais pela sua prática, pela sua vivência, dessa forma, “ cidade concebida, planejada, se transforma, então, nos passos de seus moradores, em cidade metafórica, carregada de uma rica polissemia de sentidos” (DOSSE, 2013, p. 91).

A Imprensa no Piauí: jornalismo político e panfletário

Assim como no Brasil, aqui no Piauí o primeiro meio de comunicação de massa foi a imprensa escrita e como no caso nacional, também demorou um pouco para ser efetivada nas

terras piauienses.

Um fato que pode ter contribuído para o atraso da imprensa foi a falta de pessoas instruídas, alfabetizadas. De acordo com a pesquisa de Pinheiro Filho (1997), somente em 15 de janeiro de 1822, Oeiras, a capital piauiense naquela época, ganhou a primeira escola primária organizada pelo poder público e isso somente aconteceu porque o Brasil já estava a um passo da independência de Portugal.

Segundo Rego (2008) e Pinheiro Filho (1997), o primeiro jornal se chamava O Piauiense e surgiu em 15 de agosto de 1832, ou seja, 24 anos após a chegada dos jornais no Brasil. Foi um jornal oficial assim como o Gazeta do Rio de Janeiro. O Piauí foi a décima quinta Província do Brasil a receber a imprensa (PINHEIRO FILHO, 1997).

Um dado curioso a respeito do surgimento de O Piauiense é a sua ligação com a edição do primeiro jornal de Sergipe. Isto porque, é por iniciativa do Padre Antônio Fernandes da Silveira, sacerdote e político, nascido em Lagarto - Sergipe, que os prelos da primeira tipografia chegam ao Piauí. Ao que tudo indica, o referido padre pretendia lançar um jornal também aqui, naquele período. Entretanto, apesar de eleito deputado geral pelo Piauí, também o fora por Sergipe e opta por permanecer na terra natal, onde lança O Reconciliador Sergipano” (REGO, 2001, p. 50).

Pinheiro Filho (1997) complementa que, nesse ano do primeiro jornal, Oeiras já contava com duas escolas, enquanto Campo Maior, Valença e Parnaíba tinham uma em cada cidade. Depois do primeiro jornal, apareceu O Correio (1835), da Assembleia Legislativa da Província do Piauí, e O Telégrafo (1839), sendo este último um jornal oficial a favor dos atos do governo da época, Visconde da Parnaíba. As disputas políticas começavam a acontecer na imprensa escrita.

Rego (2008) aponta uma característica do jornalismo local desde a sua chegada - a aproximação com a política local e seus representantes e isso também é apontado por Reis (et al., 2013), que explica que a política, por ser uma área que envolve e está ligada diretamente e efetivamente com a vida em sociedade, “o jornalismo [...] foi usado como trampolim para agentes do campo político. [...] essa relação historicamente esteve no cotidiano de ambos os segmentos” (REIS, et al., 2013, p. 5).

As famílias ricas do Estado colocavam seus filhos para estudar fora e, no retorno para a terra natal, eles seguiam pela vida política no intuito de defender os interesses de suas próprias famílias e se manterem no poder político do Estado. O jornalismo acabou se tornando um espaço de disputas políticas, de opinião e de divulgação dos interesses de quem estava no poder (REGO, 2008).

O jornalismo político no Piauí era muito forte e se tornou o principal tipo de jornalismo no Estado.

Em 1851, os habitantes de Parnaíba, Piracuruca e Campo Maior solicitam aopresidente da Província, José Antônio Saraiva, que este proceda a mudança

para a localidade litorânea ou para a Vila do Poti, uma vez que Oeiras figura como o oposto de tudo o que se pensa em termos de progresso. À época, nada se produz ali, não existem estradas suficientes, o sistema de comunicação é precário e o controle das demais freguesias é difícil (REGO, 2008, p. 11).

Um jornal político, panfletário e de oposição ao governo do Visconde da Parnaíba foi “O Liberal Piauiense”, que teve como redator o advogado e jornalista, Lívio Lopes Castello Branco, que atuou também nos jornais Aucapura e O Argo Piauiense, todos em Oeiras. Os jornais de oposição eram editados na cidade de Caxias, no Maranhão. “Não havendo segurança para editar jornais, os adversários os faziam imprimir em Caxias (Ma), ou simplesmente mandavam imprimir boletins, para distribuição de porta em porta, nas caladas da noite” (PINHEIRO FILHO, 1997, p. 32).

Com a mudança da capital da cidade de Oeiras para a Chapada do Corisco, o jornalista Lívio Lopes Castello Branco trabalhou nos jornais Patuléia (1856) e O Conciliador Piauiense (1857) (PINHEIRO FILHO, 1997; REGO, 2011).

O jornalismo se tornou meio fundamental para os discursos contra e a favor de tal mudança. Em Oeiras, o líder do Partido Liberal, Tibério César Burlamaque, lançou o jornal O Eco Liberal, em 1 de setembro de 1849, que era contra tal transferência da capital. “Trazia como legenda a frase de Erasmo de Roterdam: Queremos admoestar, não morder. Ser útil, não ofender”. Tibério era o redator único do jornal” (PINHEIRO FILHO, 1997, p. 41). Após a mudança da capital, o jornal saiu de circulação. No total, a cidade de Oeiras, enquanto capital, teve 16 jornais.

Teresina, em 19 de fevereiro de 1853, já como capital do Piauí, teve seu primeiro jornal chamado A Ordem. “A redação fica por conta do jovem baiano “homem de confiança” do Conselheiro Saraiva. A Ordem trazia noticiário político e social, além de artigos doutrinários, caracterizando-se como jornal conservador” (REGO, 2008, p. 52). Pinheiro Filho (1997) ainda complementa que o jornal já nasceu com o compromisso de conquistar seus leitores, por isso não trazia em suas folhas somente atos do governo como assim aconteceu com o primeiro jornal brasileiro, o Gazeta do Rio de Janeiro.

Assim como aconteceu no país, aqui no Piauí também houve a luta pela liberdade de imprensa. O jornal “A Ordem” trouxe esse debate da liberdade na edição 42 de 16 de abril de 1854. “O público vigia tudo, e a tudo é preciso satisfazer. Mas como? A tudo de uma vez, de momento? Não é possível. O nosso público que seja um pouco tolerante... que releve muitas de nossas faltas, porque não são elas voluntárias” (PINHEIRO FILHO, 1997, p. 48).

Entre 1858 e 1860, Deolindo Moura elaborou “O Propagador”; em 1862, criou a “Liga e Progresso”, que durou até 1864, e, em 1865, surgiu “A Imprensa”, que perdurou até 1889. O jornalista David Caldas estreou em um jornal literário e científico intitulado “O Arrebol”, em janeiro de 1860 (PINHEIRO FILHO, 1997; REGO, 2008).

David Caldas colaborou com Deolindo Moura em dois jornais: “Liga e Progresso” e

“A Imprensa”. Lançou seu próprio jornal intitulado “O Amigo do Povo”, em 1868, que era distribuído gratuitamente, tinha cunho político e criticava os atos do governo. Para evitar qualquer tipo de repressão ou censura, David Caldas “comentava os fatos do dia como se tivessem acontecido na China ou na Turquia, tratando os personagens por paxás ou mandarins, utilizando conhecida figura de retórica” (PINHEIRO, 1997, p. 72).

Ao longo de todo o século XIX, o Piauí ganhou vários jornais e outra coincidência com a imprensa nacional foi a defesa da abolição. O tema e a luta dos jornalistas piauienses, escritores e estudantes gerou o jornal “O Abolicionista”, que somente tratava sobre esse tema. Outra marca dessa época foi que, aqui no Estado, em 1884, a imprensa, por intermédio de Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha, Miguel Rosa e outros mais, colocou-se no centro do atrito entre a Igreja Católica e a maçonaria, que lançou o jornal “O Reator”. Surgiram depois, em Teresina, os jornais anticlericais: “O Oriente”, “Gazeta do Comércio”, “A Luz” e “O Monitor”.

“Enquanto perdurou o Império, a Igreja não sentia necessidade de reagir [...]. Só com a proclamação da República, [...] acuada pelos adversários, sentiu a Igreja necessidade de reagir (PINHEIRO FILHO, 1997, p. 92), por isso, surgiram os jornais católicos sendo o primeiro chamado de “A Cruz” (1854-1904) e depois os jornais “A Época”, “O Apóstolo” e “A Cidade de Teresina” (1912).

Com a República, o primeiro jornal a circular foi o “Oitenta e Nove”, em 1889, organizado por David Caldas. Depois apareceram “O Piauí”, de Higinio Cunha; “O Democrata” do Partido Democrata organizado pelo Barão de Castelo Branco; “A República” do Partido Federal e “O Estado do Piauí”, órgão oficial. “O Piauí desse tempo acompanha as “danças do poder”, e a imprensa reflete tão-somente as disputas partidárias, cujas distorções projetam-se nas páginas impressas. A ideia de que política e jornalismo caminham lado a lado remonta há décadas” (REGO, 2008, p. 119), ou seja, a imprensa piauiense surgiu e permaneceu conectada ao campo político, na maioria das experiências, a imprensa foi para a defesa dos interesses governamentais, oficiais. A grande maioria dos principais jornalistas piauienses também foram políticos o que comprova tal uso da imprensa por parte destes.

Para Tavares (2000), a chegada dos veículos de comunicação no Piauí é tão significativa que ele marcou entre os fatos mais importantes do século 20. O jornal O DIA, o mais antigo em circulação, surgiu em 1 de fevereiro de 1951. Atualmente, mais dois jornais circulam diariamente (com edições especiais para o final de semana): Diário do Povo do Piauí (1987) e Meio Norte (1995).

“Há 30 anos, amplificando a voz do povo do Piauí”¹³

13 Slogan adotado pelo jornal do dia 11 de outubro de 2017 para comemorar os 30 anos de atuação do jornal. Eu coloquei esse título aqui para contrastar com o que eu apurei, afinal, minha pesquisa desconstrói essa ideia que o jornal traz a “voz do povo do Piauí”.

No caso específico desta dissertação, o jornal impresso Diário do Povo do Piauí, são 30 anos noticiando sobre o Estado e, em particular, sobre a cidade de Teresina, seus espaços, seus habitantes. A multiplicidade de histórias da e na cidade estão registradas em várias editorias como política, geral, esporte, cultura, cidades e ainda cadernos especiais, como o Caderno sobre Teresina, que sai no dia do aniversário da cidade, 16 de Agosto, e que era o objeto inicial de investigação dessa pesquisa.

O contexto histórico do jornal aqui construído foi com base na primeira edição, em 27 de setembro de 1987, e na edição de 11 de outubro de 2017, quando completou 30 anos de atuação, sites, textos científicos, além de duas entrevistas: uma com o ex-funcionário do jornal, Mussuline Guedes, que foi repórter e Diretor Executivo; e com o atual Diretor do setor comercial e um dos funcionários mais antigos da casa, Mauro Paixão.

De acordo com Guedes e Paixão (Informação verbal)¹⁴, antes de ser do Grupo Damásio, em 1988, o jornal foi idealizado pelos empresários Aerton Cândido Fernandes e Clementino Costa, que tinha uma aproximação muito forte com o político Alberto Silva e por isso receberam o apoio do então governador do Estado. “Eles idealizaram o jornal, mas não demorou muito e repassaram para o empresário Rufino Damázio que, até 2016, administrou o jornal com o filho Danilo Damásio”.

Essa informação de como tudo começou também é confirmada pelo ex-proprietário do jornal, o empresário Eulálio Damásio, na matéria especial de aniversário dos 30 anos do jornal, onde ele explica que os antigos donos somente ficaram a frente do impresso por um ano. De 1988 a 20 de Dezembro de 2016, o comando ficou com o Grupo R. Damásio (ANEXO A - Entrevista de Eulálio Damásio - 30 anos do Diário do Povo, p. 111). Reis (et al., 2013) confirma e complementa dizendo que a ligação entre os empresários com o ex-governador era tão forte que, no início, o jornal era produzido na gráfica oficial, Companhia Editora do Piauí.

Até 2016, o Grupo Damásio assumiu a administração do jornal, que, até hoje, funciona na avenida Centenário, 2100, bairro Aeroporto, zona norte desde 1989. De acordo com Viana (2017, p. 4)¹⁵, em entrevista com Eulálio Damásio “os primeiros desafios do jornal foram relacionados à aquisição de equipamentos e inovações tecnológicas”. Além da estrutura física e tecnológica, o empresário contou que precisava tomar uma outra atitude em relação ao jornal, dessa vez, tratava-se da linha editorial do impresso, que precisava ser mais neutra.

Guedes (informação verbal) confirma que após a chegada do grupo R. Damásio, o jornal assumiu uma linha editorial combativa e ganhou mais autonomia até financeira. Na matéria veiculada pelo Portal 180graus¹⁶, o jornal tinha essa linha editorial neutra, mais liberal. Outra novidade que chegou ao jornal Diário do Povo foi a coluna “Cartas do Leitor”, que era voltado para a participação do público em geral.

14 GUEDES, Mussuline; PAIXÃO, Mauro. Entrevista concedida a Sammara Jericó Alves Feitosa. Teresina. Teresina, 04 de maio 2018

15 A cópia da matéria do jornal está em ANEXO B - Entrevista de Eulálio Damásio - 30 anos do Diário do Povo, p. 133

16 Disponível em <<https://180graus.com/geral/jornal-diario-do-povo-do-pi-chega-a-24-anos-celebrando-conquistas-460603>>. Acessada em 23 de outubro de 2018, às 20:31

O contexto político da época com o governo de Alberto Silva era de salários atrasados, greves e críticas e, segundo o depoimento do empresário à reportagem, “naquela época, a imprensa toda acompanhava o governo, mas nós fomos os únicos que noticiávamos o que estava acontecendo. Por isso, começaram a dizer que nós fazíamos um jornal crítico” (VIANA, 2017, p. 4). Essa postura de oposição, de linha editorial de contestação também foi apontada por Sousa (2017)¹⁷, quando a jornalista afirma que o Diário do Povo do Piauí era “o único com viés oposicionista” aqui no Estado. Reis (et al., 2013) também confirmam em sua investigação junto a ex-funcionários do referido jornal que após a aquisição por parte do grupo R. Damázio, a linha editorial foi totalmente modificada para ser um jornal independente.

No jornal de 11 de outubro de 2017, data de comemoração dos 30 anos do jornal, houve todo um trabalho de diagramação especial para celebrar o aniversário. Houve, em quase todas as páginas do jornal, alguma referência a data de celebração: charge, editorial, artigos, notas de autoridades políticas, entrevistas e matérias sobre a biografia do jornal.

O Editorial (ANEXO B - Editorial do dia 11/10/2017, p. 111), diz que a edição é voltada para lembrar e comemorar a trajetória do Diário do Povo e sua contribuição tanto na construção como conhecimento da história do Piauí. O jornal é colocar como “compositor de destinos”, pois ao manter seu compromisso com a informação, ele ajuda a produção de sentidos. E tudo acontece a partir do empenho dos seus profissionais para manter tanto a história do jornal como a sua função: informar e promover o conhecimento.

Como filosofia, o jornal procura agir de forma ética e verdadeira. Como produto informativo, procura agir dentro do rigor da apuração dos fatos para que as informações que estão impressas nele possam cumprir o papel de formar e informar. “E assim se mantém o Diário do Povo do Piauí. Retrato vivo de uma história construída por muitas mãos” (EDITORIAL, 2017, p. 2).

A edição comemorativa dos 30 anos mistura matérias e entrevistas sobre o passado e também apresenta a nova direção do veículo. O publicitário e empresário, Fábio Sérvio, é o dono da empresa. Na matéria publicada na edição especial de 30 anos do jornal pela jornalista Claryana Alves (ANEXO C - Entrevista com o novo Diretor do jornal, p. 112), o novo administrador e presidente do jornal afirmou que a sua preocupação continua sendo manter independência editorial do jornal, pois foi com essa liberdade que o jornal conseguiu ser referência em todo o Piauí junto aos seus leitores, entre a classe política e sociedade em geral.

Para o publicitário, o jornal precisa passar por algumas mudanças, porém, a independência editorial do jornal será mantida. “Governantes chegam e saem de seus postos, um jornal não.

Ele existe independente de quem esteja nas cadeiras de comando e muitas vezes, como agora, sobrevivem aos interesses contrariados de políticos. decidimos manter acesa a chama da liberdade de imprensa para que ela ilumine novas gerações de profissionais” (SÉRVIO, 2017 apud ALVES, 2017, p. 4).

17 Disponível em <<http://observatoriodaimprensa.com.br/atlas-da-noticia/o-futuro-dos-jornais-impressos-no-piaui/>>. Acessado em 23 de outubro de 2018, às 21:10

Uma mudança foi imediata quanto a diagramação do jornal. O empresário deixou claro que acredita ainda no jornal impresso apesar da força do mundo virtual, porque:

O que se escreve jornal é um jornal, nem o tempo apaga. Jornal é um documento. É como um livro. Compartilhado. Real. Em um mundo cada vez mais virtual, de efemeridades, o jornal impresso nos coloca em contato com a realidade viva, com o que nos faz mais humanos. Ler jornal, assim como ler um livro, é uma experiência de crescimento (SÉRVIO, 2017, apud ALVES, 2017, p. 4).

Segundo Sousa e Carvalho (2013), o aniversário de Teresina desperta a atenção dos veículos de comunicação ainda desde o centenário da cidade. Para as autoras, a data de aniversário é motivo de muitas matérias com teor de esperança e positivismo. Morais (2010) lembra que a imprensa piauiense, no centenário de Teresina, alimentou o discurso de uma cidade modelo, moderna, vanguardista, já que, ela foi pensada e construída para servir de referência de beleza e progresso. E no centenário ela já faz isso em suas narrativas midiáticas. Morais (2010) afirma que uma cidade pode ser vista, apresentada e representada sob diferentes ângulos e isso vai depender tanto de quem fala sobre ela e das atividades culturais, sociais e políticas que acontecem nela. Esses discursos em datas comemorativas servem para motivar um sentimento de pertencimento e de identidade. “Nessa situação, a imprensa afirma-se como mediadora entre os cidadãos e o governo e ainda como peça fundamental do funcionamento das festividades” (MORAIS, 2010, p. 16).

No caso do Diário do Povo, Paixão (2018) deixa claro que essa data é importante para todos os departamentos da empresa, porque existe um interesse mercadológico.

Geralmente, no aniversário de Teresina, desde o departamento comercial, né, que a gente usa o calendário do aniversário de Teresina para se criar um projeto especial de vendas. E claro, para ter vendas tem que ter matérias, tem que ter editoria. E a gente, todos os anos, com antecedência, se reúne com a pessoa que faz a redação, com o Editor Chefe, com o Secretário de Redação, diz o que a gente quer - a gente quer vender o aniversário de Teresina - e para vender o aniversário de Teresina a gente tem que falar de Teresina, então, a gente deixa a cargo da Redação fazer aquela coisa de dizer o que é que eles elegeram como prioridade para falar naquele caderno que a gente vai comercializar (informação verbal)¹⁸

Segundo Paixão (informação verbal), o caderno Especial no dia de aniversário de Teresina existe desde o início, porém, devido a problemas financeiros, algumas vezes, esse caderno não é feito. Crises econômicas que a empresa vem enfrentando diminuiu o número de assinantes e, conseqüentemente, o faturamento do jornal. “Isso fez com que a gente fizesse uma adaptação,

um arranjo. Ao invés de eu criar um caderno extra [...] a gente utiliza as páginas do jornal para ir distribuindo anúncios e as matérias de acordo com a editoria” (informação verbal)¹⁹.

Visto que o jornal é uma empresa e busca lucratividade, o Caderno Especial de Teresina acaba sendo um recurso eficiente para atrair vendas publicitárias das empresas. Para não deixar de ser atraente para o público final, Paixão (informação verbal) procura reunir os setores comercial e a redação para que, juntos, possam encaixar tanto a publicidade como as matérias jornalísticas. Além do aniversário de Teresina, o jornal inclui outras datas, como o dia do Piauí, dia das mães, aniversário do jornal, dia do advogado e de outras profissões. “O calendário alavanca as vendas, porque sem ele a gente trabalha com a comercialização normal. A gente utiliza o calendário para provocar o mercado e comercializar mais ainda” (informação verbal)²⁰.

Para Reis (et al., 2013, p. 7):

A publicidade constitui-se elemento primordial para a sobrevivência da maioria dos veículos de comunicação, e no jornalismo impresso essa realidade não é diferente. Os custos para fazer a produção de um jornal são elevados e a arrecadação oriunda da venda de exemplares não cobre as despesas da empresa jornalística. Com isso os jornais sobrevivem à base de anúncios publicitários, sejam eles do setor privado ou público. Em muitos casos, a propaganda disfarçada de notícia também vem sendo adotada pelos meios de comunicação. Esse tipo de prática tem se tornado bastante comum e acaba, muitas vezes, confundindo o leitor, pois o jornal não se preocupa em distinguir as duas coisas.

O caderno podia até existir desde o início como Paixão (2018) informou, mas Guedes (informação verbal)²¹, como ex-repórter (1999-2002) e Diretor Executivo (2011-2016), onde passou 10 anos no Diário do Povo, diz que o jornal nunca deu uma atenção especial as datas comemorativas como os outros jornais da cidade.

No jornal O Dia e também no Meio Norte, onde eu trabalhei, eu via isso de longe, havia uma ação muito intensiva para a produção de cadernos especiais de aniversário. Era uma ação não só de conteúdo mais também comercial. [...] Era muito anúncio, muito direcionado do marketing e comercial [...] para atrair muito anúncio de Teresina e paralelo a isso a gente ia produzindo matérias especiais sobre Teresina. No Diário do Povo não havia essa ação comercial [...] Era mais conteúdo mesmo, era mais ação de redação” (GUEDES, 2018) (informação verbal)²²

O ex-funcionário lembra que quando foi Diretor Executivo não tinha, nas datas come-

19 Idem

20 Idem

21 Ibid

22 Ibid

morativas, uma preocupação do jornal de destacar uma equipe somente para produzir as reportagens especiais, como havia nos outros veículos.

Atualmente, o jornal tem dois cadernos. No primeiro estão as editorias de Opinião, Política, Economia, Polícia e Esportes; enquanto o segundo ficam as editorias de Cidades, Municípios, Cultura E Sociedade. O Diário atende somente 22 municípios piauienses com dois números de tiragens: a) final de semana são 2.500 jornais e b) durante a semana são 2.300 jornais circulando, sendo 1.700 em Teresina e o restante para outras cidades. No caso da capital, são 1.300 assinantes e os outros 400 jornais são vendidos de forma avulsa em ruas, sinais de trânsito e bancas de jornal. O jornal circula de terça a sábado, porque tanto a edição de segunda e domingo estão sempre impressas no jornal de sábado.

MÍDIA COMO LUGAR DE MEMÓRIA E A PRODUÇÃO MEMORIAL SOBRE TERESINA PELO JORNAL DIÁRIO DO POVO

Este último capítulo traz as respostas ao meu problema de pesquisa e ao objetivo específico de investigar a mídia como lugar de memória.

Mídia: extensão da memória humana

A memória é um fenômeno construído, fragmentado, porque acontece um processo de seleção de tudo que acontece com o indivíduo. A memória e a identidade se relacionam e possuem uma ligação de interdependência. A memória também tem uma conexão com o ato de esquecer de forma intencional ou seja porque o tempo, a distância e outras experiências contribuíram para o indivíduo deixar a memória em um lugar obscuro. E dentro dessas questões sobre a memória, aparece a mídia como “sofisticadas organizações da memória” (FERREIRA, 2011, p. 13).

Além de espaços coletivos e, ao mesmo institucional de organização memorial, a mídia e, no caso particular, o jornal impresso, coloca-se como um espaço de leitura/releitura, armazenamento, divulgação e, com isso, ela tem condições de avançar no tempo/espaço, pois seus produtos midiáticos estão e permanecem à disposição dos indivíduos. Com a internet, essa distribuição e a permanência se tornam ainda mais uma certeza (MARTINS, 2004).

Para Nunes (2001) essa questão do tempo é bem relevante, porque a mídia tem condições para dar longevidade a determinadas narrativas e personagens por meios dos seus produtos. A autora explica que a mídia tenta guardar na memória coletiva do seu público os destaques de um fato, os personagens e os espaços que ela insere na suas reportagens.

Ao mesmo tempo que os veículos de informação nomeiam e dão visibilidade a determinadas histórias, eles também jogam outros fatos, personagens e eventos para o esquecimento seja por motivos técnicos/profissionais, seja de forma intencional para se favorecer. Ao sugerir

determinadas narrativas para lembrar e produzir uma memória, os MCM também sugerem esquecer outros fatos/personagens. Se a memória humana realiza a seleção do que vai ser lembrado ou esquecido, na mídia acontece da mesma forma, mas, não pelos mesmos motivos.

Segundo Le Goff (2003), um dos primeiros autores a pesquisar a relação entre memória e mídia, não existe uma teoria da memória coletiva, mas de uma transmissão coletiva, social, que ganhou o reforço das imagens, das palavras, da escrita e, posteriormente, dos meios de comunicação, que conseguem ampliar, difundir e socializar, dentro de critérios profissionais²³ e mercadológico, para um número quase ilimitado o que considera importante. E essa transmissão coletiva acontece porque a própria memória precisa dessa ação social, dessa divulgação coletiva.

Peralta (2007) vai afirmar que a memória é um sistema cultural com força para, quando compartilhada por várias pessoas em um grupo, ser instrumento de produção de sentidos e identidade. É esse movimento de vai e vem entre os tempos sociais que faz a memória ser esse sistema organizado de sentidos.

[...] a memória pode ser considerada um sistema cultural articular de atribuição de significado. De acordo com esta perspectiva, a memória fornece referentes de significação constituídos por visões partilhadas do passado que são geradas pelo presente e orientadas para o futuro. Estas visões partilhadas correspondem ao mapa conceptual comum de um grupo, sendo, portanto, um mecanismo essencial de produção de significado cultural (PERALTA, 2007, p. 16).

De acordo com Leroi-Gourhan (1964 apud LE GOFF, 2003) existem três tipos de memória: a específica, que está ligada ao comportamento dos animais; a étnica, que Le Goff (2003) prefere chamar de memória coletiva; e a memória artificial, que se relaciona com a mídia e os computadores e são essas duas últimas que interessam para meu trabalho.

Ele aponta também “cinco momentos da memória coletiva: “o da transmissão oral, o da transmissão escrita com tábuas ou índices, o das fichas simples, o da mecanografia e o da seriação eletrônica” (LEROI-GOURHAN, 1964-1965, p. 65 apud LE GOFF, 2003, p. 423), esta ligada à alfabetização e a chegada da imprensa. Os dois autores comungam que a memória coletiva está diretamente relacionada a comunicação e não, efetivamente, a uma memória coletiva.

Para Le Goff (2003) a memória coletiva estava muito associada às sociedades pequenas, de cultura oral, sem escrita, onde uma pessoa se responsabilizava pelo saber do grupo para ser contado e compartilhado como forma de manter, fortalecer e continuar a formação e identidade da respectiva comunidade. Tanto Leroi-Gourhan (1965) como Le Goff (2003) vão dizer que as

23 Critérios de Noticiabilidade é um termo usado nas redações como forma de auxiliar os jornalistas na escolha dos fatos que, pelos atributos que eles estão investidos, podem virar notícia. “Compreendendo noticiabilidade [...] como todo e qualquer fator potencialmente capaz de agir no processo da produção da notícia, desde características do fato, julgamentos pessoais do jornalista, cultura profissional da categoria, [...] qualidade do material (imagem e texto), relação com as fontes e com o público, fatores éticos e ainda circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais” (SILVA, 2005, p. 96)

práticas mais comuns e elementares de um grupo eram apreendidas na infância, como higiene, alimentação e comportamentos e que esse aprendizado aconteceu por imitação (observando os adultos), pela experiência, ou seja, errando e acertando e, ainda, pela comunicação verbal.

Entretanto, atividades não tão cotidianas eram guardadas na memória para serem transmitidas por “autênticos especialistas: chefes de família já idosos, bardos, sacerdotes, que assumem, na humanidade tradicional, o importantíssimo papel de mantenedores da coesão do grupo” (LEROI-GOURHAN, 1965 apud LE GOFF, 2003, p. 59), ou seja, um indivíduo ficava com a responsabilidade de memorizar a origem, os feitos, os hábitos do grupo ao qual pertencia. Sobre essa questão, na Grécia antiga, existiam os “homens-arquivos ou mnemones”, que tinham a função primordial de guardar memorialmente as ações passadas do grupo (NUNES, 2011).

Segundo Le Goff (2003), a memória dos gregos já tinha uma relação de unidade, coesão e identidade. Para esse historiador francês, nas sociedades sem escrita o que era importante mesmo não era lembrar e narrar palavra por palavra, mas a própria reconstrução que cada indivíduo fazia no sentido de reforçar o mito e a história do seu grupo. A ideia era ter uma “memória mais criadora que repetitiva” (LE GOFF, 2003, p. 426), que o indivíduo internalizasse e, a partir disso, replicasse as memórias para os outros. Porém, como afirma Santos (2009, p. 140), atualmente, os “[...] indivíduos não têm memória, pois experiências de vida foram substituídas por informações e lembranças do passado se constituem em recuperação de dados” e para complicar a situação, a mídia e seus produtos e meios ao contrário de se tornarem referências e uma ponte entre o passado e presente, os meios de comunicação de massa acabam sendo, somente, “objetos de consumo efêmeros e descartáveis (SANTOS, 2009, p. 140-141).

Neste momento, vale citar Velho (1980) quando ele diz que os indivíduos, em cada sociedade, determinam, constroem e reconstroem a vida de acordo com o valor, o peso que cada momento vale naquele contexto. Assim acontece com a memória e a sua partilha, mas, na sociedade contemporânea marcada pelo consumo, excesso de informação, mercados comerciais globalizados, laços sociais virtuais e a presença forte dos MCM na seleção-edição e partilha dos fatos e personagens, “as lembranças do passado, neste contexto, se transformam em versões oficiais totalitárias ou manipulavas da história” (SANTOS, 2009, p. 140-141).

Retomando Le Goff (2003) e se abastecendo de Leroi-Gourhan (1965), aquele vai dizer que a segunda memória, a artificial, surge pela escrita e onde a transmissão oral fica em um segundo plano, já que a escrita trouxe a celebração comemorativa por meio de monumentos e estelas²⁴ onde se registravam, por escrito, as vitórias e conquistas inesquecíveis dos soberanos.

Além de inscrições em monumentos, a escrita depois ganhou um meio que ampliou seu uso e a divulgou ainda mais, o papel, que permitiu mais facilidade no manuseio e no transporte das informações atuais e memoriais, adiante, permitiu que os textos pudessem ser lidos e relidos individualmente e, se fosse o caso, esses mesmos textos pudessem ser editados. Houve, então,

24 “Coluna quebrada, marco, placa de pedra com inscrição, geralmente funerária”. Disponível em < <https://www.dicio.com.br/estela/>>. Acessada em 07/04/2018, às 16:57

uma multiplicação de documentos, dicionários e livros, que preencheram arquivos (públicos e privados) e bibliotecas por todo o mundo. Para os autores franceses, a memória social passa a ser registrada em livros, que reunia escritos sobre as grandes civilizações e a memória coletiva deixa de ser absorvida pela experiência e oralidade para ser aprendida pelos livros.

Com a memória escrita e artificial em crescimento, os autores franceses vão destacar a chegada da imprensa para a transmissão da memória. Leroi-Gourhan (1965 apud LE GOFF, 2003) vai afirmar que foi a imprensa que, de fato, permitiu a publicidade da memória individual a tornando cada vez mais social e comum.

A partir do século XIX, explode o “espírito comemorativo” e o calendário se tornam uma forma organizacional das festividades memoriais e um recurso taxativo de dever de memória. O aniversário de Teresina é um dever de memória da população, das autoridades políticas e da mídia, que todo ano se organiza para a produção de matérias especiais sobre o tema. Como as memórias se constituem a partir das interações e a cada nova interação com base em interesses comuns, o conjunto de memórias se amplia, nesse caminho, o calendário é uma forma de criar um conjunto comum de afinidades, interesses e memórias.

O calendário e suas festividades, como o aniversário de Teresina, contribui para a memória, porque ele registra o fato e inclui no cotidiano das pessoas, por estar registrado no calendário social ele é conservado no tempo e, por ser social, os grupos de interesse da data irão, por seus próprios meios, (no caso do jornal, por meio das matérias), recuperar, no presente, os feitos do passado para responder ao futuro. O calendário é marca de uma memória social e as matérias do jornal Diário do Povo procuram provocar uma memorização e promoção do sentimento de pertencimento, como por outro lado, provocam o esquecimento daquilo que a mídia e os grupos envolvidos desejam.

Esse espírito comemorativo e o dever de memória traz a preocupação com a manipulação da memória, onde fatos ruins são escondidos. A censura age para determinar o que deve ou não ser registrado nos calendários para posterior comemoração. E, no final do século XIX, chega a fotografia trazendo certa ideia de democratização, precisão e pretensão de verdade da memória.

Le Goff (2003) diz que a partir do século XX, a mídia e os computadores se tornam os espaços atuais da memória. As sociedades modernas já podiam contar com a memória humana e com a memória midiática, ilimitada, organizada e facilmente à disposição.

Para Velho (2003), as sociedades atuais, contemporâneas possuem uma característica que chama a atenção: a massificação, que pode causar influências nos indivíduos quanto a sua identidade, sua capacidade de seleção, organização e transmissão, ou seja, a socialização da memória.

O processo de urbanização, o desenvolvimento das grandes regiões metropolitanas e das megalópoles, os meios de transporte e comunicação, os avanços tecnológicos produziram uma transformação inédita na história da humanidade quanto a alterações de padrões de sociabilidade e interação, costumes e

rotinas (VELHO, 2003, p. 67).

Essa massificação levantada por Velho (2003) tem como um dos motivos a chegada e a expansão dos meios de comunicação, que trouxeram uma nova dinâmica, uma nova relação entre o sujeito e a informação, o sujeito e o seu passado. Com esses meios tecnológicos de notícia, o público sabe o que acontece a seu lado e em todo o mundo, mas Velho (2003) não acredita que o recebimento e a interpretação dessas informações aconteçam de forma igual por todos da audiência. No caso da televisão juntos aos brasileiros, ele diz que “os indivíduos não são folhas de papel em branco onde são impressas as imagens e mensagens da televisão, particularmente de suas novelas” (VELHO, 2003, p. 68).

Para Huyssem (2014), diante de um cenário massificado por tantas notícias, dinâmico, heterogêneo, empírico, a teoria de uma memória coletiva não se fundamenta. Quase improvável ter uma memória consensual. E nessa realidade, a preocupação é quanto à existência de uma unidade social. Ele analisa que, apesar da força, da presença intensa da mídia junto aos indivíduos e a sociedade de uma forma geral, talvez ela não consiga sozinha contribuir para a manutenção de uma harmonia social e de uma concordância identitária.

E ele levanta algumas perguntas, já que, atualmente, a mídia, tradicional e tecnológica, é vista como representante, mediadora dos fatos sociais locais, nacionais e até globais.

Será o medo de esquecer que desencadeia o desejo de lembrar ou será talvez ao contrário? Será que o excesso de memória nesta cultura saturada pelos media cria uma tal sobrecarga que o próprio sistema de memória está em constante perigo de implosão, desencadeando assim o medo do esquecimento? (HUYSEM, 2014, p.23)

Diante de uma explosão diária de informações da imprensa, o autor chama para uma reflexão: se estamos vendo um boom da memória, com os média, nós também estamos vivendo um boom do esquecimento, porque a política mediática de consumo (seja de fatos atuais ou memoriais) acelerou demais o processo de consumo-seleção e armazenamento e dentre os efeitos pode estar o apagamento das informações, “afinal, muitas das memórias comercializadas em massa que consumimos são logo de início “memórias imaginadas”, e assim menos memoráveis do que as memórias vividas” (HUYSEM, 2014, p. 11).

Por isso, a mídia como meio de memória é uma afirmativa que traz ambiguidade, uma vez que ela, a todo instante, coloca para suas audiências um número muito grande de informações, e nesse sentido, acaba por provocar somente uma substituição de memórias.

Para esse autor, alguns pontos precisam ser levantados, como a memória (individual/coletiva/nacional) não ser mais pensada longe das influências dos meios de comunicação de massa²⁵, pois eles fazem parte do cotidiano das pessoas; em segundo lugar, os veículos de co-

25 [...] “Era da Comunicação de Massa. [...] se iniciou no começo do século XIX, com o surto dos jornais para a pessoa comum.[...] Mas, a Era da Comunicação de Massa teve início no começo do século XX com a

municação de massa, com poder de penetração e influência, são organizações (na sua maioria) privadas e que, por isso, possuem interesses econômicos, políticos e particulares, o que vai contra a sua função pública de informar as pessoas sobre os fatos relevantes e interessantes para elas. Nesse jogo, onde a empresa é particular e a função é voltada para o público, o resultado pode não ser positivo para este, então, é de concluir que as memórias construídas por eles não são memórias inocentes, pois há divergências entre os interesses particulares e sociais.

Como destaca o autor, a memória midiática é capaz de provocar mais um esquecimento do que uma lembrança, é capaz de transformar uma memória vivida em uma histórica. “Recorrendo ao argumento padrão Adorniano de que a mercantilização equivale a esquecer, esses críticos argumentam que o marketing da memória não gera coisa alguma senão amnésia” (HUYSSEM, 2014, p. 35). O indivíduo tem que esquecer para receber uma nova informação. “Pode-se afirmar, com certeza, que esquecemos a imensa maioria das informações que alguma vez foram armazenadas” (IZQUIERDO, 2011, p. 40). Para Santos (2009), essa nova configuração social e urbana pode provocar uma amnésia coletiva, mas, ela não enxerga uma tragédia nessa questão, pois “[...] amnésia coletiva nada mais é do que o esquecimento de determinados aspectos para que outros sobrevivam” (SANTOS, 2009, p. 141).

Candau (2005) explica que existe uma memória mental, que utiliza somente a capacidade do cérebro, entretanto também existe uma memória que emprega recursos externos ao indivíduo, como a escrita e as imagens, os computadores, os HD externos, onde uma grande quantidade de informações e memórias podem ser acomodadas. Ele também fala do aumento dos arquivos públicos, da digitalização dos documentos, da construção de grandes espaços públicos e privados, bibliotecas, museus, que indicam essa obsessão pelo que já aconteceu e pelo dever ou necessidade de memória.

Para Nora (1993), essa preocupação com a conservação do passado, com a rememoração, com a memória, o culto aos locais memoriais, como museus, arquivos, bibliotecas, tudo é porque a memória não existe mais na oralidade, mas nos livros, nos espaços memoriais. Foi Pierre Nora (1993), historiador francês, que, em 1984, criou o conceito “lugar de memória” para indicar espaços que fazem alusão à memória que um dia foi vivida, experienciada em um meio, em um tempo e com um grupo.

Ao contrário da naturalidade da memória, nos “lugares de memória” elas seriam dissimuladas, porque some a experiência vivida e íntima para uma memória “para só viver sob o olhar de uma história reconstituída” (NORA, 1993, p. 12). Santos (2018) complementa ao afirmar que perdemos a memória porque o que vivemos na prática se transformaram em lembranças guardadas em suportes, onde precisamos buscar e recuperar os dados. “Homens emulheres, portanto, desprovidos de conhecimento e experiências do passado, se tornam incapazes de sentir, julgar e defender seus direitos” (SANTOS, 2009, p. 123).

Como reflete Huyssem (2014), uma cultura da memória, saturada por tantas matérias midiáticas, pode provocar uma sobrecarga muito grande, onde a nossa memória não terá condi-

ções de guardar e com isso o outro lado da moeda, o esquecimento será mais forte.

Nora (1993) diz que não é um indivíduo, um grupo, uma sociedade que está sem memória, mas é um fenômeno global provocado pela mundialização, que se colocou como um processo em que tudo e todos estão inter-relacionados no planeta; massificação e mediatização, ou seja, uso dos veículos de comunicação de massa para “diminuir” as distâncias espaciais e conectar as pessoas.

Fim das sociedades-memória, como todas aquelas que asseguravam a conservação e a transmissão dos valores, igreja ou escola, família ou Estado. Fim das ideologias-memória, como todas aquelas que asseguravam a passagem regular do passado para o futuro, ou indicavam o que se deveria reter do passado para preparar o futuro; quer se trate da reação, do progresso ou mesmo da revolução. Ainda mais: é o modo mesmo da percepção histórica que, **com a ajuda da mídia, dilatou-se prodigiosamente, substituindo uma memória voltada para a herança de sua própria intimidade pela película efêmera da atualidade** (NORA, 1993, p. 8, grifo meu).

E como coloca o autor, a História teve como aliada a mídia para alimentar uma memória artificial e oficial para uma exploração da intimidade, para uma publicidade memorial tão intensa quanto instantânea e passageira, e a memória deixou de ser produzida pelas práticas para ser apreendida pelos recursos da mídia ou pelas visitas aos espaços que guardam a memória de tempos remotos. Portanto, Nora (1993) é enfático: “se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares” (NORA, 1993, p. 8).

Para Barbosa (2016) é lugar-comum a afirmativa que a mídia se tornou um lugar de memória, mas a própria autora discute se isso pode ser considerada uma assertiva verdadeira. Na defesa da mídia, Nunes (2001) diz que os meios de comunicação possuem as características, como capacidade de armazenamento e divulgação, acesso, quantidade de cópias e longevidade, que marcam o logotipo de arquivo e de espaço de memória. “A lógica do armazenamento legitima o discurso midiático a preferir-se como palco de “toda a memória do mundo” (NUNES, 2001, p. 19).

Como afirma Lowenthal (2012), nós conhecemos o passado quando lembramos de algo ou de alguém, quando ouvimos, quando lemos e assim vamos reconhecendo nosso tempo, os cenários, as coisas a nossa volta, as pessoas que estão do nosso lado. Seja por qualquer formato da mídia (TV, rádio, mídia impressa e virtual), podemos entrar em contato com o passado de forma forte, quando o que encontramos na mídia foi vivenciado por nós; seja de forma fraca, quando são somente declarações. As matérias comemorativas do aniversário de Teresina do jornal Diário do Povo apontam para que os leitores saibam, na versão do jornal e dos seus parceiros, como trabalha a Prefeitura Municipal de Teresina e as histórias da cidade. Fica clara a ação política e empresarial para estruturar, politicamente, a data oficial do aniversário de Teresina como uma memória social. Como afirmou Pollak (1992), a memória é um fenômeno seletivo e construído e, nessa pesquisa, o Diário do Povo procurou nos últimos 30 anos, de forma cons-

ciente, determinar as lembranças sobre a cidade e os personagens políticos da capital. Há um trabalho organizado para construir uma memória oficial e feliz sobre a “uber”.

Candau (2016) também faz sua citação ao relacionar o impresso com a memória e, por tabela, com a identidade. Primeiramente, o autor defende que a memória não faz sentido se não puder ser compartilhada, transmitida. É esse ato comunicativo que irá trazer como efeito a produção, manutenção e reformulação das memórias e das identidade de cada indivíduo. Quanto mais forte for o conjunto memorial mais forte também será a identidade do indivíduo e do grupo. Nessa perspectiva, a mídia funciona como lugar de memória.

“A escrita - e mais ainda o impresso - permitiu, sem dúvida, a socialização da memória e a possibilidade de estocagem de informações cujo caráter fixo pode fornecer referenciais coletivos de maneira mais eficaz que a transmissão oral” (CANDAU, 2016, p. 108). Tendo em visto isso, a escrita e a mídia impressa têm valores memoriais por duas questões interessantes: a socialização e o armazenamento de informações. Socializar permite que os textos, as narrativas memoriais possam ser acessadas por mais pessoas dentro de um grupo ou sociedade. E, além disso, esse registro pode servir de caminho para uma representação comum de um passado, de um acontecimento, de uma memória.

Para Candau (2016) existe uma metamemória, ou seja, a memória como discurso, como ideia que cada pessoa cria. Então, nesse sentido, o discurso da mídia pode (ou não) contribuir para produzir ou reforçar uma metamemória, um imagem que as pessoas fazem sobre si e sobre Teresina, por exemplo. No caso do jornal Diário do Povo, ele, ao reforçar as ações da Prefeitura Municipal de Teresina no sentido de manter uma cidade em desenvolvimento e assim manter as características de Teresina, o jornal procura influenciar e reforçar uma imagem que os teresinenses têm do próprio espaço e, claro, produzir uma representação de governo municipal que se preocupa com sua gente, com seu povo e com uma cidade urbana, contemporânea e cosmopolita.

Como os textos da mídia são socializados, quanto mais apropriação dessas informações mais um discurso comum pode existir. Mas é fato que a mídia não é ou não carrega essa memória inocente ou desprovida de interesses. Como já citei, a data de aniversário de Teresina é um dia de comemoração mais também de uma rotina de trabalhos dos jornalistas para que a empresa ganhe mais dinheiro tanto com as vendas avulsas como com a venda dos espaços publicitários.

A massificação de dados traz para os indivíduos e a sociedade uma indústria que trabalha com a memória e com o esquecimento. Quanto mais informações, histórias, narrativas memoriais à disposição ou sendo lançadas feito bombas a todo instante sobre os indivíduos/grupos/sociedade mais isso provoca dispersão, cansaço e falta de capacidade de separar o que é significativo ou não para realmente guardar na memória (CANDAU, 2016; HUYSEM, 2014).

Contudo é importante destacar que o esquecimento não é uma arma mortal contra a memória, não é um inimigo que a todo instante rivaliza, provoca duelos e, como consequência, destrói a memória. Falar de memória é também falar de esquecimento, “[...] uma vez que

memória é compreendida a partir de um processo seletivo que envolve tanto lembrar quanto o esquecer” (SANTOS, 2009, p. 141).

O fator complicador entre lembrar e esquecer seja pela ação humana ou pelos suportes de informação e comunicação, como o jornal impresso ou qualquer outra mídia, é que eles envolvem “outras forças, como por exemplo: o poder. O poder é semeador e promotor de memórias e esquecimentos” (CHAGAS, 2009, p. 44).

Percurso metodológico da produção memorial do jornal Diário do Povo sobre Teresina

A abordagem dessa pesquisa se configura como quali-quantitativa, pois tenho interesses tanto em como falam e também em número quanto a quantidade de temas, de fontes e as repetições. O fato de pensar quantitativamente não me impede de avaliar a forma como o jornal tratou sobre a cidade.

As abordagens não são excludentes, pois:

por exemplo, um estudo pode iniciar com uma abordagem qualitativa [...], pra que em um segunda etapa sejam buscadas as quantificações [...]. Por outro lado, um estudo pode iniciar com uma abordagem quantitativa, medindo [...] variáveis, e em uma segunda etapa pode-se realizar um estudo qualitativo” (ALMEIDA, 2011, p. 32-33).

Quanto aos objetivos, esta pesquisa se apresenta como exploratória, pois me permitiu criar hipóteses para, a partir das análises, anunciar respostas e apresentar conhecimentos e servir de inspiração para novos estudos e investigações (ALMEIDA, 2011).

O corpus da pesquisa, no início, correspondia somente ao caderno Especial voltado para Teresina no dia do seu aniversário, porém, esse material ficou mais amplo a partir da análise dos jornais dos últimos 30 anos, porque o que eu confirmei, ao reunir as edições dos jornais, foram tão somente 11 publicações com o referido material especial. Portanto, resolvi analisar as matérias alusivas ao aniversário da cidade em todas as editorias.

Somente foram investigadas as notícias e ficaram de fora os textos de opinião (artigo, editorial, crônicas e notas de colunistas) e as mensagens de autoridades públicas e políticas, empresários e outros.

A informação dada pelo Diretor Comercial, Mauro Paixão, de que o caderno Especial existe desde o início do veículo, não foi confirmada. O jornal surgiu em 1987, mas o Caderno Especial somente apareceu no ano de 1990, quando Teresina completou 138 anos. O texto abaixo confirma essa informação (ANEXO D - Primeira publicação do caderno Especial - 138 anos, p. 112).

Na sua edição de hoje, este Diário do Povo circula com caderno especial em homenagem aos 138 anos de Teresina, contendo mensagens de empresas, autoridades e políticos. A data desperta, realmente, muito interesse e se associa

ao calendário de eventos anuais da cidade (TERESINA, 1990)²⁶

Parto da hipótese que a mídia e, em especial, o jornal impresso, é um espaço de memória na sociedade atual, então, investigo que tipo de memória o jornal Diário do Povo produz sobre Teresina. Para auxiliar ainda o meu percurso, realizei duas entrevistas com Mauro Paixão e Mussoline Guedes. A escolha dos dois profissionais se justifica porque eles possuem experiência no referido jornal: um atuou como repórter e como Diretor Executivo por 10 anos; e o outro é o atual Diretor Comercial, ou seja, dois profissionais que misturam o setor comercial e o setor de produção de conteúdo jornalístico. “A entrevista em profundidade é um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte selecionada por deter informações que se quer conhecer” (DUARTE, 2012, p. 62).

As entrevistas foram feitas antes da análise das matérias sobre: a atuação deles no jornal, história do veículo, o papel do jornalismo e a relação da mídia com o tema memória. A entrevista com Mauro Paixão aconteceu na sala do próprio Diretor e a outra no Tribunal de Contas do Estado, onde Mussoline Guedes trabalha.

A ida ao arquivo do jornal foi liberado pelo Diretor Comercial, Mauro Paixão. Não há profissionais nesse espaço para organização e identificação dos jornais. A primeira visita aconteceu em Novembro de 2017 e o contato foi feito por uma amiga, que trabalhava no jornal na parte de Marketing. Depois, retornei em Maio e Outubro de 2018 para concluir a pesquisa. Os jornais são organizados e encadernados por ano, ou seja, um caderno corresponde a um ano de edições do jornal. Quando encontrava o jornal, fazia o registro por meio de câmera fotográfica do celular. Em casa, fiz todas as análises.

Na primeira vez que fui ao arquivo, a sala estava passando por reformas e tinha muita poeira. Na segunda vez já foi diferente. A sala já estava melhor fisicamente tanto que ela abrigava dois profissionais da casa. Os jornais no arquivo são colocados em uma estante antiga (APÊNDICE 3 - Arquivo do jornal Diário do Povo, p. 110), e encadernados por ano. Não tem um profissional para cuidar dessa arquivo, por isso, senti um pouco de dificuldade para encontrar todos os jornais, porque a disposição não estava em ordem corretamente. Durante as 2 horas que permaneci no jornal, nenhum jornalista apareceu no arquivo. Na verdade, eu fui ao jornal nos dois turnos e não vi muitos jornalistas na sala de redação que fica em frente ao arquivo. (Diário de Campo, Junho de 2018).

Antes da análise do corpus da pesquisa, construí o referencial teórico da minha dissertação sobre os temas memória e mídia, além de um levantamento histórico do veículo em análise e da cidade de Teresina. E após as análises, fiz uma complementação do referencial. Organizei

todo o material fotografado por ano - 1987 a 2017. Na tabela (Anexo A, p. 110), uma relação objetiva entre: (A) ano do jornal analisado, (B) os anos da cidade de Teresina no período correspondente, (C) identificação de quais edições têm o conteúdo Especial e (D) o tipo de conteúdo existente no respectivo caderno e outras informações. Todas as fotos foram gravadas em um CD organizados por pastas correspondendo ao ano do jornal analisado.

Ao final da dissertação, em Anexos, coloquei somente a imagem dos jornais analisados aqui no corpo do texto. Uma outra constatação com as análises foi a de que quando não havia o suplemento, as matérias sobre Teresina eram colocadas sob o nome de Especiais e podiam aparecer em qualquer editoria do jornal (ANEXO E - Jornal sem caderno de Teresina, mas com matérias chamadas de “Especiais”, p. 113).

A pergunta chave é identificar que tipo de memória o jornal Diário do Povo do Piauí produz sobre Teresina. E para isso, utilizei o método da Análise de Conteúdo (AC), que segundo Bardin (2011, p. 15) diz respeito a “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”.

E para realizar tal análise foi preciso seguir as etapas de pré-análise, que corresponde a leitura inicial dos documentos que serão analisados. “Esta fase é chamada de leitura”flutuante” (BARDIN, 2011, p. 126). Ainda na fase de pré-análise, fiz a escolha dos documentos, que, neste caso, se trata de matérias do jornal Diário do Povo relativas ao aniversário da cidade nos últimos 30 anos. Foram analisadas as matérias jornalísticas (notícias e reportagens) e deixadas de lado a publicidade e textos opinativos. Estabeleci, com base na A.C, que a composição do corpus da pesquisa seria pela regra da exaustividade, ou seja, “não se pode deixar de fora qualquer um dos elementos por esta ou aquela razão [...], que não possa ser justificável no plano do rigor. Esta regra é completada pela de não seletividade” (BARDIN, 2011, p.126-127), isso quer diz que toda matéria relativa ao aniversário de Teresina que saiu no jornal vai entrar no conjunto de documentos para análise.

A seleção das matérias comemorativas foram pesquisadas em todas as editorias do jornal. Como explica Pereira Júnior (2000), o jornalismo trabalha com a pressão da hora de fechamento e precisa dar conta de encontrar, no cotidiano da cidade e das pessoas, as notícias que considera relevantes para estarem distribuídas nos espaços do jornal. Diante de tantos fatos acontecendo ao mesmo tempo, as empresas jornalísticas e, no caso específico, o jornal Diário do Povo do Piauí, ele procura manter determinada organização e estratégia para descobrir a notícia e ainda determinar em que espaço, no jornal, ela vai ser publicada.

Como bem explica Vizeu (2000), existem três estratégias para encontrar e registrar um acontecimento.

A primeira é a territorialidade geográfica. O mundo é dividido em áreas de responsabilidade territorial. A segunda é a especialização organizacional. As empresas colocam repórteres em certas organizações que, do ponto de vista jornalístico, produzem acontecimentos noticiáveis.[...] Uma terceira estraté-

gia usada pelas empresas jornalísticas, é a especialização em termos de temas: são as secções específicas dos jornais, como: economia, esportes, etc. A consequência fundamental da rede é impor uma ordem no mundo social (Tuchman, 1983, p.39-44 apud PEREIRA JÚNIOR, 2000, p. 81).

A especialização dos temas ajudam na organização do jornal, pois acabam servindo de nomes das editorias para facilitar a identificação do leitor com a notícia. Por exemplo, editoria de Cultura trata de assuntos ligados a arte, música, teatro, entre outras áreas do tema. A editoria de Esporte registra fatos ligados as diversas modalidades desportivas e assim por diante com cada editoria.

Essa segmentação e especialização temática no jornal impresso aconteceu devido a expansão das mídias eletrônicas após a Segunda Guerra Mundial. Os Estados Unidos começou seu protagonismo quanto ao fazer o jornalismo impresso desde a criação de novos gêneros como a segmentação de temas por editorias. Aqui no Brasil, o jornalismo impresso passou por algumas transformações para seguir o modelo americano, a partir dos anos de 1950, como a cadernização e editoração dos assuntos. Na década de 1970, a segmentação dos temas se tornou ainda mais uma realidade na mídia impressa brasileira, além de suplementos, ou seja, caderno especiais que tratam de temas específicos e não diários.

“Estruturas paradigmáticas dentro das redações, as editorias operam a partir das noções de classificação, fragmentação e descontextualização dos acontecimentos jornalísticos, atendendo aos interesses do mercado (NÓRA, 2008, p. 12). Ou seja, as editorias e os suplementos servem para atrair mais anúncios publicitários, que ajudam no faturamento das empresas.

Para facilitar o entendimento da minha análise, abaixo um Infográfico onde identifico onde estão as matérias comemorativas por editorias do jornal Diário do Povo:

INFOGRÁFICO 1 - Editorias que receberam matérias sobre Teresina no aniversário da cidade



Há um destaque para a quantidade de matérias que entram como Especiais, seja dentro do suplemento de Teresina, seja em outras editoras. Ao todo foram 70 matérias dentro dessa editoria.

Ao todo, encontrei 156 matérias relativas ao aniversário de Teresina nas seguintes editorias: Caderno 2, Diversão & Arte, Galeria (que não existem mais no jornal), Cidade, Geral, Política, Especial, Cultura e no Suplemento de Teresina, porém, escolhi quatro categorias que vão ao encontro da pesquisa e, nesse sentido, nem todas as matérias entraram na análise. Para a análise foram 105 narrativas midiáticas.

Seguindo com a análise, fiz a categorização e a análise temática, ou seja, procurei “núcleos de sentido”, que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição, podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (BARDIN, 2011, p. 135).

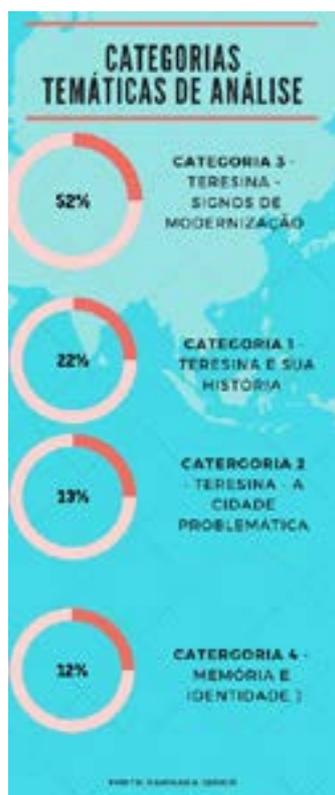
As categorias temáticas delimitadas para análise foram com base na repetição delas nas matérias selecionadas e que correspondem, de forma direta e indireta com o tema desta pesquisa. Assim, as categorias foram: 1) Teresina e sua história (temática: fundação, arquitetura, locais históricos e formação política); 2) Teresina - a cidade problemática; 3) Teresina - signos de modernização (urbana, desenvolvida, moderna e ações de infra-estrutura para promover o progresso); 4) Memória e Identidade (temáticas: cultura, tradições, lembranças, identidade da cidade e da população). Chama a atenção a quantidade de matérias da categoria 3, que reforça a imagem de uma cidade moderna, que nasceu para ser moderna, urbana, rica e desenvolvida como foi justificado pelos discursos políticos desde a mudança da capital de Oeiras para a Vila do Poty.

As matérias dessa categoria 3 mostram que “a capital tem absorvido no decorrer dos anos, características de metrópole e tem se igualado aos grandes centros urbanos brasileiros no tocante à paisagem e ao seu desenvolvimento econômico, mas que é ainda permanece ligada aos costumes, tradições (SOUSA, CARVALHO, 2011, p. 5).

E isso pode ser confirmado no texto abaixo retirado do jornal do ano de 2006, quando a “cidade-verde” completou 154 anos. O título da matéria já dá um indicativo de uma cidade grande e próspera - “Teresina já tem escala metropolitana”:

Teresina completa hoje 154 anos. Em comparação a outras capitais aqui mesmo do nordeste, pode-se dizer que se trata de uma cidade-menina. Se ampliarmos o foco para grandes metrópoles do país, a Cidade Verde mostra-se ainda mais jovem - mas não menos cosmopolita e com aspectos futuristas²⁷

INFOGRÁFICO 2 - Categorias temáticas de análise



Teresina se torna, nos discursos do jornal Diário do Povo, uma cidade que pode ser comparada com os grandes centros urbanos do País, pois ela é próspera economicamente, como assim pensava o fundador, Conselheiro Saraiva, e se tornou moderna e futurista, porém, que não perde sua essência, costumes, tradições, como a matéria também da categoria 3 e que traz esse entrelaçamento entre o moderno e o provinciano. O título da matéria diz - “Teresina abraça o progresso e fica mais bela”, que trata de obras que a Prefeitura Municipal de Teresina entregou para seus habitantes, como um shopping, pontes e calçadas, como os das ruas Simplício Mendes e Álvaro Mendes, além de praças, como a Rio Branco, mantendo “suas características originais resgatadas” (ANEXO G, 2010 - Teresina abraça o progresso, p. 114).

Diante de tantas notícias de Teresina - signo de modernização, categoria 3, posso afirmar que a mídia, no caso aqui, Diário do Povo, tentou manter, pelos seus discursos midiáticos, a ideia de uma cidade que nasceu para ser a capital do Piauí e, assim, a decisão do Conselheiro Saraiva estava correta. Teresina cresceu e se desenvolve a cada dia para continuar com sua imagem de moderna e urbana.

O jornal tenta produzir uma imagem de uma Teresina que avança para superar os desafios e, no dia do aniversário dela, é um bom motivo para amenizar os problemas e elevar uma cidade que cresce e se desenvolve para oferecer um lugar melhor para todos os seus habitantes, como por exemplo, na mesma edição, o jornal traz os problemas (categoria 2), como essa matéria - “Moradia é um dos maiores problemas de Teresina”, de 2011, na Editoria de Geral, porém, na editoria de Especial (que corresponde ao aniversário da cidade), o jornal já traz a matéria - “Famílias são beneficiadas com casas”.

A mídia não somente faz a mediação entre os fatos e o público; entre este e as autoridades políticas, como também ela, a mídia, acaba se colocando como peça relevante para os sentimentos positivos e a festividade por conta do dia 16 de agosto.

A importância da mídia como um dos dispositivos instituidores do espaço público é observada na medida em que, pela sua ação ritualística e cotidiana, as mídias vão não só anunciando a noção de realidade, mas convertendo-se, elas mesmas, como lugar pelo qual a realidade não só passa por elas, como também se faz nelas (FAUSTO NETO, 1999, p. 16).

De forma, agora, mais específica, apresento cada categoria temática.

Teresina e sua história (temáticas: fundação, arquitetura, locais históricos, formação política):

No total, foram 23 matérias ligadas a essa temática e desse número, 09 foram sobre locais históricos da cidade, como ruas, praças e prédios públicos. Em segundo lugar, com 08 matérias, ficou as notícias direcionadas para fundação e o trabalho do Conselheiro Saraiva. Sobre a formação política foram 6 notícias. O que se percebe no discurso do jornal com essas matérias é provocar um sentimento de referência dos teresinenses com uma cidade que se desenvolve, mas que ainda mantém sua história, seu passado, como no caso da avenida Frei Serafim. De acordo com a matéria abaixo intitulada “O velho e o novo na Frei Serafim”, a avenida se tornou um importante espaço urbano e moderno e que, ao mesmo tempo, reúne no seu entorno edificações da origem da cidade. Além de ser um local que consegue reunir diferentes pessoas sem qualquer preconceito.

ILUSTRAÇÃO 01- “AV. FREI SERAFIM”



FONTE: DIÁRIO DO POVO, 2017

Devido ao aniversário da cidade, o jornal traz matérias que buscam fazer uma ligação do passado com o presente; do cidadão de hoje com suas experiências vividas nos espaços de Teresina. O jornal, como meio de informação, buscou reforçar laços de amizade e amor dos cidadãos com Teresina no dia do seu aniversário. E o próprio jornal procura fazer essa aproximação, pois, em 2006, realizou pesquisa para que os teresinenses escolhessem os pontos mais bonitos e representativos.

Com essa tentativa de trazer o passado no presente, vale destacar o que afirma Lowenthal (2012, p. 65), que aquilo que “lemos, ouvimos e reiteramos tornam-se também parte de nossas lembranças”. O jornal *Diário do Povo* quer, ao dar vida ao passado, criar memórias nos teresinenses pelas leituras das matérias comemorativas.

As matérias desse grupo trazem imagens de uma cidade que sabe olhar para o futuro sem esquecer o passado, uma cidade que nasceu para ser grande e isso passa pela ação do seu próprio povo. O jornal, no aniversário de Teresina, procura unir a cidade com a população.

Das 23 matérias dessa categoria, a maioria não tem nenhuma fonte, nenhum personagem para contribuir no texto jornalístico. Foram 15 matérias escritas somente com base na visão sobre a cidade do próprio jornalista. A matéria “Teresina uma cidade que cresce como seu povo”, 2010, traz o relato opinativo do jornalista e, com isso, posso inferir: a identificação do profissional com a ideia de uma cidade moderna (que já nasceu moderna) pelas autoridades políticas, pouca preocupação em recontar a história de Teresina nos seus mais diversos setores.

Dessa forma, o jornal aqui estudado deixa de ser somente um agência de mediação para ser um agente de produção e articulação de sentidos e saberes. “Os media se convertem em dispositivos que intervêm na própria estruturação e no funcionamento do espaço público” (FAUSTO NETO, 2000, p. 96). Com discursos próprio sobre Teresina, o jornal *Diário do Povo* se torna “sujeito munido de uma intenção, de uma competência e investido de um projeto de fala” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 184). Dessa forma, os meios de comunicação como agentes de fala, munidos de objetivos, se tornam agentes de controle do que vai ser noticiado e, no caso da minha pesquisa, agentes de controle do que vai ser registrado do passado e guardado nas lembranças dos teresinenses.

Dessa maneira, faz sentido trazer para essa pesquisa a ideia de sociedade de controle, um aprimoramento da sociedade disciplinar proposta por Foucault, onde o poder acontecia a partir do confinamento e punição sobre os indivíduos (GOMES, 2002).

Para Deleuze (1992, p. 3) “o controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado, ao passo que a disciplina era de longa duração, infinita e descontínua. O homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado (DELEUZE, 1992, p. 3)”. Para o autor, a disciplina funcionava em locais fechados, onde o indivíduo estava encarcerado, contudo, o controle, que é uma forma de poder, não prende o indivíduo em locais, como a escola, a família, o hospital, mas sinaliza, encaminha conduz os indivíduos por um caminho. No caso da minha pesquisa, as informações das notícias comemorativas produzidas pelo *Diário do Povo* mostram uma tentativa de condução dos leitores pela representação de uma Teresina que

tinha um destino de ser capital, de ser metrópole, moderna e urbana e que por isso consegue vencer todos os desafios de ser uma cidade grande.

Na Conferência sobre o cinema e o ato de criação, em Paris, Deleuze (1999)²⁸ diz que informação é uma forma de controle e não uma comunicação.

um conjunto de palavras de ordem. Quando nos informam, nos dizem o que julgamos que devemos crer. Em outros termos, informar é fazer circular uma palavra de ordem. As declarações da polícia são chamadas, a justo título, comunicados. Elas nos comunicam informações, nos dizem aquilo que julgamos que somos capazes ou devemos ou temos a obrigação de crer. Ou nem mesmo crer, mas fazer como se acreditássemos. Não nos pedem para crer, mas para nos comportar como se crêssemos. Isso é informação, isso é comunicação; à parte essas palavras de ordem e sua transmissão, não existe comunicação. O que equivale a dizer que a informação é exatamente o sistema do controle. Isso é evidente, e nos toca de perto hoje em dia (DELEUZE, 1999, p. 10-11)

As matérias do jornal procuram nos conduzir por um fluxo de representações positivas de Teresina desde a ação do Conselheiro Saraiva, assim, o Diário do Povo tenta cristalizar a ideia de uma cidade que cresce junto com seu povo e juntos precisam assumir sua grandeza, dessa forma, todos sentirão orgulho de serem teresinenses.

O restante das matérias dessa categoria, em cinco a reportagem trouxe historiadores, como Fonseca Neto e Clodoaldo Freitas; e nas outras, o jornalista foi atrás de pessoas nas ruas para tratar do tema da reportagem.

Teresina - a cidade problemática:

Essa categoria teve 13 matérias sobre os problemas da cidade nas áreas de insegurança, desemprego, transporte público, habitação, trânsito, saúde, educação, saneamento, favelas e cultura. Alguns títulos já afirmam que Teresina enfrenta problemas centenários, mas chama a atenção um ponto: os problemas da cidade não aparecem nos 30 jornais analisados como se a cidade tivesse superado todos os obstáculos a partir de 2004 em diante.

Os jornais que apresentam os desafios são: 1988 (1 matéria), 1989 (1 matéria), 1990 (4 matérias); 1996 (1 matéria), 1999 (2 matérias), 2008 (1 matéria), 2009 (1 matéria), 2011 (1 matéria), 2013 (2 matérias). Diante disso, o papel do Diário do Povo durante as comemorações de aniversário da cidade não era o de promover o debate e a cobrança dos agentes políticos para a solução dos problemas, e sim, o de reforçar uma cidade que, apesar das dificuldades, tinha competência para vencer as adversidades. “Observa-se a mídia e suas tecnologias como os lugares por excelência condutores e provocadores da cristalização de uma sociedade marcada por relações de poder desiguais, atuando como dinamizadoras do controle social” (BRITTOS,

28 A Conferência de Deleuze foi em 1987, em Paris, e essa palestra foi transformada em texto pelo jornal Folha de São Paulo, em 1999. Tradução de José Marcelo Macedo. Disponível em <https://lapea.furg.br/images/stories/Oficina_de_video/o%20ato%20de%20criao%20-%20gilles%20deleuze.pdf>. Acessado em 05 de janeiro 2019

GASTALDO, 2006, p. 121).

Como afirmou Deleuze (1999, p. 12): controlar não é disciplinar e o jornal Diário do Povo seja nas notícias jornalísticas que seus jornalistas produzem, seja nas publicidades que ele permite por contrato, o jornal procura controlar o caminhos dos leitores para uma imaginação de cidade ideal.

um controle não é uma disciplina. Com uma estrada não se enclausuram pessoas, mas, ao fazer estradas, multiplicam-se os meios de controle. Não digo que esse seja o único objetivo das estradas, mas as pessoas podem trafegar até o infinito e “livremente”, sem a mínima clausura, e serem perfeitamente controladas. Esse é o nosso futuro (DELEUZE, 1999, p. 12)

Foi no ano de 1990 que o jornal apresentou, pela primeira vez, o caderno especial em homenagem aos 138 anos de Teresina (ANEXO E - Primeira publicação do caderno Especial - 138 anos, p. 136), mas, esse caderno foi feito somente de mensagens de empresas e agentes políticos. Tanto nas matérias jornalísticas como nas publicidades no dia do aniversário da cidade, o jornal procura conduzir os leitores por uma Teresina que, apesar dos problemas de uma cidade grande, ela consegue ser, a cada dia, um lugar cosmopolita e urbano, de uma economia forte e com oportunidades para todos os teresinenses, que possuem como característica marcante a força para o trabalho.

Isso fica claro na publicidade do Banco do Estado do Piauí (figura abaixo) - “Teresina - um amor de 63 anos”, onde o banco afirma que “há 138 anos erigia-se às margens do Parnaíba e do Poti um monumento à esperança e ao desenvolvimento. Nascia Teresina, emoldurada numa paisagem enriquecida pela história de um povo altivo e crente no futuro desta terra”.

ILUSTRAÇÃO 02- Caderno Especial dos 138 anos



FONTE: DIÁRIO DO POVO, 1990

Essa edição de 1990 quando a capital completou 138 anos não trouxe matérias jorna-

lísticas no suplemento sobre Teresina, somente mensagens publicitárias. Todas as matérias relativas aos problemas estão na editoria de Cidades. É importante destacar que esses problemas relatados nas matérias visam sempre pensar a cidade moderna e perfeita para sua população e para o País. Ao mesmo que aponta os problemas, muitas matérias apresentam, por meio das fontes entrevistadas, sugestões de melhorias para acabar com os dilemas que podem atrasar o progresso e o desenvolvimento da cidade.

A “uber” foi projetada para ser grande e moderna, por isso, precisa vencer quaisquer problemas. Os discursos de denúncia da imprensa durante o século XX, na verdade, eram discursos que reafirmavam a imagem de uma cidade que nasceu para ser destaque, abundante em riquezas, notável no comércio e moderna para todos. A mídia, no caso particular o jornal Diário do Povo, funcionou como agente divulgador dos discursos de modernização que fazem parte da história de Teresina.

Um matéria chama a atenção, pois ela diz que os problemas da capital, até o ano de 2013, eram de uma cidade provinciana e, a partir desse ano, os problemas passaram a ser vistos como sendo “naturais” de uma cidade metrópole.

De acordo com o texto da matéria, Teresina chega a 161 anos e precisa assumir seu potencial, sua grandeza com os problemas que são compatíveis com uma cidade grande. O texto da matéria abaixo diz que Teresina precisa “deixar para trás os os românticos tempos de cidade menina e assumir de vez o seu lugar na nação como uma metrópole [...] e os problemas próprios de uma cidade grande”. E o texto continua afirmando que Teresina precisa deixar para trás o “aspecto provinciano, digno de uma cidadezinha do interior do Brasil. Teresina é capital e como tal é hora de crescer e encher de orgulho os seus cidadãos”²⁹.

Dentre os problemas apontados na matéria estão: a falta de modernização de empresas que têm empreendimentos na capital (a matéria não cita nenhuma empresa) e até mesmo da Prefeitura Municipal de Teresina e do Governo do Estado. O texto ressalta a importância da capital crescer verticalmente, porque um prédio consegue abrigar mais pessoas em um só espaço do que empreendimentos residenciais, como casas.

É o jornal reforçando condutas de consumo e contribuindo para o sistema cada vez mais capitalista.

os meios de comunicação distribuem uma cultura (não raro já presente no mundo da vida, mas que é industrializada, o que pressupõe incorporada aos moldes capitalistas) que tende a reforçar os limites da sociedade de consumo, o que implica em condutas que atendem aos interesses do poder, já que marcadas por um controle social (BRITTOS, GASTALDO, 2006, p. 121).

ILUSTRAÇÃO 03- Os desafios de ser metrópole



Fonte: Diário do Povo, 2013

Na edição de 2008 (156 anos), a matéria chama a atenção para o problema do crescimento populacional e as consequências disso para a cidade: trânsito, falta de escolas e creches. A matéria não traz nenhum entrevistado, somente usou os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mas não repercutiu nem a taxa de crescimento populacional como também os reflexos causados por isso.

ILUSTRAÇÃO 04 - Crescimento populacional e seus reflexos



FONTE: DIÁRIO DO POVO, 1990

As fontes dessa categoria 2 - Teresina: cidade problemática, sete não apresentam nenhuma fonte, nenhum entrevistado. Às vezes, o repórter somente usa dados estatísticos, porém não

traz o debate junto a alguma fonte, um especialista ou autoridade política. Em outras matérias, aparece representações sindicais e de moradores de bairro e secretários municipais. O jornal procura minimizar aquilo que falta e exaltar aquilo que é bom para a cidade.

Teresina - signos da modernização (temáticas: urbana, desenvolvida, moderna, futurista, ações de infra-estrutura)

Nesse tema, as matérias falam o quanto Teresina é uma cidade moderna e os principais destaques do seu desenvolvimento são: o comércio, a educação e saúde. Foram 55 matérias distribuídas em: 29 direcionadas para ações municipais com o objetivo de continuar com uma cidade em desenvolvimento e bem estar para sua população. O restante fala de uma cidade que nasceu moderna e que continua para ser uma grande metrópole do país.

Esse discurso vai ao encontro da própria história de Teresina, já que o “progresso” foi a palavra usada para justificar a mudança de capital e, conseqüentemente, o acelerado crescimento da nova sede de governo. O sentimento é totalmente positivo e pela quantidade de matérias nessa categoria em relação aos problemas da cidade (13), é para deduzir que Teresina tem mais o que comemorar do que lamentar.

Como afirma Fontenele Filho (2008, p. 144), “nos discursos em defesa da modernização e do progresso era preciso superar as características provincianas da cidade” e isso foi feito pelos governantes como tenta mostrar o Diário do Povo pelas matérias comemorativas.

Na capa do jornal de 2013, quando Teresina tinha 161 anos, o jornal estampou a seguinte manchete: “O desafio de ser metrópole” (ANEXO H - O desafio de ser Metrópole, p. 114), e afirmou que o maior desafio para a cidade era deixar de lado o romantismo do tempo passado, para assumir sua grandeza como metrópole. “O sentimento que pauta as matérias [...] é sempre um sentimento de patriotismo exacerbado e de uma luta constante pelo reconhecimento de Teresina como uma cidade que ganha aos poucos ares de cidade grande” (SOUSA, CARVALHO, 2011, p.11).

Outros títulos que confirmam essa cidade rica, próspera e em pleno desenvolvimento comercial: 1992 (140 anos) - “Jovem de grande futuro”, ressalta a modernidade de uma cidade tão jovem; 1998 (146 anos) - “Cidade cresce e vira de pólo de desenvolvimento”, onde afirma que a cidade se transformou em pólo de prestação de serviços devido sua localização geográfica, ou seja, é mais uma afirmativa que vai ao encontro da mudança da capital de Oeiras para a antiga Vila do Poty.

Os discursos e ideários modernizadores defendiam que, para que o progresso pudesse se instaurar e que uma sociedade dinâmica se firmasse, seria necessário promover maior comunicação entre a capital e as demais cidades piauienses, bem como maior aproximação com outras cidades do país. Essa, vale ressaltar, teria sido uma das primeiras razões para a constituição de Teresina como a capital do Estado (FONTENELE FILHO, 2008, p. 73).

Nessas matérias que destacam o desenvolvimento e crescimento de Teresina, o jornal

convida os teresinenses a sentirem orgulho da cidade, já que, ela cresceu, se desenvolveu e oferece serviços básicos de qualidade. “O momento é criado, sobretudo, para retirar os olhares da “falta” e elevá-los para os “avanços” e para a certeza de que o futuro da capital será coberto de mais oportunidades e crescimento” (SOUSA; CARVALHO, 2011, p. 9).

No dia do aniversário da cidade, como já foi dito anteriormente, o jornal aproveita a data para vender mais espaços publicitários. Com essa ação, deduzo que o destaque para uma cidade que gera riquezas, que é próspera, tudo isso vai ao encontro de promover um casamento publicitário de uma marca com matérias positivas, afinal, dificilmente uma empresa vai querer estar no mesmo espaço de matérias que colocam em dúvida a prosperidade da capital.

Todos os escritos se voltam para a exaltação dos pontos positivos da cidade, das belezas, das características que moldam Teresina e que a destacam frente às outras capitais brasileiras. A capital do Piauí ganha ares de cidade perfeita, recheada de oportunidades e deixando para trás o passado de atraso e esquecimento (SOUSA, CARVALHO, 2011, p. 12)

O que fica muito claro é a aproximação das autoridades políticas municipais com o jornal para construir uma Teresina híbrida que é, ao mesmo tempo, um grande centro urbano, desenvolvida, moderna e culturalmente rica, com uma cidade que ainda guarda seus traços do passado, com a preservação de monumentos, prédios públicos e algumas tradições. Teresina, pelas matérias do Diário do Povo, se veste de beleza e riqueza e quanto aos problemas, o jornal traz, na maioria das matérias, as soluções com bases nos especialistas e autoridades ligadas a Prefeitura Municipal.

Essa “venda” por parte do jornal de uma cidade sinônimo de modernidade revela bem o papel da mídia na sociedade de controle. Como bem explica Brittos e Gastaldo (2006), os indivíduos nessa sociedade internalizam o controle e ficam prejudicados na compreensão e auto-avaliação do que acontece ao redor. A mídia, nessa sociedade de controle, é um elemento ilustre “[...] na medida em que contribuem com tecnologias de observação e ainda propõem padrões de comportamento, mecanismos indispensáveis à introjeção das idéias que conduzem a uma auto-censura” (BRITTOS, GASTALDO, 2006, p. 123).

O controle nessa categoria de análise também é muito percebido. O jornal, na atualidade, é uma máquina que exerce certo poder sobre os indivíduos (no caso aqui, sobre os leitores), no intuito de orientá-los para uma imagem de Teresina e sobre a atuação “positiva” da prefeitura.

[...] pode-se fazer corresponder, a cada sociedade, certos tipos de máquina. Se as antigas sociedades de soberania operavam alavancas, roldanas e relógios, e as sociedades disciplinares estavam ligadas a máquinas industriais, as atuais sociedades de controle são indissociáveis dos computadores e da tecnologia de informação” (CHEVITARESE, 2014, p. 140)

Quanto ao total de fontes nessa categoria, foram 58, sendo que a fonte principal foi a

Prefeitura Municipal de Teresina (assessoria de imprensa e seus órgãos municipais) (35), empacados estão matérias sem fonte e matérias com a participação de algum especialista, como engenheiro, arquiteto e outros. Por último, vem matérias com uma participação de uma cidadão (3).

INFOGRÁFICO 3 - Categorias temáticas de análise



Fonte: Sammara Jericó

De obras entregues, ações para o desenvolvimento comercial, educacional e de saúde até auto-estima dos teresinenses, tudo tem como fonte e como autora das ações à Prefeitura de Teresina. O jornal Diário do Povo se coloca como parceiro do poder municipal, que foi, nessa categoria, a fonte principal seja para falar do presente e futuro próspero, seja para minimizar qualquer problema da cidade.

Diante dessa aproximação de autoridades políticas e o poder simbólico da mídia, no caso o Diário do Povo, “podemos falar de políticas simbólicas para designar o conjunto de dispositivos e ações colocadas em prática pelas autoridades públicas para fabricar uma imagem idealizada e consensual da ordem nacional e proceder ao mesmo tempo uma auto-legitimação do poder” (MICHEL, 2010, p. 14). Essa categoria mostrou essa auto-legitimação do poder municipal e a tentativa de construir uma memória oficial sobre Teresina e o que acontece nele e com seus habitantes.

Na matéria “Alicerce para o desenvolvimento” (2011 - 159 anos), a fonte principal é o Prefeito Elmano Férrer, que diz que Teresina é uma cidade em desenvolvimento. De acordo com o texto da matéria, “determinamos estas ações porque acreditamos que a cidade cresce, é uma metrópole e como tal exige esse tipo de preocupação do gestor público, e é isso que estamos fazendo: preparando a capital para suportar, no seu próprio alicerce, a estrutura do desenvolvimento”.

ILUSTRAÇÃO 5 - 2011 - 159 ANOS



FONTE: DIÁRIO DO POVO, 2011

Uma das normas do jornalista está no distanciamento e objetividade da matéria, porém, percebo que o jornal se mantém muito próximo da política e, em particular, do grupo político que comanda a Prefeitura e, portanto, essas duas regras ficam inviabilizadas. Se não vem pela fala da própria autoridade municipal, é o jornal que confirma os discursos oficiais sobre Teresina. As matérias dessa categoria mostra o jogo de negociação entre o jornal e a prefeitura para a produção de pautas com sentimentos positivos e de grandeza.

É claro que o fato do Diário do Povo, nas matérias comemorativas, trazer uma representação de cidade moderna, próspera, desenvolvida, metrópole, tudo isso não significa, consequentemente, que a “uber” também será absorvida de forma consensual criando as memórias coletivas, únicas, aceitas como verdadeira para todos os teresinenses. O jornal tenta, por meio da socialização de suas matérias, primeiro, marcar a data de aniversário de Teresina como relevante e como dever de memória; segundo, reforçar o discurso de uma cidade planejada para ser cosmopolita; terceiro, que tudo acontece com por conta dos representantes da Prefeitura Municipal de Teresina.

Como afirma Le Goff (2003), a memória individual e coletiva está ligada a questão social, cultural, econômica e política e talvez por isso ela seja tão desejada pelos governantes. “As direções atuais da memória estão, pois, profundamente ligadas às novas técnicas de cálculo, de manipulação da informação, do uso de máquinas e instrumentos, cada vez mais complexos” (LE GOFF, 2003, p. 419) e o jornal, atualmente, acaba sendo uma ação para o resgate e a celebração de acontecimentos que interessam aos agentes políticos. Fica evidente que existe relação

entre aquilo que o jornal que guardar como memórias nos teresinenses e o poder, neste caso, o poder político. O jornal acaba sendo um recurso de estratégia política para determinado grupo, no caso, a Prefeitura de Teresina.

Com o reforço do jornal as marcas de modernidade da cidade, que nasceu grande e precisa assumir ser metrópole, percebe-se uma “construção de futuros possíveis. Assim, é no presente que a construção do passado é disputada como recursos para a construção de um futuro que responda às aspirações deste presente (ENNE, 2001, p. 6).

Segundo Lowenthal (2012), o passado coincide com as datas do calendário, assim, as matérias comemorativas do aniversário de Teresina produzidas pelo Diário do Povo servem para trazer o tempo que passou para o presente e, possivelmente, aproximar os leitores de lembranças vividas ou lembranças por tabela, onde o indivíduo se sente atraído e se identifica com aqueles fatos do passado (POLLAK, 1992). Porém, “o caráter do passado depende de como - e de quanto - é conscientemente apreendido” (LOWENTHAL, 2012, p. 75).

Memória/ identidade/ tradição/ lembranças (marcas da cidade e da população):

“O passado é o que você lembra, imagina que lembra, convence a si mesmo que lembra, ou finge lembrar” (PINTER, p.462 apud LOWENTHAL, 2012, p. 75). Assim, nessa categoria estão as matérias que trazem dados memoriais e retratos culturais da cidade e da população. Ao todo, foram 14 matérias nessa categoria. Uma matéria que traz como marca registrada da cidade e que é reconhecida por sua população é jeito acolhedor de sua gente, a generosidade e isso é, metaforicamente comparado com o calor que faz em Teresina.

ILUSTRAÇÃO 6 - 1991 - 139 ANOS



FONTE: Diário do Povo, 1991

Por conta do aniversário da cidade, a reportagem do jornal buscou resgatar momentos do passado da cidade e das próprias entrevistadas. A matéria memorial é de 1991, quando Tere-

sina tinha 139 anos, e o título foi: “Teresina cresce conseguindo superar muitos preconceitos”. O jornal conversou com duas fontes, que olharam para o passado para narrar fatos que ficaram registrados na memória delas. Um das fontes entrevista foi a Dona Cecy Fortes, a mãe do prefeito da época, Heráclito Fortes, que contou histórias vividas por ela no ano de 1930; a segunda fonte foi a Dona Ana de Sousa Pimentel, que relatou o medo que tinha da mula sem cabeça, que rondava próximo do Liceu, do Lindolfo Monteiro.

Outra matéria que o aniversário da cidade serviu de gancho para lembranças foi a de 2011, intitulada “Com que olhos você vê a cidade de Teresina”, que apontou que as pessoas olham para Teresina com saudades de um tempo que já passou. Uma das entrevistas Dona Luiza Castro, de 63 anos, que lembra dos momentos que passeava e paquerava nas praças de Teresina. “O ponto de encontro para quem queria paquerar era a praça Pedro II: à noite, os rapazes formavam grupos perto das árvores e as moças circulavam agarradas umas às outras”.

ILUSTRAÇÃO 7 - 2011 - 159 ANOS



Fonte: Diário do Povo, 2011

Outra entrevistada foi a senhora Dialcyana Magalhães, de 74 anos, que lembra do seus momentos, ainda criança, quando ia para um zoológico, na praça da Bandeira, ou fazer compras no Mercado Velho. Ela lembrou também de momentos quando já ia para festas chamada por ela de “tertúlias”, no Clube dos diários.

Nesse tempo, lembra, havia toque de recolher, às nove horas da noite. “Era o sinal para que as moças de família fossem para casa. A partir daí, as empregadas domésticas apareciam para namorar com os recrutas. Já as chamadas “mulheres da vida” se reuniam na ponte do Malak”, disse a entrevistada na matéria.

ILUSTRAÇÃO 08 - Clube dos Diários



FONTE: DIÁRIO DO POVO, 2012

A matéria sobre o Clube dos Diários, de 2012, também é uma matéria memorial, onde o aniversário da cidade fez alguns personagens da matéria lembrar de momentos vividos no passado para revivê-los por meio da recordação. A matéria traz a história do prédio e o que se tornou naquele momento, um centro cultural da cidade.

O entrevistado, Abelardo Linhares, diz que os tempos que aproveitou o Clube dos Diários deixam saudades. “Nós chegávamos à praça Pedro II por volta das 6 horas da tarde, e ficávamos namorando as moças e esperando começar as tertúlias no Clube dos Diários”, lembra o entrevistado.

Como tradição, o jornal coloca matérias sobre a missa de ação de graças no dia do aniversário e o corte do bolo e distribuição para a população. “A festa já virou tradição, sendo realizada em locais bastante simbólicos do surgimento e crescimento da cidade”³⁰. O jornal não trouxe, nas matérias analisadas, nenhuma narrativa sobre lendas de Teresina que fazem parte do imaginário da população.

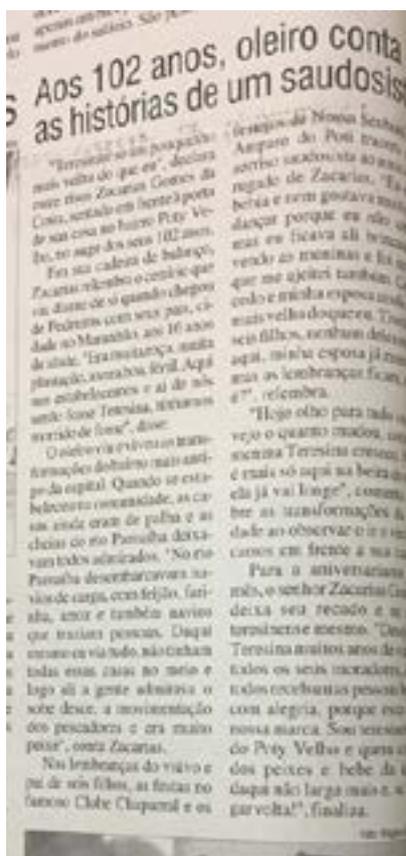
Outra matéria dentro das marcas culturais e tradicionais da cidade é a de 2013 - “Poty Velho mantém tradições de vila de pescadores”. De acordo com a narrativa do jornal, apesar de toda a modernidade que Teresina tem, o bairro Poty Velho mantém atividades centenárias, como a pesca como meio de existência, o trabalho dos oleiros, transformando barro em arte. E para finalizar, traz a Escola Firmina Sobreira como patrimônio de Teresina.

30 Texto retirado do jornal do ano de 2000 e intitulada “Teresina ganha bolo do tamanho de um edifício”

“A escola foi fundada em 1913 e é uma das instituições de ensino mais antigas da capital” segundo a reportagem. Uma inferência nessa categoria é o esforço do jornal em mostrar uma Teresina que sabe conviver com o moderno e o provinciano, que o belo está também nas representações do passado.

As fontes dessa categoria são variadas: pescadores, ambulantes, empresários, escritores, pintores e outras mais, que buscam, em função do aniversário da cidade, lembrar das experiências que tiveram em diversos espaços da cidade e ainda criar nos outros leitores uma volta ao passado para também registra esse passado vivo no presente da cidade e da população.

ILUSTRAÇÃO 09 - Memórias/ Poty Velho



FONTE: DIÁRIO DO POVO, 2013

Quanto as marcas identitárias da cidade e do seu povo estão nos adjetivos de uma cidade e de um povo acolhedor, generoso, que sabe receber bem quem chega de fora e se torna um teresinense de coração.

ILUSTRAÇÃO 10 - 2012 - 160 ANOS



FOTO: DIÁRIO DO POVO, 2012

A matéria sobre o bairro Dirceu traz a afirmativa que o “Povo do Dirceu tem identidade peculiar”. De acordo com a matéria, trata de uma população de destaque, trabalhadora, empreendedora, mas somente isso. Essa imagem é confirmada pelo presidente da Associação de Moradores do bairro, que foi a única fonte.

ILUSTRAÇÃO 11 - Identidade Dirceu



FONTE: SAMMARA JERICÓ

Em todas as categorias, o aniversário de Teresina é uma forma de enquadramento da memória da cidade e o jornal, que por meio de suas matérias, selecionou o que o público deveria lembrar e, conseqüentemente, esquecer.

A partir da data de aniversário (o tempo presente), o jornal selecionou momentos do passado para entender o presente e ainda gerar esperanças e expectativas para o futuro. Ao dar publicidade as memórias de vários indivíduos com a cidade, o jornal ajuda na produção de uma memória social ou coletiva, na perspectiva de Halbwachs, pois a memória é esse elemento que explica a vida em coletividade justamente por conta desses quadros sociais. Se para ele a imposição moral e as representações da coletividade defendidas por Durkheim não explicavam a força do coletivo sobre o indivíduo, então, a memória poderia ser essa explicação da força social e da continuidade da sociedade.

Como explica Weber e Pereira (2010) o enquadramento de uma memória acontece pelo trabalho organizado seja de um indivíduo ou um grupo, nesse caso, o jornal, como empresa, fez um enquadramento do aniversário da cidade por meio dos temas e fontes escolhidos como forma de restaurar ou enfatizar o sentimento de pertencimento dos teresinenses com os espaços da cidade e também com as ações da prefeitura municipal. “A referência ao passado é muito importante para a coesão interna dos grupos e para defender as fronteiras daquilo que os integrantes tem em comum” (WEBER, PEREIRA, 2010, p. 114). Dentro desse enquadramento por parte do jornal vale destacar que algumas matérias buscaram realçar o relacionamento de alguns indivíduos com os espaços da cidade, como a avenida Frei Serafim, praças, o bairro Poty Velho e o Dirceu, tudo para dar sentido as comemorações voltadas para Teresina todo dia 16 de agosto de cada ano. Assim, esse reforço memorial da mídia tanto enquadra as festividades como cria possibilidades de futuros. “Estas possibilidades de apropriação do passado pela via do presente apontam para uma questão ainda maior: a construção de futuros possíveis” (ENNE, 2001, p. 6).

O jornal é somente uma olhar sobre a cidade, mas, de qualquer forma, ela pode influenciar tanto a imagem que o público tem da cidade, como a construção do futuro. A terceira categoria, que trata de uma cidade e os signos de modernidade, trouxe o maior números de matérias e nelas a fonte principal foi a poder municipal, nesse sentido, parece certo deduzir o esforço do jornal em criar um futuro de acordo com as ambições do presente e do grupo do qual acaba se aliando. “Além do trabalho de enquadramento da memória, há também o trabalho da própria memória em si. Ou seja: cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, de organização” (POLLAK, 1992, p. 206). E existe unidade e continuidade nas matérias que o jornal Diário do Povo coloca quanto a uma Teresina digna do título de moderna pelas mãos e ações da Prefeitura de Teresina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parto do ponto que memória é o que aprendemos por um processo de seleção, pois não é possível lembrar tudo; é aquilo que conservamos do passado para, em um dado momento, no presente, ser evocado por algum motivo individual e coletivo. Acolho os pensamentos de Izquierdo (2011) e Candau (2005), para reafirmar que conservamos aquilo que aprendemos das nossas experiências e são essas memórias aprendidas que irão nos guiar nas nossas interações, nas formações de nossos grupos, e, de forma decisiva, no curso da vida.

Tais experiências acontecem em função de um contato entre “eu” e o “outro”; entre “eu” e a cidade, entre “eu” e o que e quem me cerca. O aprendizado e a memória acontecem dos relacionamentos sociais que tecemos e, devido a essas interações, a esses convívios sociais, as memórias estão sempre em mutação, acumulação e transformação.

O diálogo constante entre “eu” e o “outro” produz inúmeras memórias, que se organizam ao meu gosto, à gosto do indivíduo, pois sou eu e somos nós que guardamos, aprendemos e evocamos. E nessa mistura de memórias, acontece o debate dos autores apresentados aqui quanto memória individual x memória coletiva. Halbwachs (2003) defende que toda memória é coletiva, porque sempre estamos acompanhados pelo(s) “outro”(s). E, realmente, não vivemos sozinhos. Fazemos parte de vários grupos e esses contatos orientam a minha produção memorial. Mas também concordo com Candau (2003), que aponta para existências de memórias individuais. O ponto de interseção entre eles está nos quadros sociais da memória.

Acredito na existência, importância e na influência dos quadros sociais para a produção memorial mais aponto na defesa da existência tanto de uma memória individual como coletiva, porque as memórias são produzidas a partir das interações, do contato com o outro no tempo e em determinado espaço. Portanto, são esses múltiplos grupos de “outros” que estimulam, despertam, atizam a produção de memórias tanto individuais como coletivas. O contexto, o espaço, as emoções são variáveis que fazem parte da produção memorial e esses fatores têm um peso individualmente, por isso a defesa de memórias individuais como coletivas.

Como a produção memorial corresponde a um jogo de seleção, é um processo dinâmico, então, uma memória coletiva, consensual é muito difícil. O que lembrar, o motivo para lembrar e, ao mesmo tempo, para esquecer, os sentidos que usamos para aprender e memorizar, a capacidade mental para conservar, tudo isso faz parte do indivíduo. As memórias podem ser compartilhadas, mas cada indivíduo possui seus critérios para definir o que aprender e o que esquecer.

Há na relação indivíduo e grupos; indivíduo e sociedade um jogo de disputas, que faz com que as memórias não tenham uma unicidade. O fato de pertencer a um determinado grupo não significa, naturalmente ou obrigatoriamente, que todos irão recordar-se da mesma forma e nem mesmo irão se interessar pelos mesmos fatos para lembrarem. A data de aniversário de Teresina está registrada no calendário coletivo de todos, mas este fato não significa que a data

vai ser lembrada da mesma por todos os teresinenses. Temos motivos próprios e singulares para lembrar e esquecer e isso vale para o aniversário de Teresina.

Quando procuramos o outro para lembrar ou confirmar algo de nossas lembranças isso significa mais que somos seres sociais por natureza do que a possibilidade de uma memória coletiva. Compartilhamos nossas memórias porque somos sociais, porque está no nosso DNA, na nossa natureza de “homo sapiens”. Transmitir algo é uma coisa e conseguir gravar, registrar essa memória no outro já é bem diferente e que pode nem mesmo acontecer, porque cada pessoa é única assim como cada experiência vivida pelo indivíduo.

Concordo com Candau (2005) quando diz que a ideia de uma memória coletiva implica em três perigos e a que diz respeito a minha constatação é: acreditar que o fato de falar ou escrever uma memória se transforma em uma memória coletiva.

Quando compartilhamos uma lembrança isso, necessariamente, não significa que relatamos da mesma forma como o fato que gerou essa recordação aconteceu e nem mesmo vamos conseguir reproduzir sempre a mesma lembrança da mesma forma para todos. Na hora da partilha, escolhemos as partes mais significativas para dar sentido e provocar no outro alguma marca, contudo, quem nos escuta tem suas próprias marcas e pode, possivelmente, não registrar nada do que ouviu ou leu.

O aniversário da cidade de Teresina, comemorado todo dia 16 de agosto de cada ano, está registrado em atos oficiais, faz parte das comemorações das autoridades políticas e públicas, a mídia usa essa data para fins comerciais, ou seja, é uma data que está marcada no calendário, mas somente por isso pode-se afirmar que essa data comemorativa cause as mesmas emoções e tenha a mesma representatividade em todos os teresinenses?

Automaticamente, no dia 16 de agosto, os teresinenses irão lembrar de suas origens, de como tudo começou e como chegarão até aqui? Será que esse ato memorial de aniversário da cidade anunciado pela mídia provoca os mesmos parâmetros e valores? Não. Essa é a resposta para todas as perguntas.

Cada um pode criar suas representações e não abraçar a representação proposta pela mídias em suas matérias comemorativas. Ou seja, não é porque li ou assisti as comemorações de aniversário da cidade que vou criar as mesmas recordações e representações de tal evento. Cada grupo pode compartilhar as memórias que possuem, mas, cada membro fará seu caminho quanto a guardar (ou não) e evocar (ou não) essas lembranças e isso significa que haverá tantos caminhos diferentes quanto o número de indivíduos. Existem centenas de leitores das matérias do jornal, porém cada leitor olha, lê e interpreta de forma diferente, assim como, lembra e esquece com base em suas próprias experiências.

Com essas explicações, vou pelo caminho de enxergar memórias individuais e coletivas, porque um tipo de memória não exclui a possibilidade da outra. Já que todas as memórias se formam a partir dos quadros sociais, das interrelações, conexões sociais, logo, tanto Candau (2005) como Halbwachs (2003) estão na mesma direção, porém por caminho diferentes.

Não se faz uma sociedade sem seus indivíduos e seus grupos. É nesse sentido que eu

aponto para a possibilidade das memórias individual e coletivas co-existirem. Esta última é entendida como sendo a possibilidade de transmissão para um grande número de pessoas e também dentro da ideia de ser uma “representação factual” de Candau (2005).

Um outro ponto do meu trabalho é a mídia como lugar de memória. Deixando de lado o fato de ser lugar comum dizer que a mídia é um lugar de memória, porém, levo em consideração que se existe lugar de memória é porque a memória não está mais em mim. Assim, estou mais propensa a esquecer a medida que o tempo passa, pois dependo, quase exclusivamente, dos outros e da mídia para me fazer recordar. O que lembrar depende da mídia no seu jogo de interesse. Porém, com a massificação das notícias, com a repetição excessiva de temas e fontes, acredito que perdemos ou, no mínimo, diminuimos a nossa capacidade de dar sentido, pensar, de organizar, porque estamos vendo, pela mídia, uma “erosão”, um desgaste de memórias, como fala Candau (2016). Não se trata de uma democratização da memória social e coletiva, mas de uma imposição da mídia, como lugar de memória, em determinar o que devemos lembrar sobre Teresina.

Todo ano, são velhas e novos olhares sobre Teresina e quanto mais informações, histórias, narrativas memoriais à disposição ou sendo lançadas feito bombas a todo instante sobre os indivíduos/grupos/sociedade mais isso provoca dispersão, cansaço e falta de capacidade de separar o que é significativo ou não para realmente guardar na memória.

Por outro lado, não posso negar que a guarda da memória pela mídia, pelo jornal, traz como sinal positivo o fato dessas memórias poderem ser consultadas e ainda se revestem de testemunha até mesmo para a própria História. Como agência mediadora, o jornal também é lugar de mediação do sentimento de identidade coletiva.

Pela mídia, pelo jornal e por outros espaços revestidos de lugares de memória, como o patrimônio arquitetônico, as paisagens, as datas comemorativas, os personagens públicos que agiram de alguma forma para serem reconhecidos como importantes pela sociedade, as tradições, folclore, enfim, tudo isso contribui para as memórias individuais e coletivas se misturem e se fortaleçam continuamente. As matérias comemorativas do aniversário de Teresina podem ser compreendidas dentro dessa perspectiva: resgate e divulgação de fatos e locais memoriais para criar, reforçar ou ampliar as memórias coletivas quanto a cidade, aos seus personagens, aos seus espaços, a sua imagem. A cada leitura, o indivíduo pode lembrar de fatos ou pessoas do seu passado e junto a essas lembranças misturar com o sentimento de pertencimento a um grupo e a cidade.

Sabendo que meu problema foi identificar que tipo de memória o jornal Diário do Povo construiu ao longo dos seus 30 anos de atuação, então, essa questão ficou mais clara, porque as análises mostraram que o referido jornal criou, ao longo de sua trajetória, uma relação muito próxima com a Prefeitura Municipal de Teresina, porque ela foi a fonte principal de todas as matérias anisadas (105 no total), as matérias que exaltavam Teresina como cidade moderna e em pleno desenvolvimento também foram as que mais apareceram na análise, o que me faz afirmar que a memória construída pelo jornal é uma memória oficial, marcada por aquilo que os

agentes políticos desejam que os teresinenses lembrem e, conseqüentemente, esqueçam. É uma memória alinhada com os desejos do grupo político que está no poder.

O jornal seguiu a representação de uma Teresina que, ainda com o Conselheiro Saraiva, nasceu para ser grande, próspera, desenvolvida em todas as esferas. Por isso, nas matérias comemorativas de aniversário, o jornal faz questão de mostrar uma cidade referência, em saúde, comércio e educação. Os problemas são minimizados e as belezas, as riquezas e até o calor são aclamadas.

O povo da capital aparece nas matérias como acolhedor, honesto, empreendedor e com capacidade de vencer todos os desafios de uma cidade moderna. Para o jornal, há uma combinação perfeita entre as características naturais da cidade com a identidade do teresinense - serem grandes, serem referências para outras cidades e outras populações.

O discursos do jornal vai ao encontro dos discursos oficiais desde a transferência da capital de Oeiras para Teresina. Nada mudou... nem mesmo os problemas. A diferença mesmo é que esses problemas dizem respeito a uma metrópole e não mais a uma cidade provinciana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Alcília; MARQUES, Rômulo. **Teresina em Aquarelas**. Teresina: Cidade Verde/EDUFPI, 2014

ALMEIDA, Issac Lira. **O jornalismo e a verdade: relações da prática jornalística com a idéia filosófica de verdade**, 07 a 09 de junho de 2007. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2007/resumos/R0307-1.pdf>>. Acessado em 24 de outubro de 2018

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de, **Cotidiano e imaginário: um olhar historiográfico**. Teresina: edufpi/instituto Dom Barreto, 1997

ALVES, Claryana. Vamos manter a luta pela independência do **Diário do Povo**, Fábio Sérvio. Diário do Povo, Teresina, 11 de outubro de 2017, Especial, p. 5

BARBOSA, Marialva Carlos. Meios de Comunicação e história: um universo de possíveis. In: In: Ribeiro, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves, **Mídia e Memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007

Jornalistas, “senhores da memória”. **IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom**. Porto Alegre, 30 de agosto a 3 de setembro, 2004

Meios de Comunicação: lugar de memória ou na história. **Revista Contracampo**, Niterói, v.35, n.1, pp. 07-26, abr./jul., 2016

História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000, Rio de Janeiro: Mauad X, 2007

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011

BELTRÃO, Luiz. QUIRINO, Newton de Oliveira. **Subsídios para uma Teoria da Comunicação de Massa**. São Paulo: Summus, 1986

BENETTI, Marcia; FREITAS, Camila. A fenomenologia da memória e o “homem capaz” do Jornalismo. **Revista Conexão - Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul - v.14, n.28, jul/dez. 2015, p.167-185

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória: ensaios sobre a relação do corpo com o espírito**. Tradução Paulo Neves., 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999

BRITTOS, VALÉRIO C.; GASTALDO, Édison. Mídia, poder e controle social. *Revista Alceu*, v. 7 - n.13, p.121-133; jul./dez. 2006. Disponível em <<http://revistaalceu.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from%5Finfo%5Findex=9&infolid=228&sid=25>>. Acessado em 05 de janeiro 2019

BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade**. lembranças de velhos. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994

CANCLINI, Néstor García. Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação. **Revista Opinião Pública**, v.VIII, n.01, pp.40-53, Campinas, 2002

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. 1ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016

Antropologia da Memória. Lisboa: Instituto Piaget, 2005

CARVALHO, Carlos Alberto de. A trílice mimese de Paul Ricouer como fundamento para o processo de mediação jornalística. **XIX Encontro da Compós**, na PUCRio, Rio de Janeiro, RJ, em junho de 2010. Disponível em < http://compos.com.puc-rio.br/media/gt9_carlos_%20alberto_carvalho.pdf>. Acessado em 22 abr. 2018

CASADEI, Eliza Bacheга. **Saiu da história para entrar nas revistas**: enquadramentos da memória coletiva sobre Getúlio Vargas em Veja, Realidade e Time. Rio de Janeiro: E-papers, 2009

CAVENACCI, Massimo. **A Cidade Polifônica**: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. São Paulo: Studio Nobel, 1993

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. 9ª ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves, Petrópolis-RJ: Vozes, 1994

CHAGAS, Mário. Memória e Poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, [S.l.], v. 19, n. 19, June 2009. ISSN 1646-3714. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/367>>. Acesso em: 26 dec. 2018.

CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. **Teresina**: subsídios para a História do Piauí. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004

CHAUÍ, Marilene de Sousa. Prefácio. In: **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987

CHEVITARESE, Leandro. DA SOCIEDADE DISCIPLINAR À SOCIEDADE DE CONTROLE: a questão da liberdade por uma alegoria de Franz Kafka, em O processo, e de Phillip Dick, em Minority Report. Estudos de Sociologia - ISSN: 2317-5427, [S.l.], v. 1, n. 8, p. 129-162, abr. 2014. ISSN 2317-5427. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235443>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

CORDEIRO, Veridiana Domingos. **Por uma Sociologia da Memória**: análise e interpretação da Teoria da Memória Coletiva de Maurice Halbwachs. 2015. 167 f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015

COSTA, Marcondes Brito da. **O cara tem que ser. Se num for, já era!:** construção de identidades juvenis em situação de tráfico de drogas. 2011. 171 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Piauí, 2011

DAVIDOFF, Linda L. **Introdução à Psicologia.** 3ª ed. Tradução Lenke Peres. São Paulo: Pearson Makron Books, 2011

DEFLEUR, Melvin L.; BALL-Rokeach. **Teorias da Comunicação de massa.** 5 ed. Tradução de Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1993

DELEUZE, Gilles. Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle. **Conversações: 1972-1990.** Rio de Janeiro: Ed.34, 1992. Disponível em <<http://www.somaterapia.com.br/wp/wp-content/uploads/2013/05/Deleuze-Post-scriptum-sobre-sociedades-de-controle.pdf>>. Acessado em 04 de janeiro 2019

O Ato de Criação. Tradução: MACEDO, José Marcos. Edição Brasileira: Folha de São Paulo, 1999. Disponível em <https://lapea.furg.br/images/stories/Oficina_de_video/o%20ato%20de%20criao%20-%20gilles%20deleuze.pdf>. Acessado em 05 de janeiro 2019

DOSSE, François. O espaço habitado segundo Michel de Certeau. In: **Revista ArtCultura.** Revista de História, Cultura e Arte. Edição Especial Ano XV. Uberlândia - v.15, n.27, jul. - dez.2013, ISSN 1516-8603, p.1-248. Disponível em <<http://www.artcultura.inhis.ufu.br/anterior27.php>>. Acessado em 28 maio 2018

DINES, Alberto. **O papel do jornal:** uma releitura. 4 ed. amp. e atual. São Paulo: Summus, 1986

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (org). **Métodos e técnicas de Pesquisa em Comunicação.** 2ª ed. - São Paulo: Atlas, 2006

DUARTE, Maurício. **Cidadania obstruída: jornais cariocas e a construção discursiva da violência pelos jornais do Rio.** In: Discursos - estudos da linguagem como prática social. Rio de Janeiro: Núcleo de Pesquisa em Estratégias de Comunicação - ECO/UFRJ, 2005, p. 59-99

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa:** o sistema totêmico na Austrália. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996

DUVIGNAUD, Jean. Prefácio. In: HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003

EDITORIAL. **“Diário do Povo do Piauí: Trinta anos de uma história de coragem”.** Diário do Povo do Piauí, Teresina, 11 de outubro de 2017, Opinião. p.2

ENNE, Ana Lucia. Identidades como dramas sociais: descortinando cenários da relação entre mídia, memória e representações acerca da Baixada Fluminense. In: Ribeiro, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves, **Mídia e Memória:** a produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007

Memória e Identidade Social. Intercom - XXIV - Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação; campo Grande, 2001

ENNE, Ana Lúcia; TAVARES, Cristiane. Memória, identidade e discurso midiático: uma revisão bibliográfica. In: **Revista Eletrônica Novo Enfoque.** Rio de Janeiro, edição 1, 2004. Disponível em <<http://www.castelobranco.br/sistema/novoenfoque/edicao/artigos/1/>>. Acessado em: 27 mar. 2018

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de Codificação em Jornalismo.** Redação, captação e edição no jornal diário. 5 ed. São Paulo: Editora Ática, 2008

FAUSTO NETO, Antônio. **Comunicação e mídia impressa: estudos sobre a AIDS.** São Paulo: Hacker Editores, 1999

AIDS e recepção: a contaminação da AIDS. In: Revista FAMECOS. Porto Alegre: 2000, n. 13. P. 94-102

FERREIRA, Jerusa Pires. Prefácio. In: **A memória na mídia: a evolução dos memes de afeto.** São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001

FORTES, Leandro. **Os segredos das redações.** O que os jornalistas só descobrem no dia-a-dia. São Paulo: Contexto, 2008

FONSECA, Cláudia. Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação.** XXI reunião Anual da ANPED. Jan/Fev/Mar/Abr/. n10, 1999.

FONTENELE FILHO, Pedro Pio. **Desafiando o olhar de Medusa: a modernização e os discursos modernizadores em Teresina, nas duas primeiras décadas do século XX.** 2008. 171 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008

FREITAS, CLODOALDO. **História de Teresina.** Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988

GALVÃO, Demetrio Gomes. **A fabricação de Teresina: subjetividades e imagens fotográficas na experiência teresinense do Salão Municipal de Fotografias (1995-2005).** 2008. 129 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade.** São Paulo, Jorge Zahar, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. A Guardiã da memória. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v.9, n.1/2, p.17-30, jan./dez.1996

GOMES, Marcelo Bolshaw. Do controle social à sociedade de controle. INTERCOM - XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Salvador/BA - 1 a 5 Set 2002. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2002/Congresso2002_Anais/2002_NP-8GOMES.pdf>. Acessado em 04 de Janeiro 2019

GONÇALVES, Elias Machado. **La Estructura de la noticia en las redes digitales.** (Un estudio de las consecuencias de las metamorfosis tecnológicas en el periodismo). 521 f. Tese (Doctora-

do en Periodismo Y Ciencias de la Comunicación) - Universidad Autónoma de Barcelona, 2000

GUAZINA, Liziane. O conceito de mídia na Comunicação e na Ciência Política: desafios interdisciplinares. **Revista Debates - revista de Ciências Sociais - Mídia e Política**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, número 1; Volume 1; Jul-Dez/2007, p. 49-64. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/debates/issue/view/198>> Acessado em: 06 dez 2018

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Edições Vértice, 1990

A Memória Coletiva. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. . 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006

HOHLFELDT, Antonio. Correio Braziliense e Gazeta do Rio de Janeiro: comparações e influências. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 12-26, maio 2009. ISSN 1984-6924. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2008v5n2p12>>. Acesso em: 05 maio 2018. doi:<https://doi.org/10.5007/1984-6924.2008v5n2p12>.

HUYSEM, Andreas. **Políticas de Memória no nosso tempo**. Tradução de Sana Fabíola Maurício. Lisboa: Universidade Católica Editora, Unipessoal Ltda, 2014

IZQUIERDO, Iván. **Memória**. 2ª ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Artmed, 2011

JUNIOR, Alfredo; VIZEU Pereira. Jornalismo e Representações sociais: alguns considerações. **Revista FAMECOS**, n. 30, Porto Alegre, 2006

LATOUR, Bruno. Redes que a Razão Desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: PARENTE, A. (Org.). **Tramas da Rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e política da comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 39-63

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leite. [et al.] - 5 ed. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 2003

LERNER, Kátia. Memória como narrativa: histórias de vida de imigrantes judeus. In: NETO, Antônio Fausto; PINTO, Milton José. (org). **O Indivíduo e as mídias**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996

LIMA, George José Santos; QUEIROZ, Marta Maria Azevedo. A produção de sentidos sobre homossexualidade no jornal Diário do Povo. **Revista Sociais e Humanas**, [S.l.], v. 30, n. 2, out. 2017. ISSN 2317-1758. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/24897>>. Acesso em: 24 out. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.5902/2317175824897>.

LOPES, Fernanda Lima. Identidade jornalística e memória. In: Ribeiro, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves, **Mídia e Memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007

LOWENTHAL, David; LOWENTHAL, David; Tradução: HADDAD, Lúcia; Revisão técnica: MALUF, Mariana. **COMO CONHECEMOS O PASSADO. Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S.l.], v. 17, set. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11110/8154>>. Acesso em: 04 jan. 2019.

MAGNANI, José Guilherme C.; TORRES, Lilian e Lucca (org). **Na MetrÓpole: textos de Antropologia Urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2000

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (org). **História da Imprensa no Brasil**. 2. ed. 2 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013

MARTINS, Clerton **Antropologia das Coisas do Povo**. São Paulo: Roca, 2004

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Tradução de Décio Pignatari. São Paulo: Editora Cultrix, 1964

MELO, Alcília Afonso de Albuquerque. **Arquitetura em Teresina: 150 anos; da origem à contemporaneidade**. Teresina: Halley, S/A Gráfica e Editora, 2002

MENDES, Gláucia da Silva. A construção da notícia sob a ótica etnográfica: contribuições da antropologia para os estudos de jornalismo. **Revista Comunicação & Sociedade**. v.34, n. 2, São Bernardo do Campo, 2013

MICHEL, Johann. Podemos falar de uma política do esquecimento?. **Revista Memória em Rede**. v.2, n.3, ago.nov.2010, ISSN-2177-4129, p.14-25, Pelotas, 2010

MONTAÑO, Eugenia Allier. Los Lieux de mémoire: una propuesta historiográfica para el análisis de la memoria. **Revista Historia y Grafía**. núm. 31, 2008, pp.165-192.

MORAIS, Eliane Rodrigues. **A comemoração do centenário de Teresina**. Um exemplo de práticas e representações. 2010. 158 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008

NAMER, Gérard. Prólogo. In: HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memoria**. Tradução Manuel Antonio Baeza e Michel Mujica. - Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial; Concepción: Universidad de la Concepción; Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2004

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina**. 1999. 299 f. Tese Doutorado (História) - Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 1999

A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves 2002

NETO, Antônio Fausto; PINTO, Milton José. **O indivíduo e as mídias**. Rio de Janeiro: Diadorim Editora Ltda., 1996

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun

Khoury. **Projeto História, Revista do programa de Estudos Pós-Graduados de História**. v.10, jul./Dez, 1993. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/issue/view/851/showToc>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

NÓRA, Gabriela. Sobre a consolidação do modelo de editorias nos jornais impressos. **6º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho**, 2008. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/Sobre%20a%20consolidacao%20do%20modelo%20de%20editorias%20nos%20jornais%20impressos.pdf>>. Acessado em 03/01/2019

NUNES, Mônica Rebecca Ferrari **A memória na mídia: a evolução dos memes de afeto**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do antropólogo**. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2000

PARRY, Roger. **A ascensão da mídia: a história dos meios de comunicação de Gilgamesh ao Google**. Tradutor Cristiana Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012

PEIRANO, Mariza G. S. **A favor da Etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. **Arquivos da Memória**. Antropologia, Escala e Memória. n.2 2007

PEREIRA, Carmen. Contribuições da Memória Social para o Estudo do Jornalismo. In: **10º Encontro Nacional de História da Mídia**, Porto Alegre, 2015. Disponível em <file:///Users/mec/Downloads/GTHMID_PEREIRA-%20Carmen.pdf>. Acessado em: 22 de abr. de 2018

PINHEIRO FILHO, Celso. **História da Imprensa no Piauí**. 3ª ed. Teresina: Zodíaco Editora, 1997

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5; n.10, p. 200-215, jul. 1992 ISSN 2178-1494. disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em: 02 Abr. 2018

Memória, Esquecimento, Silêncio. In **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>>. Acesso em: 08 Jun. 2018.

RÊGO, Ana Regina. Imprensa piauiense-entre a literatura e a política. In: **VI Congresso Nacional de História da Mídia**. Niterói-RJ. 2008

Imprensa Piauiense: atuação política no século XIX. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001

REIS, Marcela Miranda Felix; MOURA, Adriana Carvalho; ALMEIDA, Gustavo de Oliveira; SANTOS, Romana Wrsula de Oliveira dos; Influências externas na produção de conteúdo dos jornais impressos de Teresina: perfil histórico. In: 9ª Encontro Nacional de História da Mídia, 2013, Ouro Preto. **Anais**: Universidade Federal de Ouro Preto, 2013. Artigo, p. 1-15. ISSN:

2175-6945. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-impressa/influencias-externas-na-producao-de-conteudo-dos-jornais-impresos-de-teresina-perfil-historico>>. Acessado em 25 de outubro de 2018

RIBEIRO, Lavina Madeira. **Imprensa e espaço público: a institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964)**. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004

RIOS, Fábio Daniel. Memória Coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo. In: **Revista Intratextos**, 2013, vol 5, n. 01, p.1-22. DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/intratextos.2013.7102>

ROSSIGNOLLI, Carla; ASSÊNCIO, Cláudia; CORDENONSI, Ana Maria. Interesse Público e Critérios de Noticiabilidade - um estudo sobre o programa Tv Folha. In: **XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste - Bauru-SP, 2013**

RUANO, Juliana Echeverry. Hacia un encuentro entre antropología y comunicación en el análisis de producciones mediáticas. **Revista Nexus Comunicación**. Edición 18 (julio - diciembre 2015), p.34-45

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória Coletiva & teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos.; CHAGAS, Mário de Souza. In: ABREU, Regina; . (org) **Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas**. Rio de Janeiro: Garamond, Minc/IPHAN/DEMU, 2007

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. **Cadernos de Sociomuseologia**, [S.l.], v. 19, n. 19, June 2009. ISSN 1646-3714. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/370>>. Acesso em: 26 dec. 2018.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v.2, n.1, p.95-107, jan. 2005. ISSN 1984-6924. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2091>>. Acesso em: 20 abr. 2018. doi:<https://doi.org/10.5007/%x>.

SILVA, Júlio Romão da. **Memória histórica sobre a transferência da capital do Piauí**. 3 ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994

SIMMEL, Georg. A metrópole a a vida mental. Tradução Sérgio Marques dos Reis. In: VELLOHO, Otávio Guilherme (org). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro, 1967

SOUSA, Leila Lima; CARVALHO, Sônia Maria dos Santos. A construção jornalística de identidades para Teresina: análise dos jornais Meio Norte, O Dia, e Diário do Povo no aniversário da capital do Piauí. In: XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2013, Ouro Preto. **Anais 9º Encontro Nacional de História da Mídia**, Universidade Federal de Ouro Preto, Minas Gerais, 2013, p. 1-15

SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. **Teresina**. Teresina-PI: Pulsar, 2004

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4 ed. (atualizada). Rio de Janeiro: Mauad, 1999

TAVARES, Zózimo. **100 fatos do Piauí no século 20**. Teresina: Halley, 2000

TERESINA. Lei Ordinária n. 1942, 16 de agosto de 1988. **Dispõe sobre o tombamento e preservação do patrimônio cultural, histórico, artístico e paisagístico, localizado no território do município de Teresina**. Teresina, 1988. Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/a/pi/t/teresina/lei-ordinaria/1988/195/1942/lei-ordinaria-n-1942-1988-dispoe-sobre-o-tombamento-e-preservacao-do-patrimonio-cultural-historico-artistico-e-paisagistico-localizado-no-territorio-do-municipio-de-teresina?q=lei+de+tombamento>>. Acessado em 27 de maio de 2018

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**, porque as notícias são como são. 2ª ed. Florianópolis: Insular, 2005

TRAVANCAS, Isabel; NOGUEIRA, Silvia Garcia. (org) **Antropologia da Comunicação de Massa**. Campina Grande: EDUEPB, 2016

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. 3ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

INDIVIDUALISMO E CULTURA: notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea. 6ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999

VIANA, Mariana. “Eulálio Damásio: Foram 28 anos fazendo um trabalho sério”. **Diário do Povo do Piauí**, Teresina, 11 de outubro de 2017, Caderno Especial, p.4

VIZEU, Alfredo. Decidindo o que é notícia. Os bastidores do telejornalismo. EDIPUCRS, 2000. Disponível em <<http://bocc.ubi.pt/pag/vizeu-alfredo-decidindo-noticia-tese.pdf>>. Acessado em 03/01/2019

WEBER, Regina; PEREIRA, Elenita Malta. Halbwachs e a memória: contribuições à história cultural. **Revista Territórios e Fronteiras**. v.3 n.1 – Jan/Jun 2010 Programa de Pós- Graduação – Mestrado em História do ICHS/UFMT

WOLTON, Dominique. **Pensar a Comunicação**. Tradução de Zélia Leal Adghirni. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004

É preciso salvar a comunicação. Tradução Vanise Pereira Dresch. São Paulo: Paulus, 2006

YATES, Frances Amélia. **A arte da memória**. Tradução de Flávia Bancher. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 200

APÊNDICE 1

A	B	C	D
ANO DO JORNAL	ANO DA CIDADE	EDIÇÃO ESPECIAL	CONTEÚDO (e outras informações)
1987	135 ANOS		
2008	156 ANOS		
2009	157 ANOS		
2010	157 ANOS	SIM	PUBLICIDADE + CONTEÚDO JORNALÍSTICO
2011	158 ANOS	SIM	PUBLICIDADE + CONTEÚDO JORNALÍSTICO
2012	159 ANOS	SIM	PUBLICIDADE + CONTEÚDO JORNALÍSTICO
2013	160 ANOS	SIM	PUBLICIDADE + CONTEÚDO JORNALÍSTICO
2014	161 ANOS	SIM	PUBLICIDADE + CONTEÚDO JORNALÍSTICO
2015	162 ANOS	SIM	PUBLICIDADE + CONTEÚDO JORNALÍSTICO
2016	163 ANOS		
2017	164 ANOS	SIM	PUBLICIDADE + CONTEÚDO JORNALÍSTICO
1988	136 ANOS		
1989	137 ANOS		
1990	138 ANOS	SIM	Primeira Edição Especial sobre Teresina - PUBLICIDADE
1991	139 ANOS		
1992	140 ANOS	SIM	PUBLICIDADE
1993	141 ANOS	SIM	PUBLICIDADE
1994	142 ANOS		
1995	143 ANOS		
1996	144 ANOS		
1997	145 ANOS		
1998	146 ANOS	SIM	Pela primeira vez, o jornal combina publicidade/propaganda com matérias jornalísticas
1999	147 ANOS		
2000	148 ANOS		
2001	149 ANOS		
2002	150 ANOS	SIM	PUBLICIDADE + CONTEÚDO JORNALÍSTICO
2003	151 ANOS		
2004	152 ANOS		
2005	153 ANOS		
2006	154 ANOS		
2007	155 ANOS		
2008	156 ANOS		
2009	157 ANOS		
2010	157 ANOS	SIM	PUBLICIDADE + CONTEÚDO JORNALÍSTICO
2011	158 ANOS	SIM	PUBLICIDADE + CONTEÚDO JORNALÍSTICO

2008	156 ANOS		
2009	157 ANOS		
2010	157 ANOS	SIM	PUBLICIDADE + CONTEÚDO JOR- NALÍSTICO
2011	158 ANOS	SIM	PUBLICIDADE + CONTEÚDO JOR- NALÍSTICO
2012	159 ANOS	SIM	PUBLICIDADE + CONTEÚDO JOR- NALÍSTICO
2013	160 ANOS	SIM	PUBLICIDADE + CONTEÚDO JOR- NALÍSTICO
2014	161 ANOS	SIM	PUBLICIDADE + CONTEÚDO JOR- NALÍSTICO
2015	162 ANOS	SIM	PUBLICIDADE + CONTEÚDO JOR- NALÍSTICO
2016	163 ANOS		
2017	164 ANOS	SIM	PUBLICIDADE + CONTEÚDO JOR- NALÍSTICO

APÊNDICE 2 - Evolução da Mídia



APÊNDICE 3 - Arquivo do jornal Diário do Povo



Fonte: Sammara Jericó

ANEXO A - Entrevista de Eulálio Damázio - 30 anos do Diário do Povo



ANEXO B - Editorial do dia 11/10/2017



ANEXO C - Entrevista do novo Diretor do jornal (11/10/17)



ANEXO D - Primeira publicação do caderno Especial - 138 anos



ANEXO E - Jornal sem caderno de Teresina, mas com matérias chamadas de “Especiais”



ANEXO F - Jornal 2006 - 154 anos - “Teresina já tem escala de metrópole”



ANEXO G, 2010 - Teresina abraça o progresso

cidade
DIÁRIO

Teresina abraça o progresso e fica mais bela

Com o lançamento de 158 anos, Teresina fortalece sua economia e oferece aos seus habitantes a melhor infraestrutura de uma cidade brasileira.

*"Mais Teresina
é mais progresso
e mais beleza"*

HIDROS
CONSTRUTORA HIDROS LTDA.

Teresina
158 anos

Construído e
acreditado na
nossa gente, a
Construtora HIDROS
contribui para
o desenvolvimento
de Teresina.

HIDROS
CONSTRUTORA HIDROS LTDA.
É assim que

ANEXO H, 2013 - O desafio de ser metrópole

DIÁRIO
de Foz de Iguaçu

Teresina 161 anos
O desafio da metrópole

Com o lançamento de 161 anos, Teresina fortalece sua economia e oferece aos seus habitantes a melhor infraestrutura de uma cidade brasileira.

HIDROS
CONSTRUTORA HIDROS LTDA.

